

RAFAEL CUNHA LAUX
(ORGANIZADOR)

PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA **EDUCAÇÃO FÍSICA**

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA MUNDIAL, BRASILEIRA E CATARINENSE



1960 1970 1980 1990 2000 2010 2020 2030

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Bianca Regina Paganini
Projeto Gráfico e capa: Saimon Vasconcellos Guedes
Diagramação: Saimon Vasconcellos Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P285 Passado, presente e futuro da educação física: uma perspectiva histórica mundial, brasileira e catarinense / organizadores: Rafael Cunha Laux ... [et al.]. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.
224 p. : il

ISBN: 978-65-86158-47-2
ISBN (e-book): 978-65-86158-45-8

1. Educação física – História. 2. Educação física - Profissionais. 3. Exercícios físicos – Inovações tecnológicas. I. Laux, Rafael Cunha, (org.) ... [et al.].

CDD 796.09

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Ildo Fabris
Campus de Xanxerê
Genesio Téó

Pró-reitora Acadêmica
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Administração
Ricardo Antonio De Marco

Conselho Editorial

Jovani Antônio Steffani
Tiago de Matia
Sandra Fachineto
Aline Pertile Remor
Lisandra Antunes de Oliveira
Marilda Pasqual Schneider
Claudio Luiz Orço
Ieda Margarete Oro
Silvio Santos Junior
Carlos Luiz Strapazzon
Wilson Antônio Steinmetz
César Milton Baratto
Marconi Januário
Marcieli Maccari
Daniele Cristine Beuron

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
Prefácio	7
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: DA PRÉ-HISTÓRIA À PANDEMIA EM 2020	9
HISTÓRIA DOS ESPORTES COLETIVOS E INDIVIDUAIS.....	37
O PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: AS ABORDAGENS DE ENSINO	55
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES.....	77
A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA	93
DA IMPLANTAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNOESC	109
A INCLUSÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE.....	125
PSICOLOGIA DO ESPORTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA ESPORTIVA.....	143
EDUCAÇÃO FÍSICA E PRAXIOLOGIA MOTRIZ: DESVENDANDO A LÓGICA INTERNA DAS MANIFESTAÇÕES MOTRIZES.....	157
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O EXERCÍCIO FÍSICO	173
TESTANDO OS CONHECIMENTOS.....	189
CONHEÇA UM POUCO SOBRE OS AUTORES	215



APRESENTAÇÃO

Por meio do livro “Passado, presente e futuro da Educação Física: uma perspectiva histórica mundial, brasileira e catarinense” tem-se como objetivo nortear os leitores pela história da Educação Física, pontuando, além dos aspectos tradicionais, os elementos históricos até 2020 e da região Oeste de Santa Catarina. Para isso, convidei um rol de profissionais para estruturar o presente livro. Para prefaciar esse manuscrito, escolhi uma pessoa muito especial, minha orientadora do mestrado, Professora Doutora Sara Terezinha Corazza, representando o Centro de Educação Física e Esportes da Universidade Federal de Santa Maria, este, por sua vez, completou 50 anos de atividades na formação de profissionais de Educação Física no ano de 2020.

Seguindo, o primeiro capítulo abordará a “História da Educação Física: da pré-história à pandemia em 2020”. No segundo capítulo, mergulharemos na “História dos esportes coletivos e individuais”. No terceiro capítulo, veremos “O percurso da educação física: as abordagens de ensino” e para finalizar o primeiro bloco de capítulos falaremos sobre “Formação profissional em Educação Física: perspectivas e possibilidades”.

O quinto capítulo abordará a consolidação do Profissional de Educação Física e para isso veremos “A regulamentação da Profissão de Educação Física em Santa Catarina”. O Sexto capítulo discorrerá acerca da Educação Física na Universidade do Oeste de Santa Catarina no qual veremos “Da implantação à consolidação dos cursos de Educação Física na Unoesc”. O sétimo capítulo terá como eixo mediador “A inclusão por meio da educação física e do esporte”. Completando esse bloco, o oitavo capítulo abordará a “Psicologia do esporte: contribuições para a prática esportiva”.

Para findar este livro, por meio dos capítulos nove e dez tem-se como objetivo instigar o leitor a pensar fora da caixinha tradicional, e nos quais são



abordadas a “Educação Física e Praxiologia Motriz: desvendando a lógica interna das manifestações motrizes” e as “Inovações tecnológicas para o exercício físico”.

Agora que já conhece um pouco do que iremos abordar neste livro, sintase à vontade para desfrutá-lo de forma integral ou parcial, ele foi elaborado especialmente para você que quer entender como chegamos na Educação Física atual.

Rafael Cunha Laux

Organizador/Autor



PREFÁCIO

A origem da Educação Física nos remete ao homem primitivo, que necessitou desenvolver seu corpo para atender suas finalidades e desafios. Esse período é certificado com registros humanos de força física, velocidade e agilidade. A anatomia que o corpo humano adquiriu resultou do processo evolutivo e de um refinamento assumido por nossos antepassados que tiveram que garantir a sobrevivência, saltando, correndo grandes distâncias, levantando pesos indescritíveis e nadando em águas perigosas. No Oriente, mais propriamente na Índia e na China, a prática de exercícios corporais esteve muito relacionada a cultos e práticas religiosas, mas foi na sociedade grega, berço dos Jogos Olímpicos, que os esportes se propagaram, dando ao homem o caráter de vitalidade, intelectualidade e domínio de suas capacidades físicas e emocionais.

No Brasil, a Educação Física se propagou através de uma gama de culturas. Teve-se, com os povos indígenas, os primeiros registros de movimento, através de brincadeira, jogos, corridas e realização de rituais de dança. Após, os jesuítas, que através de jogos e atividades lúdicas trouxeram as manifestações mais didáticas pra o território brasileiro, embora ainda com o objetivo de recreação e lazer. No Brasil colônia, com a vinda dos negros escravos veio também a capoeira que era praticada como uma expressão de luta. Somente em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa os primeiros registros da Educação Física escolar começaram a se estruturar enquanto disciplina na escola, buscando a realização da ginástica e dos exercícios corporais, com foco na saúde mental e física. Sua consolidação se deu com a obrigatoriedade da prática na escola juntamente com a reforma do Ensino Primário e Secundário na década de 1980. Com a entrada do Século XX veio a obrigatoriedade em todos níveis escolares, fruto da influência militar e o



objetivo eram a promoção de hábitos mais higiênicos e saudáveis para a população em geral. Após a 2ª Guerra Mundial houve um forte investimento no esporte, nas práticas físicas e na competição, período que também coincidiu com o início da criação de cursos superiores de Educação Física no país.

Atualmente, os cursos de formação superior em Educação Física trazem em seus currículos disciplinas teóricas e prática, visões dos diferentes esportes e muitas orientações técnico-científicas, buscando dar ao futuro profissional uma visão bem ampliada de como relacionar a Educação Física com outras áreas e de como aplicá-la em diferentes contextos e populações.

A nossa Educação Física atual está sendo aplicada dentro e fora da Escola. Como conteúdo obrigatório e formal traz vivências corporais e esportivas, extremamente auxiliares na aprendizagem global. Nos contextos abertos traz inúmeros benefícios aos praticantes, pois pode proporcionar lazer, saúde, vivências em grupo e melhoria da integridade física e mental.

Na obra “PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA EDUCAÇÃO FÍSICA - uma perspectiva histórica mundial, brasileira e catarinense”, tão bem construída por profissionais da Educação Física, Educação e Psicologia, estão presentes os assuntos e abordagens citados anteriormente, com riqueza de detalhes aprofundamentos teóricos, históricos e muitas reflexões; dando ao leitor uma visão clara e aprofundada dos assuntos.

Os profissionais que se debruçaram na busca de dados e escrita dos textos possuem vasta experiência e conhecimento na temática abordada. Escreveram de modo que o leitor tenha uma compreensão acessível e possa aplicar com qualidade e eficácia esse conhecimento em sua prática estudantil ou profissional.

Boa leitura!

Profª Dra Sara Teresinha Corazza



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: DA PRÉ-HISTÓRIA À PANDEMIA EM 2020

Rafael Cunha Laux
Dayanne Sampaio Antonio

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Descrever os principais momentos históricos da Educação Física.
- Apontar as principais características da Educação Física em cada período.
- Reconhecer a importância das escolas de ginástica para o desenvolvimento do atual cenário da Educação Física.



INTRODUÇÃO

A Educação Física, como a conhecemos em 2020, foi influenciada por inúmeros fatores culturais e sociais. Para entender esse processo de construção histórica, é necessário pensarmos nas necessidades do homem ao longo dela. Essas necessidades influenciaram o modo de interação do homem e do movimento, iniciando na Pré-História e passando pela Antiguidade, pela Idade Média, pelo Renascimento, pelo Iluminismo e pela Idade Contemporânea. Não diferente de outros lugares, essa influência chegou ao Brasil, que é o foco de nossa abordagem, compreendendo o período citado anteriormente até a grande pandemia de COVID-19.

A partir desse resgate, podemos, de fato, observar as modificações ao longo dos anos e projetar ou planejar o caminho para a Educação Física do futuro, sem cometer os mesmos erros do passado.

DA SOBREVIVÊNCIA AO LAZER

Nos concentraremos, primeiramente, nos momentos da Pré-História e da Antiguidade. Nos quais o Homem, desde a idade mais remota, encontra-se em um constante processo adaptativo, criando fórmulas e novas soluções para dar continuidade ao seu processo evolutivo (SILVA et al., 2018). Processo este que data seu início na Pré-História, com um homem de um estilo de vida muito ativo, pois as necessidades de sobrevivência impostas à ele requeriam um elevado nível de atividade física¹ (TUBINO, 1992).

Essas atividades físicas têm características predominantemente utilitárias, ou seja, as movimentações feitas por este homem primitivo eram decorrentes

¹ Uma vez que era preciso caçar seu próprio alimento, correr atrás de presas ou em defesa, lutar contra animais ou outros indivíduos e fazer longas caminhadas migratórias, ações que compunham o cotidiano desse homem pré-histórico (COSTA, 2000).



de necessidades básicas de sobrevivência (MARINHO, 1980). Ao passo que, ao deixar de ser nômade para fixar-se à terra ao lado dos rios, tornando-se agricultor, a prática de atividades físicas estabelece um caráter utilitário-guerreiro. Além desse aspecto, atividades físicas de cunho religioso eram realizadas com foco em rituais e cultos aos deuses (SILVA et al., 2018). Por este fato, a prática de atividades físicas pelo homem primitivo compreende cinco aspectos básicos: os naturais, os utilitários, os guerreiros, os rituais e os recreativos (RAMOS, 1982).

Ao realizar a transição de nômade para sujeitos com sede, localidade fixa, o estilo de vida muito ativo foi se reduzindo e a prática de atividade física para sobrevivência superada, dando lugar à qualidade de vida, que passou a ser cada vez mais almejada pelos povos que conseguiram atingir ao estágio civilizatório (SILVA et al., 2018). Neste contexto, vislumbramos a China da Antiguidade, na qual o exercício físico assumia um caráter higiênico (TUBINO, 1992), concepção que se preocupava em resolver os problemas de saúde pública pela educação.

Importa destacar que os chineses foram os primeiros a explicar o movimento humano, ainda com predominância de conteúdo médico (OLIVEIRA, 2004). Nesta perspectiva, que o sistema mais antigo de ginástica terapêutica foi desenvolvido, o kung-fu. Nele eram executados movimentos em diversas posições, obedecendo critérios de respiração de acordo com a doença que iria ser tratada, além da perspectiva espiritual da prática (MOCARZEL; MURAD; CAPINUSSÚ, 2013).

Para o povo indiano, a prática de atividade física assume características medicinais, higiênicas, filosóficas, morais e religiosas, sendo considerada uma nação que atingiu o maior grau espiritual da humanidade, conectando-se ao fato de serem os criadores da Yoga, desenvolvendo uma perspectiva de integração do físico, do intelecto e do emocional em uma bela concepção do ser humano (OLIVEIRA, 2004).

Enquanto isso, o povo japonês desenvolvia suas atividades físicas relacionadas ao mar em decorrência das condições geográficas da região à que



pertencem, com características utilitárias, guerreiras, higiênicas, ritualísticas, recreativas e espirituais (SILVA et al., 2018). Já no Oriente Médio, os egípcios apresentavam uma prática predominante dos exercícios Gímnicos (SANTOS, 2006), das ginásticas, dos esportes individuais de combate, dos pequenos jogos e das danças (SILVA et al., 2018). Por conta dessa diversidade, atingiram um nível elevado de aperfeiçoamento na área esportiva (OLIVEIRA, 2004) e por sua prática apresentar, principalmente, características guerreiras (GAMA-ROLLAND, 2017).

Um novo ciclo na história tem início na Grécia Antiga, no qual se descobre o valor do humano, da sua individualidade, tendo as atividades atléticas e ginásticas como parte do ideal grego de formação integral do homem (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004), registrando o início autêntico da história da Educação Física (OLIVEIRA, 2004). E foi com esse caráter atlético e de guerras que os Jogos Olímpicos² surgiram. Os jogos significaram um intercâmbio cultural entre as cidades-estados gregas e eram realizados para celebrar a paz entre os gregos (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004).

Esses povos foram de suma importância, pois foi por meio deles que o homem aprimorou suas técnicas em atividades físicas, evoluindo de forma integral, não apenas em relação aos movimentos, mas também aos critérios filosóficos da educação física (SILVA et al., 2018).

DAS TREVAS AO RENASCER

O período histórico aqui abordado remete à Idade Média e ao Renascimento. Observa-se a prática de atividade física, o dito culto ao corpo, extremamente reprimido e censurado pela Igreja Católica durante a Idade Média. A ascensão do Cristianismo freou o desenvolvimento da Educação Física, uma vez que o culto ao corpo era um pecado contra Deus (SANTOS,

² A primeira edição ocorreu em 776 a.C na cidade de Olímpia e perdurou por 1.000 anos até o início do cristianismo (GODOV, 2001).



2006). Todavia, a Educação Física foi explorada em outros aspectos, na preparação de cavaleiros, na equitação, na caça, na esgrima, na lança e no arco e flecha, bem como para o desenvolvimento intelectual por meio da prática do xadrez (PAGLIARI, 2013), porém essas práticas eram realizadas apenas pelos homens.

Enquanto a Idade Média reprimiu a Educação Física, o Renascimento a fez ficar em evidência. Este período foi marcado pelos movimentos intelectual, estético e social, no qual expressaram uma reação à decadente estrutura feudal do início do século XIV (PAGLIARI, 2013). Instaurada uma pedagogia liberal nesta época, a Educação Física se expressa nos currículos elitistas de forma que os exercícios físicos se constituíam em prioridades para o ideal, a educação com tendências naturais, focando na formação do caráter do sujeito (OLIVEIRA, 2004).

À LUZ DA REVOLUÇÃO

Neste tópico, discutimos acerca do período compreendido como Iluminismo e Idade Contemporânea, marcado por revoluções e pelo renascimento físico, que proporcionou maior atenção para a Educação Física.

O movimento Iluminista decorreu de um manifesto contra o abuso do poder no campo social, com origens na Inglaterra no século XVII, potencializando o surgimento de novas ideias (SANTOS, 2006). Ideias essas que influenciaram fortemente na Educação Física moderna, principalmente pelo pensador Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cuja obra auxiliou na criação de um novo método educacional e de uma nova visão de homem (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004).

Filósofos e pedagogos, inspirados por essas ideias iluministas, desenvolveram métodos de treinamento físico (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004)



que culminaram no desenvolvimento do Movimento Ginástico Europeu, que deu origem à Educação Física na Europa e, conseqüentemente, também originou as Escolas Ginásticas (COSTA, 2000).

As Escolas Ginásticas surgiram na Europa no século XIX, desenvolvendo-se mundialmente de forma simultânea e favorecendo o intercâmbio de informações e tendências (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004). Essas escolas pertenciam ao Movimento Ginástico e tinham como objetivos gerais o desenvolvimento pedagógico, higiênico e militar do homem, visando preparar os jovens para a vida e para a prestação de serviços à sociedade (GRIFI, 1989). Essas práticas ocorreram na Alemanha, Suécia, Dinamarca, França e Inglaterra sistematizadas pela ciência e pela técnica, a partir dos fundamentos da anatomia e da fisiologia (COSTA, 2000).

As Escolas Ginásticas compreendem-se em quatro (Quadro 1), sendo a Escola Alemã, a Escola Francesa, a Escola Nórdica e a Escola Inglesa. Estas escolas foram predominantemente utilizadas na preparação militar, incitação ao nacionalismo, bem como foram instrumentos militares nas guerras napoleônicas e de unificação da Alemanha (MOTA; BRAICK, 1997).

Inicialmente, os movimentos tinham como base as atividades da vida diária, como as festas populares, os espetáculos de rua, o circo, os exercícios militares e os passatempos da aristocracia (CRESSONI, 2010). Todavia, com o decorrer do tempo esses movimentos foram se adequando ao objetivo de aprimoramento e formação de um indivíduo útil à pátria, com a finalidade militar ou de mão de obra nas fábricas, contribuindo para as novas ideias do capitalismo (BETTI, 1991).

Os Sistemas Ginásticos³ europeus se expressaram como um método eficaz de formas de corpos que exemplifiquem as características defendidas

³ Os métodos ginásticos europeus foram inseridos na cultura brasileira com o propósito de contribuir para a preparação física dos soldados da Corte, enquanto nas escolas para



como modelo de ser humano correto (CRESSONI, 2010). É nesse contexto que se inicia, no mundo científico, um processo de concentração de todas as formas e linguagens de práticas corporais denominadas de ginástica (SOARES, 2004).

A transição do termo Ginástica para Educação Física foi documentada pela primeira vez em 1762, por Jacques Ballexserd⁴ (FOUCAULT, 1979). Posteriormente, em 1819, Juan Enrique Pestalozzi, em Cartas sobre a Educação dos Meninos, utiliza a expressão Educação Física (PESTALOZZI, 1986), assim como Francisco Amoros em sua obra Novo Manual de Educação Física, Ginástica e Moral, em 1830, também fez uso do termo Educação Física, caracterizando a transição da Ginástica para a Educação Física (PEREIRA; CESÁRIO, 2017).

Outro fato decisivo da era contemporânea foi o Olimpismo de Pierre de Coubertin, em 1894. Este movimento se inspirou na Escola Inglesa e nas descobertas arqueológicas da antiguidade grega e dos Jogos Olímpicos (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004). O movimento Olimpismo, em 1896, restaurou a realização dos Jogos Olímpicos, que foram importantes para a propagação do esporte pelo mundo (HENRY, 1955). Além disso, o esporte passou a compor as estruturas neoliberais da economia de mercado, tornando-se uma instituição financeira e representando os interesses das corporações transnacionais (BRACHT, 1996). Ainda, o esporte também é utilizado pelo Estado como um instrumento ideológico e de alienação (SIGOLI; JUNIOR ROSE, 2004).

regenerar a raça, promover a saúde, a vontade, a coragem, a força, a energia de viver e a moral (SOARES, 2004). Nesta época, a população brasileira era constituída por índios, negros africanos, europeus e asiáticos. Considerando o número de imigrantes europeus, a ginástica praticada seguia as escolas Alemã, Nórdica e Francesa (CRESSONI, 2010).

⁴ Em sua obra *Dissertation Sur l'Éducation Physique Des Enfants* (FOUCAULT, 1979).



Quadro 1 – As Escolas Ginásticas da Europa e suas características

	ESCOLA ALEMÃ	ESCOLA FRANCESA	ESCOLA NÓRDICA	ESCOLA INGLESA
PRECURSORES	<ul style="list-style-type: none"> - Johann Bernard Basedow (1723-1790); - Guts Muths (1759-1839); - Adolph Spiess (1810-1854); e - Friederick Jahn (1777-1852). 	<ul style="list-style-type: none"> - Francisco Amoros Y Ondeano (1769-1848); - Phoktiom Heinrich Clias (1782-1854); - Georges Demyen (1850-1917); e - Georges Hébert (1875-1957). 	<ul style="list-style-type: none"> - Franz Nachteggall (1777-1847); e - Per Henrik Ling (1776-1839). 	<ul style="list-style-type: none"> - Thomas Arnold (1795-1842).
CARACTERÍSTICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Basedow iniciou a estruturação do Método Alemão; - Muths¹ é considerado o pai da Ginástica Pedagógica Moderna, levou esta Escola ao seu ápice. - Spiess preocupava-se com que a ginástica fosse inserida nas escolas tendo a mesma relevância das demais disciplinas. - Jahn² inventou a barra fixa, as barras paralelas e o cavalo, originando a Ginástica Olímpica (PUBLIO, 2005). - Esta Escola foi base para a Ginástica Moderna, atual Ginástica Rítmica (FIORIN, 2002). - Eles estabeleceram a atividade física como prática social e tornou-se um meio eficaz ao colaborar na instrumentalização do corpo, a serviço da razão, ativando os sentidos para disciplinar e educar o indivíduo útil à sociedade ou a serviços patrióticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Amoros baseava seus exercícios na ciência, comprovando a relação entre a sua ginástica, a saúde da população e a tão desejada utilidade dos gestos (NUNES; RUBIO, 2008). - Sistema de Amoros: Ginásticas a Civil, a Militar e a Médica (RAMOS, 1982). - Demyen: fundador da Escola Francesa, com seu método privilegiava os exercícios sintéticos, que atingem o corpo todo³. - Hébert desenvolveu o Método Natural⁴ - Clias desenvolveu, em 1829, a modalidade calistenia. - A Ginástica Francesa tinha um marcante espírito militar com preocupação no desenvolvimento de força muscular (COSTA, 2000). - Quatro tipos de Ginástica: <ul style="list-style-type: none"> Ginástica Civil e Industrial com foco em fortalecer os cidadãos para o cumprimento das tarefas e trabalhos; Ginástica Militar destinada à preparação do exército; Ginástica Médica de cunho higienista destinada para a saúde da população; Ginástica Funambulesca praticada por malabares em apresentações cênicas e circenses. 	<ul style="list-style-type: none"> - Finalidade de libertar a população dos vícios, principalmente do alcoolismo. - Caráter mais pedagógico e social, do que militar (SOARES, 2004). - Nachteggall⁵: o idealizador da doutrina da ginástica pedagógica na Dinamarca. - Ling desenvolvia um método que assegurava a saúde na Suécia. - Compreendendo a Ginástica em: <ul style="list-style-type: none"> Pedagogia voltada para a saúde evitando vícios posturais e doenças; Militar com foco no tiro e na esgrima para preparação militar; Médica baseada na Pedagogia; Estética focada no desenvolvimento harmonioso do organismo. - Estas eram baseadas nos exercícios analíticos, os exercícios ditos como localizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arnold foi um defensor dos jogos e esportes. - Propôs um componente curricular fundamental na escola, os esportes, visando atribuir valores de liderança e disciplina, na perspectiva de um desenvolvimento social e moral, inserido no âmbito pedagógico. - A única das quatro escolas com uma orientação não-ginástica, uma vez que o foco foram os jogos e as atividades atléticas, favorecendo o Esporte Moderno.



INFLUENCIADA	Pelos pensadores iluministas Jean Jacques-Rousseau, John Locke e Pestalozzi.	Pela Escola Alemã e pelo pensador iluminista Pestalozzi.	Pela Escola Alemã principalmente as idéias de Guts Muths.	Pela Escola Francesa com foco em Clias no treinamento militar.
LOCAL	Alemanha	França	Dinamarca e Suécia	Inglaterra
DISSEMINAÇÃO	Áustria (Método Natural Austríaco (DODÔ; REIS, 2014)). Brasil (SOARES, 2004).	Brasil (o Método Francês foi adotado pelo ensino brasileiro em 1929 (NUNES; RÚBIO, 2008), além da utilização da calistenia proposta por Clias).	Método Sueco de Ling (Dinamarca, Noruega e Finlândia) (RAMOS, 1982). Brasil (SOARES, 2004).	Para todos os países do mundo.

Fonte: os autores.

Notas: ¹ Ele elaborou o manual técnico-prático “Ginástica para a Juventude”, com foco em saúde, beleza, agilidade e a formação da personalidade, com base nos princípios dos ideais da clássica Grécia, visando um exercício racional.

² Desenvolveu a ginástica militar, com exercícios de energia, força e destreza, de cunho nacionalista e político, visando à preparação para a guerra de unificação da Alemanha.

³ Essa Ginástica era um meio que viabilizava a “educação do corpo” e do “movimento”. Estava preocupada com a saúde da mulher, combatendo a utilização de cintas, salto alto, porta-seios e outros acessórios da época (SOARES, 2004).

⁴ O Método Natural utilizava gestos básicos para o desenvolvimento do físico por completo, na busca do retorno à natureza adaptado à vida urbana moderna e concernente às atividades da prática da vida em sociedade (DODÔ; REIS, 2014).

⁵ Criou o Instituto Civil de Ginástica para formação de professores de Educação Física em 1808.



A COLONIZAÇÃO

A partir deste momento, tratamos da História da Educação Física no contexto brasileiro, iniciando pelo período do Brasil colônia compreendido entre 1500 e 1822. Este período se assemelha ao período denominado como Pré-História (OLIVEIRA, 2004), uma vez que os que aqui habitavam, os índios, praticavam atividades físicas de cunho natural (brincadeiras, caças, locomoção), utilitária (aprimoramento da caça, agricultura), guerreira (proteção de terras), recreativa e religiosa (danças, festas, encenações) (GUTIERREZ, 1972; SOARES, 2012).

Essas características, no que se referem à prática corporal, podem ser confirmadas pelo relato de Pero Vaz de Caminha em um de seus registros, no qual relata indígenas dançando, saltando, girando e se alegrando ao som de uma gaita tocada por um português (RAMOS, 1982).

Além disso, esse período é marcado pela criação das senzalas e da escravidão, surgindo, também, a capoeira, prática esta que os escravos fugitivos utilizavam para se defender, fazendo do próprio corpo uma arma (CRESSONI, 2010).

Assim, as atividades da Brasil colônia foram realizadas por indígenas e escravos, representando os primeiros elementos da Educação Física no Brasil (SOARES, 2012).

EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO BRASILEIRO

A Educação Física no Brasil Império (1822-1889) foi marcada pelo surgimento dos primeiros tratados e pela sua inserção na escola, ou seja, um período divisor de águas para o fomento da área.



Em 1823, Joaquim Antônio Serpa, desenvolveu um dos primeiros tratados, o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos”, que propunha que a educação englobasse a saúde do corpo e a cultura do espírito, considerando duas categorias para os exercícios físicos: 1) os que exercitavam o corpo; e 2) os que exercitavam a memória (GUTIERREZ, 1972).

Nesta perspectiva, é criado o Ginásio Nacional (1837) como instituição modelo, incluindo a ginástica em seus currículos (PAGLIARI, 2013). Todavia, apenas em 1851, com a Reforma Couto Ferraz, que a Educação Física se torna obrigatória nas escolas do município⁵ da Corte, na época Rio de Janeiro (RAMOS, 1982), e era denominada de Ginástica (SOARES, 2012). Ainda, foi por volta de 1857 que começou a ser defendida a importância de um profissional que cuidasse das questões corporais, o professor de Educação Física (GONDRA, 2004).

No entanto, é apenas em 1880, com o parecer de Rui Barbosa sobre o projeto 224, a Reforma Leôncio de Carvalho ou a Reforma do Ensino Primário, Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública (BRASIL, 1879), no qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores da disciplina aos das outras (BARBOSA, 1946). Reforçando a importância da ginástica na formação do brasileiro, sendo indispensável para formação integral da juventude (RAMOS, 1982).

Próximo ao fim do Brasil Império, recomendou-se a utilização da Escola de Ginástica Alemã, adotada nos meios militares. Esta decisão provocou reações adversas naqueles que compreendiam a Educação Física como elemento educacional e não um mero instrumento de adestramento físico (PAGLIARI, 2013). A corrente contemporânea que começou a surgir neste período, de anos finais do Império (1889) e estendeu-se até 1930, é a

⁵ Os responsáveis desses escolares foram contrários à ideia de estarem envolvidos em atividades que não tinham cunho intelectual (LIMA, 2015).



Educação Física Higienista,⁶ que se preocupava em disseminar na juventude os hábitos higiênicos (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO

As últimas décadas do século XIX, tratadas no tópico anterior, e o início do Brasil República (1890-1946), são fundamentais para entender as origens históricas da Educação Física no Brasil. Esse período pode ser subdividido em: 1) período de 1890 até a Revolução de 1930; e 2) período após a Revolução de 1930 até 1946 (SOARES, 2012).

Essa primeira metade do século XX é fundamental para as análises da constituição histórica da área, principalmente pelo encontro dos movimentos higienistas e eugenistas, com a real proposta da criação de um Estado forte (PAIVA, 2004). Neste período, a Educação Física, predominantemente eugenista, foi comandada pelo Exército, tendo como objetivos a prática o patriotismo e a preparação pré-militar (BRASIL, 1997). Por isso, a década de trinta, do século XX, foi crucial para a institucionalização da Educação Física no Brasil, pois a clara proposta do governo de Getúlio Vargas, de fortalecer a indústria interna e o nacionalismo por meio da implantação de um sistema educacional que suprisse as demandas ideológicas, necessitava da Educação Física (PAIVA, 2004).

A partir do Estado Novo (1937), que se verifica que a Educação Física passou a exercer um papel mais relevante no quadro das necessidades do ideal de sociedade da época, principalmente pela criação do Ministério da Educação e Saúde (RAMOS, 1982). E é por este fato que a Educação Física é instituída como disciplina obrigatória a nível federal (BRASIL, 1997).

⁶ As abordagens da Educação Física serão realizadas em capítulo específico deste livro, e auxiliará na compreensão dessas concepções e da história da área da Educação Física.



As mudanças relatadas até este momento geraram maior demanda profissional e, conseqüentemente, a necessidade de formação profissional. Desse modo, em 17 de abril de 1939, criou-se a Universidade do Brasil, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) (FILHO CASTELLANI, 1988), considerada um marco histórico dos processos da formação superior em Educação Física no Brasil, serviu de modelo para as demais instituições durante toda a primeira metade do século XX (SOARES, 1994).

Buscando sistematizar o ensino da ginástica na escola, surgem os métodos ginásticos, embasados nas escolas nórdica, alemã e francesa, que conferiam à área uma perspectiva eugênica, higienista e militarista (DARIDO; RANGEL, 2005), visando a criação de um homem obediente, submisso e acrítico à realidade brasileira (SOARES, 2012).

A REGULAMENTAÇÃO

Neste ponto, abordamos o período do Brasil contemporâneo, compreendido de 1946⁷ aos anos 2000, no qual vários fatores precipitaram impulsos decisivos em relação à uma preocupação mais sistemática com a Educação Física.

A Educação Física tem sua consolidação no decorrer do século XX (HALLAL et al., 2017), estando estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica, sendo determinantes na concepção da disciplina e suas finalidades, assim como no campo de atuação e na forma de ser ensinada (LIMA, 2015).

⁷ Neste ano, 1946, foi fundada a Federação Brasileira de Professores de Educação Física (SANTOS, 2006).



No período pós 2ª Guerra Mundial, o Brasil passou por uma rápida mudança no desenvolvimento industrial, e, conseqüentemente, por um processo crescente de urbanização (SOARES, 2012), impulsionando a ampliação da rede de ensino pública nos anos de 1950 e 1960 (NUNES; RÚBIO, 2008). Verifica-se que até 1964, a Educação Física nas escolas tinha um caráter gímnico e calistênico do Brasil República (RAMOS, 1982). Todavia, a partir de 1964, ela assume uma tendência tecnicista,⁸ na qual o foco das aulas era o desempenho técnico e físico dos alunos (BRASIL, 1997).

Com esse crescimento exponencial do sistema educacional brasileiro, o Governo passou a usar as escolas, públicas e privadas, como fonte de programa do regime militar (DARIDO; RANGEL, 2005), dando início ao processo de pedagogização das práticas esportivas (BRASIL, 1997). Deste modo, transformando a Educação Física escolar em treinamento de desportos representativos, direcionado ao treinamento e à preparação de futuros atletas, capazes de conquistar méritos e medalhas olímpicas para a nação brasileira (JUNIOR GUIRALDELLI, 2003).

Este fato é observado em decorrência da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1960 (AGUIAR; FROTA, 2010), introduzindo o Método Desportivo Generalizado, que se contrapõem aos métodos de ginástica tradicionais, visando a incorporação do esporte, adequando-o aos objetivos e práticas pedagógicas (LIMA, 2015). Assim começa a era da Educação Física Competitivista (AGUIAR; FROTA, 2010).

Além do esporte estar presente nas aulas de Educação Física regular, a prática esportiva extracurricular foi potencializada durante as décadas de 1960 e 1970, prolongando-se mesmo ao término da Ditadura Militar, pelas décadas de 1980 e 1990⁹ (VARGAS et al., 2020). Nesta fase, o esporte foi

⁸ Encontrado nas Leis 5.540/68 e 5.692/71.

⁹ A decadência do esporte extracurricular pode ter acontecido com a alteração na Lei de Diretrizes da Educação Nacional, de 1996, que reduziu o número de aulas semanais de Educação Física (BRACHT et al., 2005).



utilizado como sustentáculo ideológico, por meio do êxito em competições de alto nível, abstendo-se das críticas internas e transparecendo prosperidade e desenvolvimento (DARIDO; RANGEL, 2005). Dentre os marcos deste período, é importante destacar a imposição de obrigatoriedade da Educação Física e Esportes no ensino médio, por meio do Decreto de Lei 705/69¹⁰ (BRASIL, 1969).

A partir da década de 1970, observa-se a construção de um campo acadêmico da Educação Física, estruturado pelas universidades (BRACHT, 1996), tendo sua produção científica atrelada às ciências biológicas e exatas, refletindo na formação dos professores, que assumiam o papel de treinadores ou técnicos desportivos dentro da escola (ALBUQUERQUE, 2009). Ainda, Daolio (2003) expõe que nesse período a Educação Física esteve aprisionada a paradigmas positivistas e ao modo positivista de fazer ciência.

Todavia, com a (re)democratização do país, iniciada no governo Figueiredo, incitou uma crise de identidade da área da Educação Física, em 1980¹¹ (NUNES; RÚBIO, 2008). Em partes, decorreu-se pelas ideias de transformar o Brasil em uma potência olímpica terem falhado (DAOLIO, 2003). Isso fomentou, em algumas instituições de ensino superior, a implantação de novas propostas curriculares, visando formar o aluno, futuro professor, em uma perspectiva mais ampla (DARIDO, 2003). Importa destacar que apenas em 1987, com a promulgação do parecer CFE nº 215/87 e da resolução CFE nº 03/87, é que se estabeleceu o bacharelado em Educação Física,¹² havendo assim a divisão na formação em Licenciatura e Bacharelado em Educação

¹⁰ Esse decreto teve como propósito favorecer o regime militar, desmantelando as mobilizações estudantis contrárias ao regime militar, já que a universidade representava o principal polo de resistência a esse regime (FILHO CASTELLANI, 1988).

¹¹ Nesta década, iniciam-se os congressos de professores e alunos, incitando a discussão da disciplina com uma perspectiva de ser uma área de conhecimento que auxilia a formação de indivíduos conscientes e inteirados dos problemas políticos e econômicos da sociedade em que se vive (FILHO CASTELLANI, 1988).

¹² Esta nova configuração faz com que se assumam uma nova configuração na distribuição dos saberes na estrutura curricular em duas áreas: formação geral, humanística e técnica, e aprofundamento de conhecimentos (NETO SOUZA et al., 2004).



Física (NETO SOUZA et al., 2004) passando para uma formação mais específica do que generalista.

Já na escola, o enfoque das aulas de Educação Física passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, logo, o professor não tinha mais a função de promover os esportes de alto rendimento (LIMA, 2015), uma vez que se acentua a desvalorização das discussões pedagógicas e a valorização das discussões acerca da didática da disciplina (CAPARROZ; BRACHT, 2007).

Observa-se que nos anos 1990, o ensino da Educação Física se alicerça e assume os pressupostos da cultura corporal,¹³ a qual preocupa-se com o aspecto socioantropológico do movimento humano, compreendendo que o movimento possui história e consciência corporal, sendo, por meio desse movimento, possível entender a realidade que se vive e transformá-la (AGUIAR; FROTA, 2010). Essa tendência ficou mais evidente com a reformulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1996, pois nela ressalta-se a importância da relação da Educação Física, com o aprender a fazer, o saber o porquê se está fazendo e como relacionar-se com este saber (BRASIL, 1997). Ainda, em 1º de setembro de 1998, foi assinada a Lei nº 9.696/98, regulamentando a profissão e o profissional de Educação Física e criando os conselhos federal e regionais da Educação Física (SANTOS, 2006).

Finalizando este período, que promoveu diversas discussões e reflexões acerca da área, importantes encontros internacionais ocorreram, como o III Encontro de Ministros e Responsáveis pelo Esporte e Educação Física (1999), que favoreceu as diretrizes da Educação Física e do Esporte, assim como o Congresso Mundial FIEP, que lançou o Manifesto Mundial de Educação Física, em 2000¹⁴ (AGUIAR; FROTA, 2010).

¹³ A cultura corporal busca, por meio do gesto humano, compreender que este é construído historicamente, proporcionando ao aluno a capacidade de refletir sobre si e suas possibilidades corporais, com autonomia, sendo significativas e adequadas de maneira social e cultural (BRASIL, 1997).

¹⁴ Este renovou o conceito de Educação Física estabelecendo uma relação com as demais áreas, como Cultura, Ciências, Saúde, Lazer e Turismo. Evidenciando o compromisso com



DO NOVO MILÊNIO À PANDEMIA DE COVID-19 (A PARTIR DE 2001)

De forma a findar este capítulo, será abordado o período que compreende os anos de 2001 até 2020. Nota-se a ascendência e a carga valorativa positiva das práticas corporais realizadas fora do meio escolar, com perspectivas da promoção da saúde e da obtenção da qualidade de vida neste início do milênio. Além disso, são levantados questionamentos sobre a formação do profissional de educação física, sob a ótica do preparo deste para a atuação em diversos campos de trabalho (NOZAKI, 2004).

O profissional de Educação Física bacharelado contempla uma vasta área de atuação, dentre elas a atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa aproximação nos serviços públicos de saúde teve início em meados dos anos 2000 (COSTA, 2019). Fato que também, auxiliou na elaboração das novas diretrizes curriculares no âmbito do Conselho Nacional de Educação, reacendendo o debate sobre a formação inicial do profissional de Educação Física (BRASIL, 2018). Ainda, outro marco foi a criação do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), que materializou a inserção do profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde e a realização do trabalho interprofissional neste contexto (LOCH; RECH; COSTA, 2020).

No que diz respeito à Educação Física escolar, observa-se que, a partir de 2001 com a inclusão do termo “obrigatório” ao artigo 26 da LDB 9.394/96 que discorre sobre a Educação Física ser um componente curricular da Educação Básica as perspectivas para o profissional licenciado começam a mudar. A Educação Física contribui para a educação intelectual e moral nas escolas, tendo como responsabilidade a de instruir e instigar o aluno a opinar

as questões humanas de exclusão social, de indivíduos com deficiência, do meio ambiente e da paz mundial (AGUIAR; FROTA, 2010).



e se posicionar criticamente em relação às atuais linhas de cultura corporal de movimento (VOLL, 2017).

Infelizmente, ainda podemos observar este profissional refém de uma cultura esportivista, não compreendo a Educação Física como uma disciplina que atende ao desenvolvimento completo do indivíduo, tanto motor, como cognitivo e afetivo-social (MAGALHÃES; KOBAL; GODOY, 2007). É pertinente destacar que a Educação Física deve ser concebida para além dos aspectos físicos e motores, visando alcançar também objetivos intelectuais, estéticos e sociais. Logo, os objetivos da Educação Física escolar transcendem a simples aquisição da aptidão física (ULASOWICZ; PEIXOTO, 2004).

Verifica-se, também, que neste período houve uma importante substituição no contexto escolar. Em 2014, foi iniciado o processo de redação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que substituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (FERREIRA, 2018) apresentando sua versão homologada pelo Ministério da Educação, em 2017. A BNCC é tida como uma política de centralização curricular que define os objetivos de aprendizagem, orientando o trabalho pedagógico em todas as escolas brasileiras e em todas as etapas da educação básica (CÁSSIO, 2018). A principal diferença entres estes dois documentos apresenta-se no ponto em que os parâmetros traziam orientações mais generalizadas, enquanto a BNCC mostra o que deve ser ensinado em cada ano escolar (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017).

No que diz respeito à formação em Educação Física, observou-se a ascensão dos cursos de educação à distância. O primeiro curso de graduação em Educação Física no formato EaD foi criado em 2005 (FILHO LAZZAROTTI et al., 2015) e observa-se que, em 2019, a formação em bacharelado e licenciatura totalizou em 7,30% do total dos cursos ativos nesta modalidade,



no qual 41,06% são no grau de bacharelado e 58,96% no de licenciatura (BRASIL, [2019]).

Dos anos de 1999 a 2016, foi fomentada pelo Conselho Federal de Educação Física a criação dos Conselhos Regionais nos diversos estados brasileiros, atingindo sua totalidade e estando presentes em todas as regiões, tendo como foco a valorização da Educação Física e do profissional, e, desse modo, intensificando o desenvolvimento político e administrativo, assim como combatendo o exercício ilegal da profissão (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2018).

Talvez o marco mais importante dessa era tenha sido a pandemia de COVID-19, que possibilitou a visibilidade da Educação Física como área da saúde e foi decisiva para mudanças importantes no contexto de atuação do profissional.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto pandêmico de COVID-19 como a sexta emergência de saúde pública (VELAVAN; MEYER, 2020). A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que varia seu quadro clínico de infecções assintomáticas a quadros graves (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Desde o início da pandemia, mais de 54.001.750 pessoas contraíram a doença no mundo e o Brasil, depois dos Estados Unidos, é o país com mais vítimas fatais, registrando 165.658 óbitos e 5.848.959 casos¹⁵ (BRASIL, 2020a).

A pandemia surpreendeu a todos, emergindo disputas ideológicas, geopolíticas, metodológicas e científicas no campo da saúde global, resultando em novas necessidades na formação e na atuação do profissional de saúde (VENTURA et al., 2020), principalmente do profissional de Educação Física. Essa discussão demonstra a necessidade da formação em Educação Física,

¹⁵ Até a data de 15 de novembro de 2020 às 15h58min.



para além de uma formação pautada nos efeitos clínicos da atividade física nas doenças (LOCH; RECH; COSTA, 2020), mas que amplie sua reflexão sobre elementos da gestão em saúde e determinantes socioambientais e políticos de saúde (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018).

Ainda, a formação do profissional de Educação Física deveria ir para além dos elementos técnicos e científicos das áreas de conhecimento, incluindo aspectos que contribuam para que os estudantes reconheçam o funcionamento dos principais Sistemas de Gestão das Políticas Públicas do país. Recomenda-se, também, que os alunos sejam imersos na experiência desde os primeiros semestres (LOCH; RECH; COSTA, 2020), todavia não se limitando apenas a um ambiente, mas sim explorando os diversos ambientes de exercício da profissão para uma formação com mais vivências e experiências em campo de atuação.

Este cenário propiciou alguns reconhecimentos importantes para a área, como a atuação dos profissionais de Educação Física na área da saúde, incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo considerados desde 17 de fevereiro de 2020, profissionais de Educação Física na Saúde (GUEDES, 2020). Além disso, outro marco importante foi a Resolução nº 391/20 do Conselho Federal de Educação Física, publicada em 28 de agosto de 2020, que definiu a atuação do profissional de Educação Física em contextos hospitalares, reconhecendo que o profissional tem formação para intervir em tal ambiente, em níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em saúde (BRASIL, 2020c). Ainda, os serviços de academias e clubes foram incluídos no rol de atividades essenciais em decreto presidencial (BRASIL, 2020b).

Ademais, este período foi importante para a mudança na forma de atuação do profissional, bem como da adesão e da busca da população pela prática de atividade/exercício físico. Segundo a Associação Brasileira de Academias (2020), a perspectiva pós-pandemia para as academias é que



50% das pessoas tem a intenção de começar a prática de exercícios físicos para cuidar da saúde.

Para além disso, verifica-se o crescente número de pessoas que já iniciaram a prática de atividades/exercícios físicos mesmo antes da pandemia findar, uma vez que a OMS e o Colégio Americano de Medicina do Esporte salientam a importância do combate ao sedentarismo durante a pandemia, bem como o fator benéfico para a melhora da saúde física e mental da população neste momento atípico (AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE, 2020; SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DO EXERCÍCIO E DO ESPORTE, 2020).

Nota-se o quanto a população tem buscado por atividades físicas para realização em ambiente doméstico, abrindo uma nova possibilidade de atuação para o profissional de Educação Física e, verificando-se assim, a criação de canais de comunicação remotos entre profissionais e usuários/clientes, favorecendo a continuidade do cuidado e a manutenção do vínculo e da saúde (FRANÇA et al., 2020; SOUZA FILHO; TRITANY, 2020).

E por fim, percebe-se que a Educação Física, neste novo milênio, assume uma postura mais comprometida com a melhoria da sociedade, uma vez que se responsabiliza com seu compromisso político perante as grandes questões da sociedade, participando e interferindo no processo histórico de toda a humanidade (AGUIAR; FROTA, 2010).

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Compreendendo a importância e a riqueza em conteúdo é que se sugere que você continue a leitura dos demais capítulos que compõem este livro. Por meio deles, você deverá ser capaz de elucidar e esmiuçar vários



pontos que completam a compreensão da história da Educação Física em todas as suas fases.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. R. B. P.; FROTA, P. R. de O. **Educação física em questão**: resgate histórico e evolução conceitual. Educação física em questão: conceitos internalizados pelo indivíduo ao longo do século. [S. l.: s. n.], 2010.

ALBUQUERQUE, L. R. A constituição histórica da educação física no brasil e os processos de formação profissional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009. **Anais [...]** 2009. p. 15.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Staying physically active during the COVID-19 pandemic**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.acsm.org/read-research/newsroom/news-releases/news-detail/2020/03/16/staying-physically-active-during-covid-19-pandemic>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACADEMIAS. **Reinício das operações das academias de ginástica**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.acadbrasil.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BARBOSA, R. **Reforma do Ensino primário e várias instituições complementares da e instrução pública, 1883**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, V. A construção do campo acadêmico educação física no período de 1960 até nossos dias: onde ficou a educação física? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4., 1996, Minas Gerais. **Anais [...]** Minas Gerais, 1996. p. 140-148.

BRACHT, V. et al. Itinerários da educação física na escola: o caso do colégio estadual do Espírito Santo. **Movimento**, v. 11, n. 1, p. 9-21, 2005.



BRASIL. **Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior cadastro e-MEC.** [S. l.: s. n.], [2019]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Coronavírus Brasil.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2020a.

BRASIL. Decreto de Lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jul. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10705.htm. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.247**, de 19 de abril de 1879. Rio de Janeiro, 19 abr. 1879. Sec. II, p. 196.

BRASIL. Decreto nº 10.344, de 11 de maio de 2020. Altera o Decreto no 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10344-11-maio-2020-790175-publicacaooriginal-160616-pe.html>. Acesso em: 22 nov. 2020b.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física/ secretaria de educação fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Resolução nº 391, de 26 de agosto de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-391-de-26-de-agosto-de-2020-274726255>. Acesso em: 15 nov. 2020c.

CÂNDIDO, R. D. K.; GENTILINI, J. A. Base curricular nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o projeto político-pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 2, p. 323, 1 set. 2017.

CAPARROZ, F. E.; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, v. 28, n. 2, p. 17, 2007.

CÁSSIO, F. L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 23, p. 239, 13 nov. 2018.



CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Profissão completa 20 anos de regulamentação**. [S. l.]: Confef, 2018. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/revistaedf/4547>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. I. Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em educação física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia>. Acesso em: 22 nov. 2020.

COSTA, F. F. da. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em educação física: oportunidades de aproximações com o SUS? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 24, p. 1-4, 6 set. 2019.

COSTA, M. G. **Ginástica Localizada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

CRESSONI, F. E. de G. **Os paralelos entre a capoeira regional e os métodos ginásticos europeus do século XIX**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2010.

DAOLIO, J. A ordem e a (des)ordem na educação física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 1, 2003.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DODÔ, A. M.; REIS, L. N. D. Século XIX e o movimento ginástico europeu: o processo de sistematização da ginástica. **EFDeportes.com**, v. 18, n. 190, p. 1, 2014.

FERREIRA, F. Entenda como funciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Proesc.com**, 4 dez. 2018. Disponível em: <http://www.proesc.com/blog/entenda-a-base-nacional-comum-curricular-bncc/>. Acesso em: 25 nov. 2020.



FILHO CASTELLANI, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 15. ed. São Paulo: Papirus, 1988.

FILHO LAZZAROTTI, A. et al. A dinâmica, os principais problemas e as qualidades no desenvolvimento de um curso de licenciatura em educação física na modalidade a distância. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 3, 30 set. 2015.

FIORIN, C. M. **A Ginástica em campinas: suas formas de expressão da década de 20 a década de 70**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, E. F. et al. COVID-19: estratégias para se manter fisicamente ativo e seguro dentro de casa. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 3, p. 1-10, 16 jun. 2020.

GAMA-ROLLAND, C. A. Atividades físicas egípcias antigas: jogos, treinamento militar e a força real. **R. Museu Arq. Etn.**, v. 29, p. 7-19, 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991. v. 10.

GODOV, L. **Os jogos olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Unimes, 2001.

GONDRA, J. G. Combater a poética Pallidez: a questão da higienização dos corpos. **Perspectiva**, p. 121-161, 1 jan. 2004.

GRIFI, G. **História da educação física e do esporte**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto Editores, 1989.

GUEDES, G. da C. Mais uma conquista para a educação física! **Entre Rios Jornal**, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.entreriosjornal.com.br/noticia-mais-uma-conquista-para-a-educacao-fisica-75782>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GUTIERREZ, W. **História da Educação Física**. Porto Alegre: IPA, 1972.



HALLAL, P. C. et al. Growing and fading: a look into the directions of physical education in Brazil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 3, p. 322-327, set. 2017.

HENRY, B. **História de los juegos olímpicos**. Barcelona: Hispano-Europea, 1955.

JUNIOR GUIRALDELLI, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA, R. R. História da educação física: algumas pontuações. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 7, n. 13, p. 246-257, 25 jul. 2015.

LOCH, M. R.; RECH, C. R.; COSTA, F. F. da. A urgência da saúde coletiva na formação em educação física: lições com o COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3511-3516, set. 2020.

MAGALHÃES, J. S.; KOBAL, M. C.; GODOY, R. P. de. Educação Física na Educação Infantil: uma parceria necessária. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 3, p. 43-52, 2007.

MARINHO, I. P. **História geral da educação física**. São Paulo: Cia Editora Brasil, 1980.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença COVID-19**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MOCARZEL, R.; MURAD, M.; CAPINUSSÚ, J. O Kung-Fu Wushu e os jogos olímpicos: história e possibilidades de inserção. **Corpus et Scientia**, v. 9, p. 115-125, 1 jan. 2013

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 1997.

NETO SOUZA, S. de et al. A formação do profissional de educação física no brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

NOZAKI, H. T. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.



NUNES, M. L. F.; RÚBIO, K. O(s) currículo(s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 55-77, 2008.

OLIVEIRA, V. M. **O que é educação física**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. v. 79.

PAGLIARI, P. **Material didático**: suporte metodológico para as atividades didáticas e acadêmicas. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2013.

PAIVA, F. S. L. de. Notas para pensar a educação física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, p. 51-82, 1 jan. 2004.

PEREIRA, A. M.; CESÁRIO, M. Da ginástica ao nascimento da educação física e o advento do racionalismo. In: SEDU, 18., CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS, 1., 2017. **Anais [...]** 2017. p. 15.

PESTALOZZI, J. E. **Cómo Gertrudis enseña a sus hijos – Cartas sobre la educación de los niños**. 3. ed. México: Editorial Porrúa, 1986.

PUBLIO, N. S. Origem da ginástica olímpica. In: PUBLIO, N. S. **Compreendendo a ginástica artística**. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: IBRASA, 1982.

SANTOS, L. R. G. dos. História da educação física. In: SANTOS, L. R. G. dos. **Educação Física para o profissional provisionado**. Brasília, DF: CREF7, 2006. p. 241.

SIGOLI, M. A.; JUNIOR ROSE, D. de. A história do uso político do esporte. **R. bras. Ci e Mov.**, v. 12, n. 2, p. 9, 2004.

SILVA, J. V. de et al. **Dimensões histórico-filosóficas da educação física e do esporte**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. São Paulo: Autores e Associados, 1994.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Autores e Associados, 2004.



SOARES, E. R. Educação física no Brasil: da origem até os dias atuais. **Lecturas: Educación física y deportes**, n. 169, p. 3-5, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DO EXERCÍCIO E DO ESPORTE. **Informe da Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE) sobre exercício físico e o coronavírus (COVID-19)**. São Paulo: SBMEE, 2020.

SOUZA FILHO, B. A. B. de; TRITANY, É. F. COVID-19: importância das novas tecnologias para a prática de atividades físicas como estratégia de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. e00054420, 2020.

TUBINO, M. J. F. **Esporte e cultura física**. São Paulo: IBRASA, 1992.

ULASOWICZ, C.; PEIXOTO, J. R. P. Conhecimentos conceituais e procedimentais na educação física escolar: a importância atribuída pelo aluno. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 3, n. 3, p. 63-76, 2004.

VARGAS, P. I. et al. Memórias da prática esportiva extracurricular em escolas privadas do Paraná (1980-1990). **Movimento**, v. 26, p. e26069, 19 set. 2020.

VELAVAN, T. P.; MEYER, C. G. The COVID-19 epidemic. **Tropical Medicine & International Health**, v. 25, n. 3, p. 278-280, mar. 2020.

VENTURA, D. de F. L. et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. e00040620, 2020.

VOLL, G. A importância da educação física escolar na formação do indivíduo. **Blog Educação Física**, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://blogeducacaofisica.com.br/educacao-fisica-escolar/>. Acesso em: 21 nov. 2020.



HISTÓRIA DOS ESPORTES COLETIVOS E INDIVIDUAIS

Leoberto Ricardo Grigollo
Adriano Alberti
Suele Fátima Provinelli

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Descrever a história dos esportes coletivos e individuais.
- Apontar as principais modalidades esportivas coletivas e individuais.
- Reconhecer a importância das modalidades esportivas para a Educação Física.



INTRODUÇÃO

Esportes coletivos são aqueles nos quais, para se praticar, é preciso formar uma equipe, ao contrário dos esportes individuais. O indivíduo depende de um ou mais colegas para realizar a prática e atingir seu objetivo que pode ser fazer um gol, um ponto, realizar uma boa sincronia em conjunto, entre outros propósitos que podem ser alcançados nas diversas modalidades dentro dos esportes coletivos.

Por muito tempo, os esportes individuais fizeram parte da história da humanidade. Desde então, em razão das necessidades de sobrevivência, os humanos usaram os movimentos do corpo para encontrar alimento e fugir de situações de perigo. Como o nome sugere, é um esporte à parte, a vitória depende apenas do esforço do praticante, podendo ou não interagir com o adversário.

O desporto individual e coletivo desenvolverá alguns aspectos, como o ganho de autoconfiança por meio da preparação e disposição dos praticantes, a sua segurança ao fazer, o desenvolvimento da perseverança, a independência do exercício, a motivação e a autonomia para melhorar o seu nível técnico.

Neste capítulo serão abordadas, de forma sintetizada, a história e algumas características dos esportes coletivos e individuais.

ESPORTES COLETIVOS: FUTEBOL DE CAMPO

Em pleno século XXI, o futebol é um dos esportes mais populares no mundo. A modalidade exerce poder na sociedade, movimentando cifras bilionárias todos os anos (SANTOS, 2011). O futebol foi oficialmente criado na Inglaterra em 1863, pela Football Association (FA), entidade esportiva



ainda hoje existente. A prática do futebol não era considerada um esporte entre os séculos XVI e meados do XIX, uma vez que praticar esporte era uma atividade exclusiva da nobreza, que tinha preferência por outras atividades, como a prática do arco e flecha e da equitação. Assim, a modalidade era vista como um “passatempo” vulgar pela aristocracia agrária e o clero, os quais acreditavam que fosse uma atividade desregrada e induzia os camponeses à violência, sendo a causa de muitas mortes por todo o reino. O clero responsabilizou o futebol pelo afastamento dos fiéis das igrejas, uma vez que os homens preferiam jogar futebol a frequentarem as missas dominicais (PEREIRA, 2006; SANTOS, 2011).

No ano de 1835, o parlamento Inglês instituiu uma lei para coibir a prática do futebol nas ruas da Inglaterra, porém houve muita resistência por parte do povo com relação à proibição. A marginalização na Inglaterra seguiu até por volta de 1870, quando em plena Era Vitoriana os trabalhadores conquistaram o direito à folga nas tardes de sábado, que seriam ocupadas pela prática do então novo esporte que havia sido recém-regulamentado (SANTOS, 2011). Com o passar do tempo, o futebol se tornou uma atividade recreativa para as massas urbanas graças ao seu jeito simples de se jogar. Bastam uma bola, equipes de jogadores e as traves para que, em qualquer espaço, posteriormente os melhores jogadores passem a ser convidados para jogar algumas partidas oficiais (PEREIRA, 2006).

O ano de chegada do futebol no Brasil foi 1894, no mês de outubro, em que desembarca no Porto de Santos, proveniente da Inglaterra, o jovem estudante paulista Charles Miller. Em sua bagagem, o considerado pai do futebol no Brasil, trazia duas bolas, uma bomba para enchê-las, além de uniformes, apito e um livro de regras do esporte (AQUINO, 2002; PEREIRA, 2006).

Em 1886, o futebol já tinha se estabelecido nas escolas jesuítas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Mas foi apenas depois da volta de



Charles Miller ao Brasil que o futebol realmente se expandiu. José Mantero, Reitor do Colégio São Luis de Itu, relacionava em diários manuscritos, o conjunto de práticas esportivas as quais os alunos praticavam, entre elas o futebol. Charles Miller foi o responsável pela promoção do futebol fora dos estabelecimentos de ensino (PEREIRA, 2006).

O futebol não demorou a contagiar as camadas menos favorecidas da população brasileira. O esporte que nasceu branco, dentro de clubes aristocráticos das grandes cidades industrializadas, passa a ter também uma identidade popular, quando negros e mulatos se organizam de maneira precária em times pelos subúrbios e cidades pequenas, além das cidades portuárias, que organizavam times locais para enfreteamento de times formados por tripulações de embarcações estrangeiras (SANTOS, 2011).

O profissionalismo no futebol iniciou somente em 1885, não por acaso na Inglaterra; no ano seguinte foi criada no país a International Board, entidade cujo objetivo principal era estabelecer e mudar as regras do futebol quando necessário. Então, finalmente no ano de 1904, em Paris, com seis países envolvidos, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suíça e Espanha, e logo depois por telegrama, Alemanha e Itália, solicitaram afiliação, ainda sem apoio do “País do futebol”, a Inglaterra, para criar a Federação Internacional de Futebol Association (FIFA). Um ano depois, a Inglaterra finalmente cedeu a FIFA, percebendo que depois da afiliação de vários países da Europa poderiam perder o poder que tinham com o futebol; não apenas se juntaram, mas começaram a comandar a entidade com direitos para mudar leis e regras do esporte (GEHRINGER, 2010).

Em 1920, assumiu interinamente a presidência da FIFA o francês Jules Rimet, advogado e com grande influência no futebol francês. Embora contasse com apenas 20 países afiliados, o atual presidente tinha uma ideia inovadora e ambiciosa, um Torneio Mundial de Futebol; a ideia não era nova, mas Rimet foi o primeiro efetivamente a tirar do papel esse grandioso



projeto. O primeiro passo foi a organização do futebol nos Jogos Olímpicos de 1920, 1924 e 1928 pela FIFA, ainda sem a participação da Inglaterra, até então brigada com a entidade. O Uruguai se mostrou interessado em sediar a primeira Copa do Mundo. Rimet ficou feliz com as propostas uruguaias e acatou o pedido (GEHRINGER, 2010).

A primeira Copa foi composta por apenas 13 países, com quatro europeus, dois norte-americanos e sete sul-americanos, que chegaram todos de navio. Por questões políticas o Brasil foi com apenas jogadores cariocas, deixando paulistas de fora; a imprensa também ficou dividida e o bairrismo era nítido, cariocas otimistas e paulistas críticos à seleção. O Brasil fracassou no seu primeiro jogo contra a Iugoslávia perdendo de 2 x 1. Brasileiros usaram algumas desculpas como campo encharcado, que favorecia os europeus, e o frio assustador que fez os jogadores atuarem com duas camisas brancas até então da Confederação Brasileira de Desporto (CBD). O Uruguai se tornou campeão da primeira edição da Copa, vencendo a Argentina na final por 4 x 2. O Torneio foi considerado um grande sucesso, o esporte já estava difundido pelo mundo e ficou decidido que em quatro anos teria uma nova edição. Esse formato (de quatro em quatro anos) permanece na atualidade (GEHRINGER, 2010).

Atualmente, o futebol é um dos esportes mais populares do mundo, praticado de modo amador ou profissional, neste último movimentando cifras bilionárias, com ligas profissionais em praticamente todos os países do mundo. O país com maior número de copas do mundo conquistadas é o Brasil, com cinco títulos (PEREIRA, 2006; SANTOS, 2011).

ESPORTES COLETIVOS: FUTSAL

O futsal é uma modalidade derivada do futebol, jogado entre duas equipes com cinco atletas para cada uma. É um esporte de equipe bastante



popular, praticado para lazer ou de modo profissional. Assim como as demais modalidades desportivas, há divergências quanto à sua invenção, no entanto, a mais aceita é de que surgiu aproximadamente em 1930, logo após a realização da primeira Copa do Mundo, na Cidade de Montevidéo, Uruguai. Naquele tempo era chamado de futebol de salão e identificado como o esporte da bola pesada. Em 1948 chegou ao Brasil por intermédio da Associação Cristã de Moços (ACM), onde teve uma aceitação maciça nas escolas e uma rápida proliferação fora delas, dando início ao surgimento de federações, confederações e também da Federação Internacional de Futebol de Salão (Fifusa), responsável por tentar difundir esse esporte em nível mundial e transformá-lo em uma modalidade olímpica (MAKAJE et al., 2012).

As primeiras regras do futebol de salão assemelhavam-se às regras do futebol de campo, porém o jogo era disputado em terrenos diferentes. Enquanto no futebol de campo o jogo era disputado na grama, o futebol de salão ocorria em quadras de basquete e galpões (SANTOS, 2001). No ano de 1958, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) oficializou a prática da modalidade esportiva em todo o País (MAKAJE et al., 2012; SANTOS, 2001).

Desde então, o futsal não parou mais de crescer, tendo como base o futebol. De acordo com literaturas especializadas, é considerado “o berço do futebol brasileiro”, sendo praticado inicialmente pela maioria dos jogadores de futebol profissional (BARROS JUNIOR; ARAÚJO, 2018), mas as modalidades apresentam diferenças entre si, como: terreno de jogo, tipo de calçado, tempo de jogo, características da bola, tamanho do campo, número de atletas, bem como boa parte das regras (SILVA; GREVE; PEDRINELLI, 2017).

O futsal é uma modalidade esportiva de notória ascensão em todo o mundo, praticado tanto no âmbito amador quanto no alto rendimento, alimentado por diversas ligas profissionais masculinas e femininas (VARGAS; CAPUTO; SILVA, 2017). Atualmente, é o esporte que possui o maior número de praticantes no mundo, são mais de 70 países que o praticam, tendo



como destaque, além do Brasil, Espanha, Itália, Portugal, Rússia, Argentina, Paraguai, entre outros (CORREA; COUTINHO, 2019). Existem indícios que o aumento de praticantes do futsal está atrelado diretamente ao processo de crescimento urbano (RAMOS, 2019).

ESPORTES COLETIVOS: VOLEIBOL

O voleibol é um esporte praticado entre duas equipes de seis jogadores cada, dentro de uma quadra retangular dividida em dois quadrados iguais, separados por uma rede. O objetivo do jogo é fazer com que a bola passe sobre a rede e caia dentro dos limites da quadra adversária, para isso cada equipe pode tocar três vezes na bola e cada jogador não pode fazê-lo seguidamente. O contato com a bola ocorre por meio de golpes efetuados nela, geralmente desferidos com as mãos e com os antebraços, devendo ser instantâneos, não sendo permitido reter a bola. As partidas são disputadas em sets de 25 pontos, exceto o quinto set, jogado em 15 pontos, saindo-se vitoriosa a equipe que vencer três sets (BIZZOCCHI, 2013).

Teve seu início com o Professor William Morgan, em Massachusetts, Estados Unidos, no ano de 1895, inicialmente chamado de Mintonette (JULIO; MATIAS; GRECO, 2011). Naquela época, nesse esporte havia a combinação de elementos do basquetebol, do tênis e do handebol americano. O jogo tinha o objetivo de ser praticado pelos frequentadores da instituição, na faixa etária entre 40 e 50 anos de idade (WESTPHAL, 1990). Naquela mesma instituição, três anos antes havia sido criado o basquetebol. Em razão do contato físico, as pessoas o achavam um tanto violento (GUILHERME, 2001; WESTPHAL, 1990). Assim, a pedido do Pastor Lawrence Rinder, o Professor William Morgan criou um novo jogo, nascendo, por consequência, o voleibol (VALPORTO, 2007; WESTPHAL, 1990).



No Brasil, o primeiro registro de uma competição de voleibol foi no ano de 1911, na Cidade de Recife, organizada pela Associação Cristã de Moços (ACM) (ALMEIDA et al., 2012). Os contatos iniciais com a modalidade em território brasileiro tentaram manter as características importadas de status da tradição norte-americana por meio das manifestações práticas da modalidade (ALMEIDA et al., 2012).

Ainda que o início da modalidade no Brasil, durante as décadas de 1910 a 1960, não tenha sido de relevantes resultados em competições internacionais, a prática em clubes de elite demonstrava que a modalidade era voltada à formação de equipes competitivas, conforme o desenho estrutural norte-americano. Apesar de haver na época a intenção profissional competitiva, predominava o caráter hierárquico, subordinado e dependente das administrações nos clubes por meio de infraestruturas amadoras. Os atletas se dedicavam a outras atividades e as entidades organizadoras tinham execuções de planejamento insatisfatórias (MARCHI JÚNIOR, 2004).

Após esse período, que inclui a criação de órgãos reguladores (a Federação Internacional de Voleibol (FIVB) em 1947, e, no caso brasileiro, a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), em 1954), as décadas de 1960 e 1970 destacam-se com transições e transformações que ocorreram de maneira gradativa e que marcaram a história do voleibol nacional. A partir do fim dos anos 1980 ocorreu a profissionalização do voleibol, contribuindo para o seu desenvolvimento no Brasil, o trabalho de diversos dirigentes, treinadores e outros profissionais do esporte. As empresas privadas também colaboraram ao apoiar os clubes, ou na construção de suas próprias equipes. Acrescenta-se a isso o apoio dado às seleções brasileiras (JULIO; MATIAS; GRECO, 2011).

Em pleno século XXI, o Brasil desfruta de um grande sucesso na modalidade, conhecido por resultados vitoriosos: a escola brasileira de voleibol, *indoor* e de praia, masculino e feminino. Nos rankings da Fédération



Internationale de Volleyball (FIVB), o Brasil ocupa as primeiras posições há vários anos (FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL, 2019).

ESPORTES COLETIVOS: BASQUETEBOL

A origem do basquetebol ocorreu em solo norte-americano e teve seu início no fim do século XIX (HARRIS, 2014). Foi no ano de 1891, durante o longo e rigoroso inverno do Estado Norte-Americano de Massachussets, no Condado de Springfield, que, justamente as adversidades climáticas da região (neve e frio intenso), as quais inviabilizavam as práticas de esportes ao ar livre, e as aulas e Educação Física nas escolas de ensino básico e superior naquela região dos EUA constituíram o “estopim” principal para a criação do basquetebol (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, 2012).

Foi então nesse cenário que Luther Halsey Gullick, Diretor do Springfield College, Colégio Internacional da Associação Cristã de Moços (ACM), convidou o Professor James Naismith para a missão de pensar em uma solução para o problema das aulas de Educação Física que estavam ficando prejudicadas. Como não havia a possibilidade de alguma solução tecnológica para os problemas, a saída era inventar um jogo novo. Depois de algumas reuniões com outros assistentes, discussões calorosas e pouquíssimas evoluções na direção da solução do problema, já exausto, o Professor Naismith deparou-se com algo que realmente serviu como um começo para um novo jogo. Após várias tentativas de esboçar, no papel, ideias novas, todos atiravam os rascunhos, os erros, na forma de bolinhas de papel, diretamente no cesto de lixo. Assim, o Professor se percebeu fazendo algo simples, corriqueiro: atirando as bolinhas de papel em um cesto que poderia ser transformado em um esporte coletivo e competitivo (OLIVEIRA, 2012).

O início consistiu em pendurar duas cestas de pêssigo fixadas por dois postes de madeira, a três metros de altura do solo, em que se imaginava que



nenhum jogador da defesa seria capaz de interceptar a bola, tal qual como um goleiro, que fosse arremessada para o alvo. Tamanha altura também atribuía certo grau de dificuldade ao jogo, como Naismith desejava desde o início (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, 2012).

O Professor James Naismith escreveu, também, as primeiras regras do esporte, contendo 13 itens. Comunicou a seus alunos que haveria um novo esporte a ser praticado, explicou a eles as instruções, organizou as equipes e passou a conduzir e arbitrar as partidas. Naismith não poderia imaginar a extensão do sucesso alcançado pelo esporte que inventara. Seu momento de glória veio quando o basquete foi incluído nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, e quando ele lançou ao alto a bola que iniciou o primeiro jogo de basquete nas Olimpíadas. Atualmente, o esporte é praticado por mais de 300 milhões de pessoas no mundo inteiro, nos mais de 170 países filiados à FIBA (OLIVEIRA, 2012).

O Brasil foi o primeiro País da América do Sul e o quinto do mundo a conhecer o basquetebol. Em 1896, o Professor americano Auguste Farnham Shaw (1865-1939) introduziu esse esporte no Mackenzie College, na Cidade de São Paulo. Posteriormente o basquetebol passou a integrar os programas de atividades físicas da Associação Cristã de Moços (ACM) de São Paulo. No ano de 1912, por intermédio da ACM de São Paulo, o basquetebol foi introduzido na ACM do Rio de Janeiro, cidade onde ocorreu o primeiro jogo oficial da modalidade (PEREIRA, 2006).

Desde a primeira partida oficial realizada, o basquetebol brasileiro já viveu momentos de glória internacional, conquistou o pódio em campeonatos mundiais e jogos olímpicos em várias oportunidades, todas, no entanto, ocorridas antes do início dos anos 1980. O único título de maior expressão ganho pela Seleção Brasileira após esse período foi o Pan-Americano de Indianápolis, em 1987 (MENESES; GOIS JUNIOR; ALMEIDA, 2016) and determined reference values (percentiles).



ESPORTES INDIVIDUAIS: ESPORTES DE PISTA E CAMPO

Segundo Duarte (2019), “O atletismo é chamado ‘esporte-base’ dos Jogos Olímpicos. Desde as competições da Grécia antiga, o que se quer medir são as habilidades naturais do homem em *correr, saltar* e *arremessar*.” É uma modalidade esportiva prestigiada por todos e instiga a competição dos que dele participam, exigindo muito treinamento físico e mental.

Há indícios de que a origem do atletismo ocorreu por volta de quatro mil anos atrás, no Egito Antigo. Logo mais, na Ilha de Creta, na velha Grécia, eram realizados jogos periódicos que incluíam provas de velocidade, salto em distância, salto em altura e arremessos de objetos variados. Os primeiros jogos de que há registro foram efetuados na Grécia, em 776 a.C., onde existiu apenas uma prova, a corrida no estádio. A forma moderna do Atletismo, a qual hoje se aprecia, começou a ser praticada no início do século XIX, na Inglaterra. De lá muitas das modalidades existentes surgiram. O atletismo é disputado nos Jogos Olímpicos desde a primeira edição de Atenas, em 1896. Provas femininas começaram a ser disputadas nos Jogos de Amsterdã, em 1928 (SOARES et al., 2014).

Ao longo da história do atletismo ocorreram diversas mudanças, sendo uma delas a forma de monitorar as provas com mais segurança e eficácia; a tecnologia foi uma grande aliada ao esporte com a criação de sensores eletrônicos para um maior controle e precisão durante a realização das provas. A pista para a realização das corridas é constituída por 8 raias medindo aproximadamente 1,25 m cada uma, e as competições desenvolvidas são: corridas rasas de 100m, 200m, 400m, 800m, 1.500m, 5.000m e 10.00 m; corridas com barreiras de 110m e 400m; corridas com obstáculos de 3.000m; marcha atlética de 20.000m para mulheres e 50.000m para homens; e corrida



de revezamento 4 x 100m e 4 x 400m. Além das corridas, há as provas de campo, como saltos, lançamentos e arremessos (DUARTE, 2019).

ESPORTES INDIVIDUAIS: ESPORTES DE COMBATE - JUDÔ

Criado com base no sistema de autodefesa do samurai, significa caminho da suavidade, educa o espírito e a alma. Esse esporte era praticado no Japão há três mil anos, quando o uso de armas era proibido durante o período feudal; ganhou milhares de adeptos e se tornou um esporte que estimula o corpo e a mente. É uma modalidade esportiva de origem japonesa que chegou ao Brasil no século passado e que hoje em dia é praticado por cerca de dois milhões de pessoas. A introdução do judô no Brasil ocorreu, principalmente, pelos imigrantes japoneses (NUNES; RUBIO, 2012).

O judô foi pautado em valores éticos e humanitários profundos, os quais buscam uma prática de equilíbrio entre o corpo e a mente. Esboçado na disciplina, nos movimentos harmoniosos da física cosmológica, no esquecimento do “eu individual”, na superação do aspecto marcial, na fraternidade, no desenvolvimento interior, na estética e eficiência, na superação da força, entre outros princípios antigos e firmemente alicerçados na cultura milenar japonesa, e por que não dizer nos mestres orientais (BORGES, 2005).

O judô é praticado sobre o tatame, uma área quadrada de 16m de cada lado. Essa modalidade é dividida em categorias, com seus pesos correspondentes. É obrigatório o uso do quimono, o uniforme do judô, que pode ser de cor azul, branca ou bege. Uma faixa chamada *obi* é amarrada sobre a jaqueta larga que cobre os quadris e tem mangas compridas. A pontuação é atribuída por meio de golpes, que exigem muita técnica para executar o movimento correto no tempo certo da luta (DUARTE, 2019).



ESPORTES INDIVIDUAIS: ESPORTES DE COMBATE - BOXE

Conhecido também como pugilismo, utiliza apenas dos punhos para a defesa e para o ataque ao adversário. O objetivo desse esporte é aplicar o maior número possível de golpes no adversário para contar pontos e fazer a defesa dos golpes recebidos. O boxe é praticado desde a antiguidade. Vieira e Freitas (2007, p.10) afirmam que algumas obras informavam haver lutas com as mãos 7.000 anos a.C., mas ressaltam que

A maioria dos historiadores, porém, prefere trabalhar com uma marca diferente, informando que o boxe teria surgido formalmente cerca de 4 mil ou 3 mil anos antes da era cristã. Ainda muito diferente do boxe atual, o pugilismo passou a fazer parte do programa olímpico dos Jogos da Antiguidade na edição número 23, no ano de 668 a.C.

A partir do ano de 1904, iniciaram-se as disputas do boxe nas olimpíadas da era moderna. Mais de 100 anos depois, o Conselho Executivo do Comitê Olímpico Internacional cogitou incluir o boxe feminino no programa de eventos da competição em 2008. Porém, somente nos Jogos Olímpicos de 2012 iniciaram-se as disputas. É importante salientar que três atletas brasileiras participaram da estreia do boxe feminino nos Jogos Olímpicos de Londres, resultando na conquista de uma medalha de bronze (COI..., 2009).

ESPORTES INDIVIDUAIS: ESPORTES DE RAQUETES - BADMINTON

Semelhante ao tênis, o badminton é um esporte olímpico desde 1992. Oriundo da Índia, que era conhecido por *Poona*, que depois foi adaptado pelos ingleses para badminton. Ele é praticado com raquetes e um volante,



uma espécie de peteca, podendo ser chamada também de *birdie*. Baseado em saques e defesa, esse esporte é praticado em uma quadra com uma rede dividindo seu meio. O jogo pode ser com dois ou quatro atletas, ou seja, individual ou em duplas (DUARTE, 2019).

Segundo o Comitê Olímpico do Brasil (COI), o badminton é considerado o esporte de raquete mais rápido do mundo, em que em uma simples partida um atleta pode executar mais de dois mil golpes, sendo que destes, aproximadamente 200 serão golpes de força para marcar pontos. Os jogos são constituídos por 3 sets com 21 pontos cada, vence o atleta que conquistar 2 sets primeiro. Os pontos são conquistados quando o volante toca o solo do adversário, desse modo, os atletas necessitam de um ótimo preparo físico, pois a modalidade exige muita agilidade, velocidade, coordenação motora e um bom reflexo (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BADMINTON, 2015).

Suas formas de disputa podem ser simples, duplas e duplas mistas. É popular em países do Oriente, como Cingapura, Índia, Indonésia, China, Paquistão, Japão e Tailândia. O badminton lembra o voleibol e o tênis de campo, no entanto, contém regras que o atribuem características específicas (BATISTA; LIMA; MOURA, 2015).

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Este capítulo apresenta a história e as características de alguns esportes coletivos e individuais, com as especificidades de cada modalidade esportiva. A leitura deste capítulo vai proporcionar ao leitor um melhor conhecimento deste fabuloso mundo dos esportes, além de servir como base para profissionais de Educação Física que atuam em escolas e clubes esportivos, para que possam utilizar este material na transmissão de conhecimentos aos seus alunos.



Por outro lado, sugerimos algumas leituras complementares de autores que escreveram sobre esta temática. Entre elas citamos: “A História dos Esportes”, produzida por Orlando Duarte, em 2019, e o Ebook “O que é Esporte”, que tem como autor Manoel Tubino (2017). Entre outros, sugerimos também os artigos como “História dos Esportes”, de Melo e Fortes (2010), que apresenta um panorama nacional e internacional do esporte e “História do Esporte Internacional: visão geral”, com autoria de Wray Vamplew (2013), que associa a história dos esportes como a história de uma nação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S. *et al.* O país do futebol que joga com as mãos: a gestão esportiva da confederação brasileira de voleibol. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 2, p. 144-162, 2012.

AQUINO, R. S. L. **Futebol uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARROS JUNIOR, E. S.; ARAÚJO, W. C. de. A importância do futsal na formação esportiva do jogador de futebol. **Revista Diálogos em Saúde**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2018.

BATISTA, A. P.; LIMA, M. M. S. M.; MOURA, A. B. Badminton: ampliando a cultura esportiva das escolas públicas de Parnamirim. **Diálogos da extensão**, v. 1, n. 1, p. 2, 2015. Disponível em: www2.ifrn.edu.br. Acesso em: 20 ago. 2020.

BIZZOCCHI, C. **O voleibol de alto nível: da iniciação à competição**. 4. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2013.

BORGES, E. **O judô e suas simbologias ocidentais**. São Luis: [s. n.], 2005.

COI inclui boxe feminino na olimpíada de 2012. **O Estadão**, 13 ago. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,coi-inclui-boxe-feminino-na-olimpiada-de-2012,418266,0.htm>. Acesso em: 26 maio 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BADMINTON. **A história do badminton**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: www.badminton.org.br. Acesso em: 20 ago. 2020.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL. **O histórico do basquetebol**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.cbb.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CORREA, G. F. S.; COUTINHO, N. F. **Iniciação esportiva ao futsal dos 08 aos 10 anos**. Guarujá: Unaerp, 2019.

DUARTE, O. **A História dos esportes**. 6. ed. rev. São Paulo: Senac, 2019.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL. **Volleyball history: the origins**. [S. l.: s. n.], 2019.

GEHRINGER, M. **Almanaque dos mundiais: os mais curiosos casos e histórias de 1930 a 2006**. São Paulo: Globo, 2010.

GUILHERME, A. **À beira da quadra**. 4. ed. Belo Horizonte: Minas Tênis Clube, 2001.

HARRIS, C. M. **From the triangle to the cage: basketball's contested origins (1891-1910)**. 2014. Dissertation (Master of Arts in History) – Faculty of the History Department of American University, Washington, DC, 2014.

JULIO, C.; MATIAS, S.; GRECO, P. J. De Morgan ao voleibol moderno: o sucesso do Brasil e a relevância do levantador. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 10, n. 2, p. 49-63, 2011.

MAKAJE, N. et al. Physiological demands and activity profiles during futsal match play according to competitive level. **Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, v. 52, n. 4, p. 366-374, 2012.

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.

MENESES, L. R.; GOIS JUNIOR, L. E. M.; ALMEIDA, M. B. de. Análise do desempenho do basquetebol brasileiro ao longo de três temporadas do Novo Basquete Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 1, p. 93-100, 2016.

NUNES, A. V.; RUBIO, K. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 4, p. 667, 678, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092012000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2020.



OLIVEIRA, J. E. C. de. Basquetebol. Aspectos históricos e funcionais. **EFDeportes, Revista Digital**, v. 17, n. 174, p. 1-12, 2012.

PEREIRA, G. B. P. **Vela. Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

RAMOS, B. A. **Escolinhas de futsal: iniciação esportiva, treinamento precoce e metodologias de ensino**. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2019.

SANTOS, F. F. dos. O índice de aproveitamento dos contra-ataques é superior aos das jogadas ofensivas de posse de bola. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 3 n. 7, p. 37-44, 2011.

SANTOS, M. A. P. **Do futebol de salão ao futsal. 70 anos de história do esporte e de mudanças em suas regras**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SILVA, P. R. S.; GREVE, J. M. D. A.; PEDRINELLI, A. Running economy in elite soccer and futsal players: differences among positions on the field. **Medical Express**, v. 4, n. 6, 2017.

SOARES, A. C. da S. et al. História do atletismo. *In*: FÓRUM DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNEC/EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 5., Santa Fé do Sul, 2014. **Anais [...]** Santa Fé do Sul, 2014.

VALPORTO, O. **Vôlei no Brasil: uma história de grandes manchetes**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

VARGAS, L.; CAPUTO, E.; SILVA, M. Caracterização do perfil dos treinadores de futsal feminino de equipes que disputam os jogos abertos de Pelotas. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 9, n. 33, p. 151-159, 2017.

VIEIRA, S.; FREITAS, A. **O que é Boxe –História, Regras e Curiosidades**. Rio de Janeiro: COB, 2007.

WESTPHAL, G. Historical development of volleyball especially in view of the rules. *In*: ANDRESEN, R.; KRÖGER, C. (ed.). **Volleyball: training and tactics**. Ahrensburg bei Hamburg: Czwalina, 1990.



O PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: AS ABORDAGENS DE ENSINO

Sandra Rogéria de Oliveira
Silvester Franchi

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Compreender o contexto histórico de sistematização das abordagens da educação física;
- Identificar as principais características de cada uma das abordagens da educação física;
- Relacionar as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, com as abordagens da educação física.
- Diferenciar as abordagens de educação física apontando suas semelhanças e diferenças.



INTRODUÇÃO

A Educação Física ao longo do tempo tem passado por diversas transformações que resultaram em mudanças de concepção e objetivos no processo educacional formal e não formal. Indubitavelmente, conforme o contexto histórico e cultural de cada época, apresenta diferentes abordagens nas quais seus profissionais tecem reflexões, buscando um posicionamento que fundamente seu espaço social enquanto profissão, construindo sua importância na formação humana e no modo de vida cotidiana.

A constante reflexão a respeito das abordagens construídas como também da configuração do contexto histórico em que surgiram é primordial, uma vez que ao conhecermos o passado conseguimos compreender o presente, construindo possibilidades de compreensão da profissão e propostas condizentes com os anseios de nossa contemporaneidade.

As diferentes abordagens da Educação Física serão aqui evidenciadas com objetivo de construir um momento reflexivo histórico e cultural de seu desenvolvimento no Brasil, auxiliando profissionais e acadêmicos em processo de formação na busca da construção de sua identidade profissional.

ABORDAGENS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Constata-se na história da humanidade a importância do movimento no seu processo evolutivo, desde os períodos pré-históricos, onde o movimento era essencial e vital à sua sobrevivência no suprimento de suas necessidades básicas tais como aqueles necessários na caça para a alimentação. Evolutivamente os seres humanos foram mudando a relação com o corpo e as habilidades de movimentar-se, transformaram-se conforme a cultura e o



tempo histórico atendendo às suas necessidades imediatas, especializando-se ao longo do processo civilizatório. Nesse contínuo segundo Ramos (1982) no Brasil colônia em 1851 a Educação Física é implantada na educação de meninos denominada inicialmente como ginástica, a partir deste momento tem passado por diversas modificações assumindo diferentes abordagens de acordo com o seu tempo histórico e cultural.

As diferentes abordagens da Educação Física evoluíram, se transformaram ou surgiram de acordo com a necessidade de cada época, algumas mesmo que pertencentes a épocas passadas ainda são visíveis e presentes nas práticas educacionais. Neste sentido, faz-se a necessidade da compreensão do surgimento dos diferentes caminhos que a Educação Física construiu no Brasil, por conseguinte organiza-se a partir de então um estudo destas abordagens tentando a certo modo identificá-las no cenário nacional, por conseguinte serão evidenciadas as abordagens: militarista, higienista, esportivista, competitivista, pedagogicista, recreacionista, desenvolvimentista, psicomotricista, construtivista, saúde renovada, crítico superadora, crítico emancipatória, ensino aberto, PCN e BNCC.

HIGIENISTA

O movimento higienista, manifesto como ramo da medicina, é visível na Europa no século XIX, e chega ao Brasil em 1840 nos cursos de medicina e a temática ganhou espaço nos trabalhos de pesquisas com proposta de seleção de locais e formas de organização nas escolas e exercícios físicos para a formação de corpos robustos, para restabelecer a saúde dos alunos. Essas ideias se propagaram e, a partir do século XX, medidas como exames e testes de condições sanitárias biológicas e psicológicas começaram a ser aplicados na educação básica. Este movimento foi aderido por vários profissionais que defendiam uma pedagogia salvacionista, ditando normas as escolas para



que erradicassem os males que atingiam o povo brasileiro (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012).

A Educação Física enquanto abordagem higienista, segundo Darido e Sanches Neto (2011), se pauta nos trabalhos de sistematização da ginástica criados pelo sueco P.H.Ling, pelo francês Amoros e pelo alemão Spiess, que propõem a ginástica escolar que possibilitasse o ensino de hábitos de higiene saudáveis física e moralmente, com objetivos pautados na assepsia social.

Com objetivos centrados na assepsia social, a abordagem higienista na Educação Física é proposta como meio de resolver a saúde pública pela educação, disseminando padrões de conduta pelo movimento. Nesta perspectiva a Educação Física se preocupa em se tornar agente de saúde pública que auxilie a população a se livrar das doenças infectocontagiosas e dos vícios responsáveis por deteriorar a saúde e o caráter do indivíduo (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991). Algumas das ações na escola que marcam esta concepção são lembradas quando os médicos visitavam as escolas e os alunos eram submetidos a rápidas consultas médicas no início do ano letivo e os conteúdos de higiene corporal que eram ministradas por professores de Educação Física.

MILITARISTA

A ideia de saúde concebida na abordagem higienista e relegada pela concepção de formar corpos humanos a serviço da Pátria, da assepsia social volta-se à ênfase para a formação de indivíduos que zelem pela saúde da Pátria, seguindo normas que promoviam a hierarquização e elitização social.

A Educação Física Militarista regida por princípios autoritários de orientação fascista que concebe o seu papel como aquela que deve formar o homem obediente e adestrado, buscando a formação de jovens capazes



para frente de batalha (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991). Esta abordagem inicialmente tem como objetivo o disciplinamento dos corpos tornando-os saudáveis, obedientes e subservientes a pátria.

Esta concepção, assim como a higienista, concebe uma Educação Física essencialmente prática, não valorizando a fundamentação teórica, nesta perspectiva basta o indivíduo ter a vivência prática de exercícios físicos ou atleta de uma determinada modalidade esportiva para se transformar em professor ou instrutor de Educação Física na escola, este por sua vez seguia uma forma de ensinar puramente instrumental/técnica, não exigindo a problematização de conhecimentos, apenas a reprodução.

Formar corpos perfeitos e preparados para a defesa da pátria torna-se excludente, principalmente ao considerarmos a necessidade de inclusão de pessoas com deficiências. Assim como a não obrigatoriedade para mulheres, uma vez que não seria este o perfil dos “cidadãos soldados” que desejavam formar, assim, exclui pessoas que não são consideradas perfeitas para esta finalidade. Outra característica que por muito tempo ficou na organização da escola foram as fileiras de crianças organizadas pelos professores, com comandos de distanciamento para adentrarem nas salas de aula ou saírem para as quadras esportivas; as vozes de comando ensinadas nas aulas práticas, as aulas utilizadas para o ensino da marcha nos desfiles em comemoração à independência do Brasil “os desfiles de sete de setembro”.

PEDAGOGICISTA

Esta abordagem vai reclamar e defender que a Educação Física seja concebida não somente como uma prática que promova a saúde e tão pouco discipline crianças e jovens, mas que também seja percebida como aquela que promove a educação integral do indivíduo. Neste contexto não somente era vista como instrutiva, mas também como educativa, aquela que promovia a



saúde e educando para aquisição de bons hábitos em suas horas de lazer. Nas escolas nesta época o professor de Educação Física abraça todas as atividades educativas que os demais professores não conseguiam trabalhar como

Esta concepção ganha força no período pós-guerra de (1945 – 1964) surge do sentimento dos profissionais da área de que a sociedade reconheça e valorize os professores de Educação Física, como os responsáveis para educar os jovens que frequentam a escola através do desenvolvimento de atividades esportiva. Mostra-se como um avanço perante as abordagens higienista e militarista e baseia-se das teorias psicopedagógicas da Escola Nova de Dewey (1979) que desenvolveu sua teoria baseada em um pensamento liberal centrada na experiência, sendo que elas apresentam situações concretas para serem resolvidas, desenvolvendo ao espírito do trabalho em equipe, para ele a educação devia adequar-se à democracia moderna (PEREIRA et al., 2009).

ESPORTIVISTA E COMPETITIVISTA

O desporto de alto nível a partir de 1920 ganha espaço na sociedade e conseqüentemente na Educação. No entanto nas décadas de 60 e 70 ele chega a subjugar a Educação Física posicionando-a como parte do treinamento desportivo. A sustentação ideológica desta abordagem baseia-se nas ideias militares que se instala nos anos de 1964, que propaga o desenvolvimento com segurança, produzida e divulgada na Escola Superior de Guerra, com ações despolitizadas, propondo o desenvolvimento educacional no país e na Educação Física com objetivo de trazer medalhas olímpicas e buscavam produzir uma falsa ideia de desenvolvimento e união nacional, em meio aos conflitos existentes da época resultantes de um governo ditatorial, onde aconteceram censuras da imprensa e os exílios de brasileiros descontentes com as decisões do regime político da época..



A Educação Física esportivista e competitivista assim como a militarista desenvolve seu trabalho em prol da hierarquização e elitização da sociedade, buscando os melhores atletas, aqui agora não é mais o soldado que salvaria a pátria, mas o atleta herói aquele que mesmo com todas as dificuldades consegue vencer (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991). A ideia esportivista tem no desporto como salvação para os problemas sociais na figura do atleta herói e desenvolve o pensamento de competição pautado pela sociedade capitalista, segundo Darido e Sanches Neto (2011) o sucesso da Seleção Brasileira nas copas do mundo de 1958, 1962 e 1970 pelo viés do futebol, foi associado à Educação Física escolar implicando nestas mudanças na escola. Segundo Betti (1991) foi marcado nesta época o binômio esporte e Educação Física como parte de planilhas de estratégias de governo.

O que se observa ao longo das experiências no campo docente e no acompanhamento dos estágios dos cursos de graduação em Educação Física, o esporte é o centro dos conteúdos nas aulas de educação física principalmente o futebol; e professores ainda defendem uma educação física que seja dedicada somente aos esportes (principalmente no ensino fundamental II e ensino médio) e avaliam seus alunos de acordo com as habilidades esportivas demonstradas, principalmente se estes se enquadram no modelo ‘aluno atleta’. Segundo Darido e Sanches Neto (2011) esse modelo foi muito criticado pelo meio acadêmico principalmente a partir de 1980.

RECREACIONISTA

Muitas mudanças ocorreram em 1980 entre elas a redemocratização das políticas públicas que possibilitar maior abertura nos trabalhos acadêmicos e nos processos pedagógicos. No entanto o discurso acadêmico por muito tempo ficou apontando o que não fazer em aulas de Educação Física, sem apontar possibilidades de trabalho este fator junto com as políticas públicas



que não davam condições e recursos necessários para melhoria do trabalho nas escolas fomentaram esta abordagem recreacionista, sendo aquela onde o professor de Educação Física entrega uma bola aos seus alunos, divide os grupos e deixa o jogo rolar, não interfere, fica apenas na função de cronometrar o tempo de aula, desconsiderando a diversidade dos conteúdos, o planejamento, os procedimentos metodológicos que cabem ao professor definir e tomar um posicionamento na organização do processo pedagógico de suas aulas (DARIDO, 2003).

A abordagem foi assim denominada por Kunz (1994), mesmo que o termo não seja o mais adequado e não deva ser relacionado diretamente ao papel que a recreação e o lazer devem desempenhar na sociedade enquanto formação do indivíduo e políticas públicas, assim neste sentido o professor que trabalha numa abordagem recreacionista sem compromisso contribui para a desvalorização da disciplina diante das demais no contexto da escola.

PSICOMOTRICISTA

A abordagem psicomotricista na Educação Física, surge após 1970 sustentada pela teoria do desenvolvimento psicomotor de Piaget, Le Boulch, Ajuriaguerra, Wallon e Winnicott. Neste contexto a Educação Física se envolve com o desenvolvimento da criança principalmente no ato de aprender, nos aspectos afetivos, cognitivos e psicomotores (DARIDO 2003).

O autor Le Boulch (2001) identifica em Piaget (1996) em sua teoria psicomotora a função essencial da educação da criança que auxilia diretamente nos processos de aprendizagem por meio dos mecanismos de assimilação e acomodação. Segundo Piaget (1996, p. 13) as estruturas do indivíduo “podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente”, ou seja, as estruturas prévias não são destruídas, mas acomodadas à uma nova situação,



nessa perspectiva a pessoa é construída na relação que estabelece consigo e com os outros e suas ações na Educação Física desencadeiam processos de assimilação dos movimentos, para acomodá-los quando aplicados em sua realidade, a partir do que foi assimilado.

As atividades lúdicas impulsionam as aulas de Educação Física nesta abordagem, elas devem ser significativas para as crianças e possibilitar a exploração, espontaneidade e o desenvolvimento dos seus relacionamentos interpessoais (AZEVEDO; SHIGUNOV, 2000), portanto nesta abordagem o professor deve ir além dos objetivos de aprendizagem, voltados ao rendimento do movimento ou das funções biológicas, devendo buscar atender também as características psicológicas/cognitivas dos seus alunos.

DESENVOLVIMENTISTA

A abordagem desenvolvimentista da Educação Física, trata aprendizagem motora a partir da compreensão do indivíduo em seus aspectos motor, cognitivo, afetivo, social, cognitivo e fisiológico e tem como suporte teórico os estudos de Gallahue e Ozmun (2003), onde Tani et al. (1988) tecem elementos para a busca de uma fundamentação para a Educação Física no contexto da escola que propõem uma taxonomia para o desenvolvimento motor e estabelece uma classificação que inicia e prossegue com os movimentos fetais, espontâneos e reflexos, rudimentares e fundamentais e chega a combinações de movimentos fundamentais e os determinados pela cultura.

Ela deve privilegiar as habilidades básicas e específicas de ordem locomotoras, manipulativas de estabilização e as específicas destinadas aos esportes, danças, lutas e os movimentos do trabalho. Nesse sentido o movimento é o meio e o fim da Educação Física e não mais enquanto disciplina



escolar que serve apenas para auxiliar na aprendizagem de outras, mas com fim em si mesmo.

Tani et al. (1988) consideram dois princípios para se compreender a complexidade do movimento: totalidade e especificidade. A totalidade se caracteriza a partir de três domínios relacionados ao movimento, são eles o cognitivo (pensamento, raciocínio), afetivo-emocional (estado emocional do indivíduo) e motor; no que se refere à especificidade se dá nas características de determinada atividade e contexto.

No que tange à aprendizagem e desenvolvimento, os seres humanos possuem mudanças no comportamento motor ao longo da vida, assim é necessário compreender a continuidade e progressividade do desenvolvimento (MANOEL, 1994). A continuidade se mostra através das mudanças que ocorrem durante a vida, adaptando-se através da flexibilidade das ações conforme as variações do ambiente e objetivos pretendidos; a progressividade deste desenvolvimento através dos saltos qualitativos exigidos para organização de diferentes ações cada vez mais complexas, assim como do geral para o específico (MANOEL, 1994).

CONSTRUTIVISTA

João Batista Freire (1989), em seu livro *Educação de Corpo Inteiro*, realiza as primeiras aproximações de seus estudos sustentados na psicologia do desenvolvimento, aproximando-se à abordagem desenvolvimentista na atenção às diferentes fases maturacionais como ênfase para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. As especificidades que o autor trás para a Educação Física é de proporcionar estímulos para que ocorra o desenvolvimento dos alunos a partir da cultura lúdica, ou seja, de jogos e brincadeiras presentes nos distintos contextos, onde a complexidade destes



aumenta para proporcionar estímulos cada vez mais alinhados às fases de desenvolvimento (FREIRE, 1989).

A partir da oposição às características esportivista e mecanicista que a educação física manteve em boa parte de sua trajetória enquanto área de conhecimento, os escritos considerados enquanto abordagem construtivista estreitam os laços a partir da consideração do que as crianças já conhecem a partir de suas relações com o mundo (DARIDO, 2012). Segundo Darido (2012), o que não fica claro nesta abordagem é qual seria o conhecimento que deseja construir para a Educação Física, pois se enfatiza muito sobre o desenvolvimento cognitivo associado a interdisciplinaridade, o que por sua vez descaracteriza a área da educação física com objeto de conhecimento próprio, sendo vista como um meio para aprendizagem de conhecimentos de outros componentes curriculares.

CRÍTICO SUPERADORA

A presente abordagem foi elaborada por seis autores, corriqueiramente chamado de coletivo de autores, que partilhavam ideias e ideais semelhantes em meados da década de 1990 e sintetizaram tais ideias no livro Metodologia do Ensino de Educação Física (1992, 2012). Os autores partiram da angústia de que a educação física não deve ser vista a partir de características mecânicas ou esportivistas, com o objetivo de melhoria da aptidão física para a adaptação à sociedade sem compreendê-la, pois, neste sentido se está contribuindo ainda mais para a engrenagem social de desigualdades sociais (SOARES et al., 2012).

Para superar este modelo de intervenção que por décadas se fez presente em diferentes momentos históricos da educação física, Soares et al. (2012) sugerem que os conhecimentos sobre jogos, esportes, ginásticas, lutas/capoeira, danças, entre outros, devam ser trabalhados na escola não



somente enquanto prática, mas enquanto manifestações da cultura corporal que são constituídas historicamente influenciado e sofrendo influências dos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos.

Neste sentido, a compreensão da historicidade das manifestações corporais traz consigo a necessidade de compreensão que a espécie humana não nasceu pulando, arremessando, chutando, pois são ações que provém de diferentes necessidades ou estímulos que historicamente o ser humano influenciado para garantir sua sobrevivência, assim acarretando na evolução da espécie (SOARES et al., 2012). Todo o discurso sobre as manifestações da cultura corporal realizado pelos autores enfatiza reflexão acerca das práticas corporais, no entanto, não se desconsidera a dimensão de aprendizagem das técnicas e táticas das manifestações, a diferença é de não colocar a estes conhecimentos como único centro de aprendizagem da educação física.

CRÍTICO EMANCIPATÓRIA

Elenor Kunz é o autor que busca através da transformação didática do esporte a emancipação do ser humano. Sua análise parte da crítica às limitações que são impostas pelo contexto econômico e social, as quais se refletem na estrutura e organização do sistema esportivo que na maioria das vezes está sustentado como única prática importante para a educação física. Suas principais ideias para contribuir metodologicamente para a educação física emergem no início da década de 90 (KUNZ, 1991, 1994).

Kunz (2014) considera que o movimento humano é a forma de interação e comunicação do sujeito com o mundo, desta forma, problematiza que a educação física não deva ser apenas a apropriação de práticas, de aquisição de capacidade funcional, mas também de momentos de problematização e conscientização do lugar dos indivíduos no mundo e suas possibilidades de ação e emancipação pela apropriação crítica da realidade.



Referido autor advoga pela necessidade de não permanecer em apenas discutir teoricamente a superação desta realidade de contemplação e reprodução do esporte de rendimento, para tanto, a transformação da prática pedagógica da educação física, a seu ver, deve permear três competências: objetiva, social e comunicativa (KUNZ, 2014). Como competência objetiva se pode compreender que os indivíduos devam ser capazes de atuar, dentro de suas possibilidades, competentemente nas diferentes esferas de sua vida (inclui-se obviamente o esporte), deste modo é necessário que se apropriem de conhecimentos, técnicas e estratégias para este agir prático; no âmbito da competência social, é possível perceber que há a necessidade de os alunos conseguirem se situar em seu contexto sociocultural, ou seja, os papéis que são estabelecidos na sociedade, assim como no esporte, concretizando-se, por exemplo, no papel de atleta e espectador, desigualdades entre diferentes esporte ou entre sexos; por fim, a competência comunicativa, onde há a mediação do sujeito com o mundo a partir da verbalização e principalmente do “se-movimentar”, as ações do indivíduo partindo de sua corporeidade, deste modo, comunicar e entender a comunicação dos demais é um processo reflexivo e crítico (KUNZ, 2014).

SAÚDE RENOVADA

A educação física se caracteriza como um componente curricular que necessita de várias ciências para se constituir como área de conhecimento, em que se dedicam a estudar as diferentes transformações orgânicas nos indivíduos, tais como a bioquímica, fisiologia e fisiologia do exercício. Neste sentido que a visão desde diferentes profissionais, ou mesmo da comunidade escolar, tal componente curricular deveria ser o meio principal para enfrentar o sedentarismo e a obesidade.



No contexto da abordagem saúde renovada, há um avanço em se tratar a saúde humana, pois se compararmos com a abordagem higienista que se baseava na educação física como fonte de criação de indivíduos mais fortes e saudáveis, neste momento a saúde renovada considera a saúde, juntamente com a qualidade de vida e a aptidão física não somente como momentos de prática, assim como a necessidade de compreensão teórica dos conceitos para que os alunos possam ser capazes de tomar decisões e adotar hábitos saudáveis de comportamento físico para o decorrer de sua vida (DARIDO, 2012).

Os principais autores que advogam sobre a necessidade de a educação física caminhar neste sentido, de realmente ser um meio para atitudes e hábitos saudáveis das pessoas, são Guedes e Guedes (1996) e Nahas (1997) salientam que tais aspectos não devem ser desenvolvidos tão somente a partir dos esportes, pois não consideram que fora da escola tais conteúdos provoquem aderência do alunos à hábitos saudáveis após a idade escolar.

AULAS ABERTAS

Ao nos referirmos à abordagem de ensino denominada aulas abertas, corriqueiramente se percebe em uma primeira aproximação a ela que se compreende em deixar livre a aula, ou seja, à escolha dos alunos as práticas nas aulas. Hildebrandt-Stramann (2003) explica que são inúmeras e complexas as experiências de movimento que os indivíduos têm com o mundo, neste sentido, problematiza rumo à necessidade de romper com a compreensão de que as aulas de educação física fiquem restritas aos esportes, onde sempre se busca chegar à padrões de movimentos, conseqüentemente a isto há a restrição de possibilidades de movimentos.



As Aulas Abertas buscam que os alunos sejam parte importante na tomada de decisão do processo de ensino e aprendizagem, assim, os alunos atuam diretamente com o professor, a partir de suas experiências, com a possibilidade de agir de modo autônomo para a construção de objetivos, em temas geradores de aprendizagem (conteúdos), na elaboração e resolução de problemas relacionados aos temas geradores (HILDEBRANDT; LAGING, 1986). A autonomia dos alunos é o ponto culminante que se almeja a partir desta abordagem, o que a partir de um ensino fechado às experiências dos alunos (reprodução de conteúdo esportivo) não seria possível, segundo os autores, se alcançar.

Tal proposta metodológica de ensino da educação física pode ser mais bem compreendida a partir do seguinte exemplo de Hildebrandt-Stramann (2003) com duas formas de desenvolver um mesmo conteúdo: imaginamos aulas de natação com o objetivo de aprender os quatro estilos de nados, desde o aquecimento é fazer os estilos um em cada raia buscando o aquecimento, a seguir exercícios para aprimorar a pernada, a seguir a braçada, logo a respiração e por fim coordenar todos os elementos, o objetivo deste modelo de aula é a otimização de movimentos, aumento da velocidade e comparação de rendimentos; outro modelo de se compreender o ensino da natação, extrapola-se para os demais esportes, é a partir das aulas abertas, nem mesmo se chamaria natação, mas sim homem e água, com os objetivos de adquirir experiência no confronto com a água, segurança no meio aquático, buscar de forma autônoma soluções para problemas junto ao meio aquático e também aprender movimentos esportivos das modalidades de natação.

A partir deste breve exemplo podemos compreender a ampliação do trato com o conhecimento sobre o atuar, o confrontar-se com o meio aquático. Os alunos chegam a um conhecimento que eles foram atores no processo de apropriação conseguindo compreender sobre as diferenças sobre as perspectivas de estar sobre, abaixo, dentro e a locomoção na água,



conseguindo resolver problemas a exemplo sobre diferenças de peso entre água e indivíduo, como flutuar, como mergulhar, como se locomover sob e sobre a água através de nados (HILDEBRANDT-STRAMANN, 2003).

PCNS E BNCC

Embora Darido e Sanches Neto (2011) tragam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) como uma abordagem da Educação Física, assim como as Bases Comuns Curriculares – BNCC (2017) se configuram como documentos norteadores da educação para a organização curricular da educação básica no cenário nacional. Os PCNs foram construídos para o Ensino Fundamental, nos anos de 1995 e 1996 e as BNCC em 2017 sendo esta, referente a todos os níveis da educação básica o que inclui a Educação Infantil e o Ensino Médio. Os documentos foram elaborados a partir de estudos de propostas curriculares de Estados e municípios brasileiros, onde participaram docentes e técnicos envolvidos com a educação básica e ensino superior.

Nos PCNs a Educação Física é apresentada com objetivos pautados, numa abordagem cidadã que deve promover o princípio da inclusão com inserção e integração dos alunos na cultura corporal de movimentos. Traz os conteúdos de jogos, lutas, esportes, danças, ginásticas, conhecimento sobre o próprio corpo, e deve também, dialogar com os temas transversais relacionando-os com seus conteúdos, também é expresso a preocupação em indicar os conteúdos dentro de aspectos conceituais que dizem respeito aos conhecimentos, os procedimentais ao que o aluno deverá saber fazer e os atitudinais que versam posturas enquanto ética e valores que se desenvolvem em aula. Este amplia o Ensino da Educação Física, sem restringi-lo ao universo das habilidades motoras e dos fundamentos dos



esportes, valorizando os conhecimentos socioculturais do movimento em toda sua dimensão (BRASIL, 1997).

Os PCNs não se configuram como um modelo homogêneo que impõe o que deve ser desenvolvido em cada escola, pois abre para as questões políticas educacionais e a diversidade sociocultural das diferentes regiões brasileiras, com autonomia dos professores e equipes pedagógica nas escolhas e definição dos caminhos a serem seguidos em cada escola, em cada disciplina ou mesmo em cada aula, sendo assim, respeita a autonomia dos professores e as equipes pedagógicas das escolas.

As BNCCs construídas pelo Ministério da Educação, com a participação de professores técnicos e gestores da educação básica e do ensino superior se constitui num conjunto de saberes norteadores para a construção e adaptação de currículos da educação básica no Brasil, uma das características que se difere dos PCNs é a sua organização pensada no ensino por competências, nesse processo a Educação Física enquanto disciplina no Ensino Fundamental e Médio é classificada na área das linguagens.

Este documento aponta dez competências específicas que devem ser desenvolvidas na formação dos alunos assim como, classifica os conteúdos em seis unidades temáticas (brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura) propondo habilidades definidas em oito dimensões do conhecimento (experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise compreensão e protagonismo comunitário) que devem ser contemplados na construção dos currículos na educação básicas (BRASIL, 2017).

Para a Educação Infantil, as BNCC apresentam dois grandes eixos estruturantes, das interações e das brincadeiras assim como compreende e organiza os conhecimentos com base no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, prevendo campos de experiências para as diferentes faixas etárias das crianças neste nível e entre estes campos a



Educação Física é identificada principalmente no campo do corpo, gestos e movimentos (BRASIL, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, pudemos compreender como aconteceu a construção dos pressupostos pedagógicos, objetivos, metodologias, didáticas da educação física, bem como o entendimento dos papéis de professores e alunos que passaram por mudanças circunstanciais. Deste modo, as abordagens da educação física aqui apresentadas necessitam ser compreendidas juntamente à leitura da conjuntura social de cada período histórico.

Algumas das abordagens não são propositalmente sustentadas através de bibliografias específicas, mas, seus pressupostos de intervenção são percebidos na prática pedagógica cotidiana, através das características adotadas, das necessidades, dos interesses ou das formas de sociedade que às influenciaram.

Fica o convite ao leitor e aos profissionais de educação física para a reflexão e atenção às mudanças que ainda estão por vir, uma vez que ao desempenhar seus papéis assumem posturas, concepções, métodos e estas atitudes que são construídas com suas leituras do mundo. São suas pesquisas e práticas que sustentam a construção do conhecimento científico, neste contexto chamamos à responsabilidade e ao comprometimento dos direcionamentos de sua área de atuação.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Conhecer e reconhecer as abordagens da educação física é fundamental para que possamos organizar nosso trabalho pedagógico de forma coerente



com os objetivos que vislumbramos. O aprofundamento na compreensão das abordagens da educação física sugeridos como leitura o artigo “As abordagens de ensino da Educação Física na formação continuada de professores da rede municipal de Santa Maria/RS” (FRANCHI et al., 2015) onde, a partir de um projeto de formação continuada, os professores foram instrumentalizados para o trabalho pedagógico consciente sobre estas abordagens.

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, L. M.; CARVALHO, E. V. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trab. educ. saúde**, v. 10, n. 3, p. 427-451, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462012000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 1 dez. 2020.

AZEVEDO, E. S. de; SHIGUNOV, V. Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em educação física. **KINEIN Artigos Originais**, v. 1, v. 1, dez. 2000.

BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento. 1991.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C. Diferentes concepções sobre o papel da educação física na escola. *In*: DARIDO, S. C. **Cadernos de formação: conteúdos e didática de educação física**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 34-50.

DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. O contexto da Educação Física na escola. *In*: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.



DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática pedagógica da educação física**. São Paulo: Scipione, 1989.

FRANCHI, S. et al. As abordagens de ensino da Educação Física na formação continuada de professores da rede municipal de Santa Maria/RS. **Cinergis**, v. 16, n. 2, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/5687>. Acesso em: 01 dez. 2020.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Progressista**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Associação entre variáveis do aspecto morfológico e desempenho motor em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Educação Física**, n. 10, v. 2, p. 99-112, 1996.

HILDEBRANDT, R. D.; LAGING, R. **Concepções abertas no ensino da educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R. **Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

KUNZ, E. **Educação física: ensino e mudanças**. Ijuí: Unijuí, 1991.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até os 6 anos - a psicocinética na idade pré-escolar**. 7. ed. Artes Médicas: Porto Alegre, 2001.

MANOEL, E. J. Desenvolvimento motor: implicações para a Educação Física escolar I. **Revista Paulista de Educação Física**, n. 8, v. 1, 82-97, 1994.



NAHAS, M. V. Educação Física no ensino médio: educação para um estilo de vida ativo no terceiro milênio. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 4., 1997, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 1997. p. 17-20.

PEREIRA, E. A. et al. A contribuição de John Dewey para a educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, maio 2009. Grandes Autores e a Educação. <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/38/37>. Acesso em: 01 dez. 2020.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

SOARES, C. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TANI, G. et al. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Angélica Madela
André Osvaldo Furtado da Silva
Elisandro Schultz Wittizorecki

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Identificar os aspectos históricos e sociais da Educação Física no Brasil.
- Reconhecer os processos de formação em Educação Física no Brasil.
- Compreender a formação do profissional de Educação Física no Brasil.



INTRODUÇÃO

Ao longo da história educacional diversas leis, normas e diretrizes foram formuladas pelos gestores com a finalidade de regular o sistema educacional brasileiro. Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi formulada e reformulada ao longo da história educacional do Brasil. Nesse sentido, pretendemos apresentar como este processo ocorreu e quais as suas ressonâncias no contexto do campo da Educação Física.

Neste capítulo, você irá conhecer os aspectos constituintes da formação em Educação Física a partir dos documentos legais e normativos da área. A partir disso, este texto está organizado cronologicamente em dois momentos: o primeiro tratando das diretrizes e normativas históricas da Educação Física que precederam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996. Já o segundo abordará os marcos regulatórios a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), traçando assim um apanhado geral dos documentos normativos e legais da Formação em Educação Física.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A LDB: UMA MODERNIZAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Ao assumirmos a Educação Física como campo de conhecimento que pesquisa, problematiza e reflexiona os aspectos que entrelaçam elementos de uma cultura que envolve os corpos que estão em movimento, assumimos a definição de Betti (2006) como uma perspectiva ou possibilidade que abarca a compreensão sobre ela como:



[...] área de conhecimento, produz conhecimentos de natureza científica e filosófica em torno de seu objeto de estudo, diferentemente definido por diversos teóricos: movimento humano, motricidade humana, exercício, cultura corporal ou de movimento etc. Na qualidade de profissão, possui caráter de intervenção, elaborando, executando e avaliando programas de atividades físicas e esportivas para diversos grupos. E como disciplina escolar, a Educação Física é um componente curricular formalmente ligado a Educação básica, como tal, busca contribuir, por seus meios e conteúdos específicos, com a formação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. (BETTI, 2006, p. 79).

Frente a esta reflexão, é possível identificamos que pouco a pouco ela vai ganhando status diante da sociedade e suas primeiras aparições nos currículos escolares ocorreram no Brasil Império, com a nomenclatura de Ginástica (SANTOS, 2006).

Por muito tempo, a prática da Educação Física é visibilizada pela Ginástica, propondo a criação do homem integral, proporcionando o cuidado de aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos, tornando-se, assim, a cura dos homens e suas doenças (SOARES, 2004). Nesta época, Rui Barbosa lançou a “Reforma do ensino primário, secundário e superior”, ressaltando a importância da ginástica na formação do brasileiro (ALBUQUERQUE, 2008).

O projeto proposto por Rui Barbosa buscava instituir a ginástica como prática essencial em todas as escolas de ensino normal, para ambos os gêneros e, conseqüentemente, estar inserida nos programas escolares como disciplina. O projeto também propunha a equiparação em categoria e autoridade dos professores de ginástica, em relação aos professores de outras disciplinas escolares. Entretanto, esse movimento ocorreu inicialmente somente nas escolas militares da capital do país - que na época era o Rio de Janeiro (DARIDO; SANCHES NETO, 2011).

Para sistematizar a ginástica dentro das escolas, segundo Darido e Sanches Neto (2011), surgem métodos ginásticos oriundos das escolas sueca, alemã e francesa, deixando a Educação Física em uma perspectiva



eugênica, higienista e militarista. O exercício físico deveria ser otimizado para a aquisição da higiene física e moral, preparando os sujeitos para o combate militar.

Neste período, a Educação Física se consolidou e o primeiro curso de formação em Educação Física iniciou suas atividades em 1922 - nas Escolas de Educação Física do Exército, e aos civis em 1931, sob o cuidado de militares e médicos. A partir disso, em 1939 inicia o primeiro curso de graduação em nível superior na Escola Nacional de Educação Física e Desporto, com duração de dois anos (SILVA et al., 2009).

Os primeiros professores formadores eram denominados de instrutores de Educação Física e vinham das Escolas de Educação Física Militar (AZEVEDO; MALINA, 2004). Segundo as autoras, após a consolidação do curso, mudanças foram ocorrendo: a duração passa de dois para três anos, a promoção do curso para licenciatura, passando a exigir o 2º ciclo completo (o que hoje chamamos de ensino médio) para o ingresso no curso.

Os cursos de formação em Educação Física ampliaram-se significativamente pelo país, principalmente nas capitais estaduais. Com isso, surgiu a necessidade de se pensar o currículo para os cursos formadores em Educação Física. Souza Neto et al. (2004, p. 118) diz que “[...] a formação do professor ganhou uma atenção especial, [...] e passou a exigir um currículo mínimo e um número de matérias que procurasse garantir formação cultural e profissional adequada.” Ainda, a formação deveria atender com disciplinas voltadas para a formação pedagógica, “[...] visando fortalecer a formação do professor e fazer dele um educador.” (SOUZA NETO, 2004, p. 119). Neste período, o curso de formação em Educação Física ocorria de forma independente, diferente dos demais cursos de licenciatura.

Os grupos de trabalho nomeados para repensar a formação na Educação Física (década de 1960), verificaram que os cursos paralelos aos de professor de Educação Física e de técnico desportivo, na prática, não se



mostravam exequíveis. Na formação do professor não havia as matérias pedagógicas e no curso de técnica desportiva constatou-se, pelos relatos desses grupos de estudo, que muitas escolas não estavam aparelhadas para manter cursos regulares. Na prática não se estava atendendo efetivamente ao mercado de trabalho em quantidade e qualidade, permitindo que atletas continuassem a ocupar o lugar dos profissionais formados por uma escola superior, propondo-se, então, que a formação deveria se restringir à formação de professores e de técnicos (SOUZA NETO et al., 2004, p. 119).

Mais tarde, em 1987, ocorre a criação do bacharelado em Educação Física na tentativa de ter a formação do técnico, do *personal trainer* ou do preparador físico e, com isso, o campo da Educação Física passa a ter duas formações: a licenciatura e o bacharelado¹. Diante essas duas propostas formativas, “os saberes relativos ao conhecimento esportivo ganham destaque bem como a parte didática com ênfase mais específica voltada para a formação do professor.” (SOUZA NETO et al., 2004).

Os cursos de formação em Educação Física passam de três anos para no mínimo quatro anos de duração, estabelecendo assim, uma nova referência para a formação profissional. Segundo Azevedo e Malina (2004), a nova configuração deixava a cargo das Instituições de Ensino Superior a escolha do currículo, podendo incluir particularidades de cada região.

O debate relacionado ao currículo da formação em Educação Física oportunizou avanços nas questões curriculares, porém era marcada por ideologias e discussões relacionadas à inclusão e à exclusão de disciplinas, estando preocupados com a prática que seria exercida na escola, e não com a teoria, questões didáticas e pedagógicas. Azevedo e Malina (2004, p. 135) salientam que mesmo com a reconfiguração do currículo:

¹ Na seção seguinte estaremos tratando de cada uma destas formações.



Os profissionais que saíam formados por esse modelo de curso continuavam essencialmente técnicos, com uma fundamentação teórica de atendimento ao exercício da técnica profissional exercida, ainda desprovida de um corpo filosófico-sociológico consistente, apesar das disciplinas pedagógicas.

Entre os anos de 1980 e 1990, retornavam ao Brasil inúmeros profissionais que haviam saído do país para realizar seus cursos de mestrado e doutorado. Segundo Galvão, Rodrigues e Sanches Neto (2011, p. 30) “as diferentes fontes visitadas pelos recém-formados mestres e doutores trouxeram para os espaços de discussão na Educação Física diferentes concepções, e a construção de um estatuto epistemológico próprio colocasse no centro desse debate.” Com isso, a Educação Física passa a apresentar volumosas produções científicas porém, ainda destaca-se a dicotomia existente entre o desempenho em academias e no esporte (campo de aplicação da fisiologia, biomecânica e psicologia comportamental) e a escola (campo da sociologia, antropologia, filosofia e pedagogia).

Essa dicotomia está enraizada na formação inicial em Educação Física desde o início do campo profissional. Diante disso, Figueiredo (2004) aponta que a estreita ligação entre Educação Física e saúde e Educação Física e esporte tem sido o principal ponto de referência para os alunos ingressarem no curso. Contudo, ao mesmo tempo em que a Educação Física é associada à saúde e ao esporte, ocorre um entrave em sua compreensão no campo educacional e em suas interfaces com diferentes campos de saberes.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A LDB: UMA MODERNIZAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Neste tópico trataremos da formação em Educação Física a partir dos documentos normativos e legais sobre formação a partir da LDB (BRASIL,



1996). Com isso, percebemos que a formação inicial em Educação Física passou a receber mais influências transformadoras de documentos legais do que de suas produções. Conforme Rezer (2014), a formação inicial está fundamentada mais em decisões políticas e não necessariamente epistemológicas, desconsiderando, em contra medida, as produções que legitimam o campo em diferentes perspectivas. O autor ressalta a importância das questões políticas na mesma intensidade das questões epistemológicas, porém um diálogo traria avanços, especialmente as decisões que configuram a formação inicial.

Ficam visíveis, para o campo da Educação Física, as influências das normatizações legais, as quais propõem a divisão do curso em duas formações - licenciatura e bacharelado,² como também regulamentam os cursos de formação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) entre outros documentos que foram revisados e atualizados com o passar dos anos como veremos no decorrer deste texto.

Conforme previsto no Parecer CNE/CP 28/2001 (BRASIL, 2001), os cursos formadores de professores para a Educação básica, licenciatura e graduação plena, eram efetivados com no mínimo 2800 (duas mil e oitocentas) horas de curso, estas deveriam permitir ao estudante em formação a articulação entre teoria e prática, devendo ser previstas em projeto pedagógico do curso. As horas foram dispostas em quatro eixos, sendo 1800 horas a atividades de ensino e aprendizagem, 200 horas para atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, 400 horas para prática como componente curricular e 400 horas para estágio curricular obrigatório.

² As referências que configuram esta divisão partem das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Resolução CNE/CP 1/2002 (BRASIL, 2015) e da Resolução CNE/CES 07/2004 (BRASIL, 2004). O Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREF) também fazem atribuição a estas normativas, e é exigido do Bacharel registro no CREF. E esta entidade, por sua vez é responsável por fiscalizá-los, entretanto os Licenciados não possuem a obrigatoriedade do registro no referido conselho, por conta de uma liberação que ocorre por meio do Estado.



Os estudantes que ingressaram nos curso de formação em Educação Física até outubro de 2005,³ ao concluírem seus cursos recebiam a titulação de licenciado e bacharel em Educação Física, os quais poderiam atuar em contexto escolar e contexto não escolar. A partir desta data, os cursos de formação em Educação Física passam a ter duas formações distintas - licenciatura e bacharelado, com processo seletivo de ingresso, projetos políticos pedagógicos e diplomas diferentes.

Por meio deste documento normativo, os profissionais formados em Bacharelado tem a atribuição de atuar no contexto de clubes, academias e treinamento individual especializado, cuja fiscalização é atribuição do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) e os 21 Conselhos Regionais de Educação Física (CREF's). Já os estudantes formados em licenciatura tem a prerrogativa de atuar na educação básica e superior em todo o território nacional.

Conforme previsto no Parecer CNE/CES 184/2006, os cursos de bacharelado deveriam ser organizados em no mínimo três anos e no máximo seis anos, atendendo carga horária mínima de 3000 (três mil) horas curso, distribuídas em duzentos dias letivos (BRASIL, 2006). Ainda, o projeto político pedagógico deveria atender disciplinas de conhecimentos gerais relacionadas à área de concentração, no caso da Educação Física a área de Ciências da Saúde, não excedendo 50% do curso, além de destinar 20% da carga horária total às vivência práticas de estágio curricular.

No que tange o ponto de vista legal, no Brasil, na década de 90, foi reconhecida a Educação a Distância (EAD) como possibilidade de educação em todos os seus níveis de ensino. Conforme o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “[...] o Poder Público incentivará

³ Além de constatar as normativas relativas à formação superior em Educação Física no país, reafirma que os cursos de Licenciatura Plena, criados com base na antiga Resolução CFE nº 03/87 puderam ser ofertados de forma regular somente até 15/10/2005. (NT nº 003/2010, MEC, 2010) (BRASIL, 2010).



o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996, p. 43). Em consonância, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, procurou ampliar a abrangência da EAD para todos os níveis de ensino, bem como conceber o conceito de EAD. Sendo a EAD uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores realizando atividades educativas em lugares e tempos diversos, para além do espaço da aula (BRASIL, 2005).

Desta forma, a graduação em Educação Física, na modalidade de licenciatura, passa a fazer parte, também, da EAD. Nesse sentido, os apontamentos de Belloni (2002) que trata especificamente da EAD na formação de profissionais de Educação Física, nos auxilia a pensar como se desdobra este processo de aprendizagem.

[...] no processo de formação EAD, “a interação entre o professor e o estudante ocorre de modo indireto no espaço (a distância, descontínua) e no tempo (comunicação diferida, não simultânea), o que acrescenta complexidade ao já bastante complexo processo de ensino e aprendizagem na EAD. (BELLONI, 2002, p. 54).

No que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem na modalidade EAD, podemos pensar que existe uma ambiguidade na compreensão sobre a Formação em Educação Física. Considerando a saúde como área de referência da Educação Física, a resolução nº 515/2016 do Conselho Nacional de Saúde deslegitima qualquer curso de graduação ministrado na modalidade EAD. Contudo, anteriormente, o parecer 564/2015, que definiu diretrizes e normas para os cursos superiores na modalidade EAD, trouxe o entendimento que os cursos de formação de professores, licenciaturas, poderiam ser realizados na modalidade a distância. Na esteira



destes elementos, o decreto nº 9.057/2017 permite o credenciamento de Instituições de Educação Superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, sem prever um tratamento diferenciado para a área da saúde (BRASIL, 2017).

Tendo em conta a Educação Física como uma subárea da Ciências da Saúde, no ano de 2008, a Portaria nº 154 do Ministério da Saúde relacionou a Educação Física entre as profissões que compõem os Núcleos de Apoio Saúde da Família – NASF. Posteriormente, em 2020, por meio da Resolução nº 391 definiu a atuação do Profissional de Educação Física em contextos hospitalares (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2020).

Ao tratarmos sobre a formação em licenciatura, a Resolução CNE 02/2015 propõe alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, ampliando sua carga horária mínima para 3200 (três mil e duzentas) horas efetivas de estudo acadêmico, com duração mínima de oito semestres ou quatro anos.

A carga horária desta formação foi disposta em quatro eixos, que atendem 400 horas de práticas como componente curricular, 400 horas aos estágios supervisionados obrigatórios na área de formação e atuação na educação básica, 2200 horas a atividades formativas conforme projeto curricular do curso e 200 horas de atividade teóricos-práticas de aprofundamento em áreas de formação e atuação de interesse no estudante (BRASIL, 2015).

Em 2018, a partir do Parecer CNE/CES 584/2018, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de formação em Educação Física passam por novas e significativas alterações, as quais preveem entrada única e duas possibilidades de formação: licenciatura e bacharelado (BRASIL, 2018). Ou seja, as Instituições de Ensino Superior passam a oferecer por meio de um único processo de seleção a entrada no curso de formação inicial em Educação Física, sendo que nos dois primeiros anos de curso o aluno estará



cursando disciplinas comuns às duas formações - chamada de núcleo comum e, a partir da segunda metade do curso o aluno escolherá pela formação em licenciatura ou bacharelado, a qual será destinada às disciplinas específicas da formação escolhida.

A carga horária mínima de curso foi mantida em 3200 (três mil e duzentas horas), que foram dispostas em dois eixos: 1600 horas para núcleo comum e 1600 horas para a etapa específica. Na formação específica, tanto para a licenciatura como para o bacharelado, 20% das horas devem ser destinadas aos estágios supervisionados obrigatórios, contemplando os campos de atuação profissional de cada formação.

Ainda, conforme previsto no Parecer CNE/CES 584/2018, as Instituições de Ensino Superior têm um período de dois anos a contar de sua data de publicação (17 de dezembro de 2018) para organizar seus currículos e passar a ofertar a formação em inicial em Educação Física com entrada única (BRASIL, 2018).

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Física estabelecem que o Curso de Graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação acadêmico-profissional generalista, humanista e crítica, qualificadora de uma intervenção fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões culturais através do movimento humano, tematizada nas diferentes formas e modalidades de atividades físicas, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação social e crítica dos indivíduos por intermédio do movimento humano.

A fim de qualificar o processo de formação em Educação Física, refletimos o trabalho docente como um elemento central neste processo, identificando e discutindo junto com os estudantes como as diferentes



disciplinas curriculares podem contribuir com o processo de intervenção desenvolvido na graduação. Desta forma, pensamos que a Formação inicial é um espaço fundamental para construção de saberes e experiências que implicam no processo de constituição do indivíduo graduado em Educação Física.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Como pudemos estudar neste capítulo, a formação em Educação Física no Brasil tem sido marcada por significativas mudanças, cada uma em seu tempo histórico. Assim, respeitando estas temporalidades indicamos alguns textos para que você possa ampliar os saberes sobre a temática aqui abordada.

A partir disso, sugerimos como leitura complementar, para você ampliar os seus saberes sobre o assunto, o artigo intitulado “Produção do Conhecimento sobre ensino a distância (EAD) na formação em Educação Física”, de Laux et al. (2020), o qual propõe verificar a produção científica sobre o EaD na formação em Educação Física.

Outra sugestão de leitura é o texto intitulado “A produção científica sobre as diretrizes curriculares para a Educação Física (DCNEF): determinações históricas e implicações para formação e intervenção profissional”, de autoria de Maia e Sacardo (2020), descreve sobre a produção científica relativa às Diretrizes Curriculares para a Educação Física, objetivando apreender as circunstâncias históricas que estruturam o embate existente no campo da formação.

Por fim, sugerimos, para ampliar os saberes, a leitura do texto “As diretrizes curriculares nacionais: desdobramentos para a formação inicial em Educação Física - ou, porque avançamos tão pouco?”, onde Rezer et al. (2014)



tecem reflexões e críticas sobre os desdobramentos das reformas ocorridas na formação inicial em Educação Física.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. R. de. **Concepção** e saberes da formação de professores de Educação Física, no período de 1970 a 1990, e a relação entre saber e poder. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.
- AZEVEDO, Â. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 129-142, jan. 2004.
- BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil, **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.
- BETTI, M. Concepções teóricas e formação profissional no campo da Educação Física. *In*: SOUZA NETO, S.; HUGER, D. (org.). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas**. Rio Claro, SP: Biblióetica, 2006.
- BRASIL. Decreto-lei n. 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, dez. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 184/2006. Retificação do Parecer CNE/CES no 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 2006.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 584, de 03 de outubro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 07, de 31 de março 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução 02, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n. 001/2010**. Esclarecimentos acerca de cursos de Educação Física nos graus Bacharelado e Licenciatura. Brasília, DF, 5 ago. 2010. Disponível em: https://www.crefsc.org.br/principal/wp-content/uploads/2016/04/nota_t_cnica_003_2010.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP 28/2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores em Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resolução 391, de 26 de agosto de 2020. Definir a atuação do Profissional de Educação Física em contextos hospitalares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 2020.

DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. O contexto da Educação Física na escola. *In*: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (coord.). **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

FIGUEIREDO, Z. C. Campos. Formação docente em Educação Física: experiências sociais e relações com o saber. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 89-111, jan./abr. 2004.



GALVÃO, Z.; RODRIGUES, L. H.; SANCHES NETO, L. Cultura corporal do movimento. *In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (coord.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

LAUX, R. C. et al. Produção do Conhecimento sobre ensino a distância (EAD) na formação em Educação Física. *In: PEDROSO, P. A. (org.). Aportes pedagógicos na modalidade a distância do ensino superior*. 1. ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. v. 1, p. 413-433. Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/editora/Aportes_pedag%c3%b3gicos_na_modalidade_a_dist%c3%a2ncia_do_ensino_superior.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

MAIA, J. C. A.; SACARDO, M. S. A produção científica sobre as diretrizes curriculares para a Educação Física (DCNEF): determinações históricas e implicações para formação e intervenção profissional. *Movimento*, Porto Alegre, v. 26, 2020.

REZER, R. *Educação Física na Educação superior: trabalho docente, epistemologia e hermenêutica*. Chapecó: Argos, 2014.

REZER, R. et al. As diretrizes curriculares nacionais: desdobramentos para a formação inicial em Educação Física - ou, porque avançamos tão pouco? *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 472-485, abr./jun. 2014.

SANTOS, L. R. G. dos. História da Educação Física. *In: PEREIRA, M. de M.; MOULIN, A. F. V. (org.). Educação Física: fundamentos para a intervenção do profissional provisionado*. Brasília, DF: CREF7, 2006.

SILVA, A. M. et al. A formação profissional em Educação Física e o processo político social. *Pensar a Prática*, v. 12, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2009.

SOARES, C. L. *Educação Física: raízes europeias e brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA NETO, S. et al. A formação do profissional em Educação Física no Brasil: uma história sob perspectiva da legislação federal no século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.



A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA

Juliano Prá
Dayanne Sampaio Antonio
Rafael Cunha Laux

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Descrever a origem do sistema CONFED/CREF'S.
- Apontar as principais mudanças no cenário da Educação Física Catarinense.
- Reconhecer a importância da regulamentação da Profissão de Educação Física.



INTRODUÇÃO

A discussão da Regulamentação da Profissão de Educação Física e a criação do sistema CONFEF/CREF's, nestas duas décadas de regulamentação após a promulgação da lei nº 9.696 de 1º de setembro de 1998, gerou muitas dúvidas sobre a real função desta entidade por desconhecimento dos profissionais nelas registrados e da própria sociedade.

Com o passar dos anos, nossa profissão deixou de ser apenas a atuação do professor da escola e de ser voltada somente para a aptidão física, para uma profissão em franca expansão de atuação, Profissionais de Educação Física atuam em equipes multidisciplinares na área da saúde, na área de treinamentos personalizados, de equipes, na gestão, na formação e promoção da qualidade de vida das pessoas, isto é, uma possibilidade enorme que as próprias universidades não têm condições de fazer a formação específica em todas as áreas.

O tema Exercício Profissional, analisado sob a perspectiva de garantias, deveres e da necessidade de fiscalização por parte do Estado brasileiro, é tratado de forma muito clara na Carta Magna de 1988, dando continuidade aos textos constitucionais anteriores. Já no início, em seu artigo 5º, institui:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; (BRASIL, 2019).

Sendo fundamental a participação dos profissionais e acadêmicos (futuros profissionais) na reflexão e contribuindo para o desenvolvimento



da Educação Física, considerando principalmente a sua relevância para a comunidade enquanto agente transformador de vidas. Neste sentido, em Santa Catarina, a Lei Estadual nº 17.941, de 8 de maio de 2020, torna essencial a atividade física e os locais para as suas práticas no referido estado.

A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Desde a década de 40, com a importante participação de Innesil Pena Marinho, inúmeras iniciativas foram tomadas no sentido de criar uma instituição que regulasse o exercício profissional. O associativismo dos profissionais de educação física é considerado o embrião do processo de regulamentação da profissão. Porém, somente em 1984, foi levada a efeito a apresentação de um projeto de lei, o PL 4559/84, iniciativa frustrada pelo veto presidencial apesar da aprovação pelo congresso nacional, somente em 1989 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2012).

A partir dos anos 90, o esporte passou a ser visto como meio de promoção da saúde acessível a todos. Embora o que se destacava era o esporte de alta performance, a atividade física já chamava atenção como meio de melhorar a qualidade de vida das pessoas. A profissão, que já dava sinais de que cresceria exponencialmente, despertou ainda mais para a criação de uma instituição com o objetivo de orientar e fiscalizar o exercício profissional (PALMA, 2012). Em 1994, foi retomada a luta pela regulamentação, com a criação do movimento nacional pela regulamentação do Profissional de Educação Física, conhecido como Regulamentação Já, lançado no congresso internacional da FIEP, em Foz do Iguaçu.



Em 1995, o deputado federal Eduardo Mascarenhas apresentou o projeto de Lei PL 330/95, e, após a percepção que a regulamentação era um pleito da categoria e uma necessidade social, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei Federal nº 9.696, em 1 de setembro de 1998, data que comemoramos o dia do Profissional de Educação Física.

Em novembro de 1998, é constituído o CONFEF, formado por 18 conselheiros federais, sendo dois deles de Santa Catarina, o Prof. Juarez Müller Dias (CREF 000003-G/SC) e o Prof. Marino Tessari (CREF 000007-G/SC). Com a promulgação da lei que regulamentou o Profissional de Educação Física, o nível superior passou a ser obrigatório para o exercício das atividades relacionadas aos serviços prestados em atividades físicas e esportivas, passando então a ocorrer organização nos estados para criação dos conselhos regionais. Na ocasião, ficou definida a meta de criação de 27 Conselhos Regionais de Educação Física, compreendendo que tal posição contribuiria para o desenvolvimento e consolidação do sistema no país. Contudo, foram estabelecidos os princípios de que os CREFs seriam criados à medida que se comprovasse a sustentabilidade financeira, administrativa e política, sendo necessário registrar um mínimo de dois mil profissionais em cada estado para sua criação.

Baseados nesses princípios e compreendendo que tal posição contribuiria para o desenvolvimento do sistema, no final do ano de 1999, ao término da campanha de mobilização junto aos Profissionais de Educação Física, foi possível a criação de seis CREFs, sendo eles: CREF1/RJ-ES, CREF2/RS, CREF3/SC, CREF4/SP, CREF5/CE-MA-PI-PB-RN-PE-AL-BA-SE-AC-AP-AM-PA-RO-RR e CREF6/MG-GO-TO-MT-MS-PR-DF (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2000).



A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO EM SANTA CATARINA

O CREF3/SC, criado pela Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, iniciou oficialmente suas atividades no dia 19 de novembro de 1999, quando foi realizada sua primeira reunião plenária com objetivo de elaborar o Estatuto do CREF3/SC e de eleger a primeira diretoria, respaldada na resolução nº 011/99/CONFEEF, de 28 de outubro de 1999, que aprova as normas para a instalação e organização dos Conselhos Regionais de Educação Física, sendo que sua instalação oficial e a posse solene dos conselheiros nomeados pela resolução nº 014/99/CONFEEF ocorreu em 06 de dezembro de 1999, no Auditório do Tribunal de Contas de Santa Catarina, em Florianópolis, na presença do Presidente do Conselho Federal de Educação Física CONFEEF e das autoridades constituídas do estado de Santa Catarina e do município de Florianópolis (CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2017).

A iniciativa foi do professor Marino Tessari, juntamente ao Professor Juarez Müller Dias. A campanha “Educação Física: Conselho Regional já! - Vamos Chegar a 2000 ainda em 1999” percorreu o Estado com o apoio da APEF/SC - Associação dos Profissionais de Educação Física em Santa Catarina - para mobilizar os profissionais para a criação do CREF3/SC. Neste ano, finalmente nasceu o terceiro Conselho a ser instituído no País, o Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, que começava seu funcionamento na sede da APEF/SC, no bairro Kobrasol, na cidade de São José, presidido pelo próprio professor Marino Tessari.

Em 2000, o andamento das atividades do Conselho indicou a necessidade de ampliação da sua estrutura física e de contratação de pessoal para a organização dos processos de atendimento aos profissionais e pessoas jurídicas. Nesse ano, foi contratada a primeira funcionária do Conselho. Também precisava ser feita a regularização dos profissionais



catarinenses, a orientação e regularização de academias, clubes e similares, e para esta função foi contratado o primeiro agente de orientação e fiscalização do exercício profissional do CREF3/SC. Em janeiro de 2001, o Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina já somava 2.123 registros de Pessoa Física e tinha visitado 254 estabelecimentos no Estado. No mesmo ano, a parceria estabelecida com a Diretoria da Vigilância Sanitária de Santa Catarina intensificou a fiscalização de academias, clubes e similares em todas as regiões do Estado, com o objetivo de garantir as condições físicas e de higiene mínimas para a prática de atividade física dos usuários (PALMA, 2012).

No início de 2003, o CREF3/SC já alcançava 6.000 registros, entre graduados, provisionados e pessoas jurídicas. A medida em que novos fatos iam surgindo, para garantir o exercício legal da profissão de Educação Física e a qualidade dos serviços prestados à população, era necessário que novas parcerias fossem realizadas, estas formadas com órgãos públicos e privados, como Governo do Estado de Santa Catarina, CED/SC - Conselho Estadual de Desportos, TJD/SC - Tribunal de Justiça Desportiva, Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE), Ministério Público Estadual, Prefeituras, fundações municipais de esportes e ainda as associações e federações esportivas, já eram realidade. Essas parcerias ajudaram na regulamentação dos profissionais não graduados que atuavam na área antes da regulamentação da profissão e, também, dos graduados.

Em 2004 a lei nº 13.244, de 27 de dezembro de 2004, institui a data de 1º de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física no Estado de Santa Catarina, pelo então governador do estado, Luiz Henrique da Silveira. Já a lei federal que institui esse dia foi promulgada em 2006 - lei nº 11.342, de 18 de agosto de 2006, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. No ano de 2006, o CREF3/SC tem a primeira versão



do Planejamento Estratégico, sendo pioneiro no Sistema CONFEF/CREFs, apresentando a iniciativa de implementar uma ferramenta de gestão que o ajudasse a definir ações e metas para os próximos anos. O trabalho foi conduzido por consultoria especializada, com a participação da diretoria e dos conselheiros da instituição.

Com a aprovação do Planejamento Estratégico, as ações do CREF3/SC tiveram como norte a capacitação e a valorização do profissional registrado, com a realização de cursos, seminários, intensificação na fiscalização e fortalecimento nas parcerias com órgãos públicos e privados, entre eles as instituições de formação (Universidades/Faculdade/Centros Universitários), onde o Conselho passa a realizar palestras juntos aos acadêmicos em todo o Estado, conscientizando sobre a importância da regulamentação da profissão e as perspectivas da profissão, além da constante luta pela abertura de novas vagas aos profissionais de Educação Física nos diversos âmbitos de sua atuação. Destaca-se ainda, em 2010, a criação da maior honraria entregue pelo CREF3/SC aos profissionais de destaque em nosso estado, a “Medalha do Mérito da Educação Física – Professor Murillo Barreto de Azevedo”, em comemoração ao dia do profissional de educação física.

Dando sequência à política de ações voltadas ao fortalecimento e à valorização da Educação Física em Santa Catarina, em 2013, um novo planejamento Estratégico é validado e diversos materiais como informativos, folders e livros são produzidos para embasar estas ações junto à sociedade, entre eles a publicação do livro de Boas Práticas, no qual são publicados anualmente diversos artigos de profissionais de educação física e acadêmicos, selecionados por uma comissão organizada pelo CREF3/SC.

A Jornada Catarinense de Educação Física, criada em 2016 e realizada na Grande Florianópolis, com foco no aperfeiçoamento profissional, na troca de experiências e na inovação, é realizada na semana em que se comemora o



dia do profissional de educação física, o evento foi realizado de forma gratuita aos profissionais registrados e acadêmicos. Ainda em 2016, teve início o projeto CREF Itinerante, levando os serviços do Conselho a todas as regiões do Estado, facilitando o acesso do profissional à confecção e renovação de Cédula de Identificação Profissional e Certificado, registro de Pessoa Física e Jurídica, negociação de pendências, recebimento de documentos diversos e esclarecimentos e orientações sobre a regulamentação da atividade profissional de Educação Física (CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2016). Em 2017, com o mesmo intuito foi criada a Jornada Oeste, esta realizada em Chapecó no primeiro semestre do ano, aproximando o Conselho ainda mais do profissional de Educação Física do Oeste de Santa Catarina.

Em 2019, o Conselho começou o processo de implementação do e-CREF, ferramenta digital com o objetivo de gerar mais eficiência, transparência e sustentabilidade aos procedimentos realizados, tanto por profissionais quanto pelas instituições. O projeto dá início à transformação digital do CREF3/SC, efetivando novos formatos de gestão pública, de forma inovadora e tecnológica, promovendo a utilização de meios eletrônicos para comunicações internas e externas, assim como processos administrativos com segurança, transparência e economicidade.

Com o e-CREF, solicitações como Registro Profissional e de empresa e renovação de Cédula de Identidade Profissional passam a ser totalmente online, e o profissional poderá solicitar suas demandas e responder aos seus processos administrativos sem necessidade de deslocamento físico, além de visualizar o andamento do processo diretamente do seu dispositivo eletrônico. Todos os processos administrativos e requerimentos tramitam no formato eletrônico, suprimindo ao máximo o uso do papel e aproximando o CREF3/SC do Profissional de Educação Física.



Uma nova forma de se conectar com os futuros Profissionais de Educação Física foi lançada em 2019, totalmente digital, no aplicativo do Conselho, o CREF Jovem. Este pretende entender os passos da profissão, desde a formação até a capacitação profissional. O CREF Jovem é o primeiro passo dessa aproximação, presente já nas fases iniciais do curso de Educação Física, o aplicativo oferecerá benefícios semelhantes aos dos profissionais registrados, como acesso aos cursos, palestras e seminários gratuitos e outras ações promovidas pelo Conselho (SALVATI; BRANCHER, 2019).

Figura 1 – Galeria de honra

Presidentes



MARINO TESSARI | 1999 – 2012
(CREF 000007-G/SC)



ELOIR EDILSON SIMM | 2012 – 2015
(CREF 000251-G/SC)



IRINEU WOLNEY FURTADO | 2015 – 2021
(CREF 003767-G/SC)

Conselheiros

- 1999 – 2003**
Efeitos: Ademir Flores, Alexandre Trevisan Schneider, Antonio José de Rosa, Ceres Müller Dias, Eder de Oliveira Pinto, Ivair de Luca, Ivair de Silva, José Antônio Carrilho, Lilian Wagner, Marino Tessari, Odilon Adriano Moraes, Otacílio José Archer, Pedro Silva de Rosa, Robinson Ignacio Gonçalves, Sílvia Ernesto Neves Baye, Julia Maria Beckhauser, Vanessa Lins Frattolico e Vítor Jacinto Daniel.
- 2003 – 2006**
Efeitos: Alcina Isabel Rosa, Antônio José de Rosa, Carlos Agostinho Colatto, Eder de Oliveira Pinto, Eron Edilson Simm, José Antonio Carrilho, Luiz Antônio Grad, Ronaldo Luis Schmitter e Vítor Jacinto Daniel.
- 2006 – 2007**
Efeitos: Ademir Flores, Alexandre Trevisan Schneider, Delmar Alberto Tôndolo, Jean Carlo Leutprecht, Ivair de Luca, João Paulo de Souza, Marcelo Scharf, Maria Virginia Nahas, Nilton Furquim Júnior e Zuleia Fernandes Doff.
- 2007 – 2011**
Efeitos: Alcina Isabel Rosa, Antônio José de Rosa, Carlos Agostinho Colatto, Eder de Oliveira Pinto, Eron Edilson Simm, José Antonio Carrilho, Luiz Antônio Grad, Ronaldo Luis Schmitter e Vítor Jacinto Daniel.
- 2011 – 2018**
Efeitos: Delmar Alberto Tôndolo, Jean Carlo Leutprecht, Luiz Antônio Grad, Oivaldo Meira Júnior, Ronan da Luz Schreiner e Saulo Sebastião Becker.
- 2018 – 2024**
Efeitos: Ademir Flores, Alexandre Trevisan Schneider, Emerson Antônio Brancher, Hely de Freitas e Silva, Irineu Wolney Furtado, Jean Carlo Leutprecht, Luc Claudio Cardoso, Marcelo Scharf, Maria Virginia Nahas, Nilton Furquim Júnior e Zuleia Fernandes Doff.
- 2012 – 2018**
Efeitos: Delmar Alberto Tôndolo, Emerson Antônio Brancher, Hely de Freitas e Silva, Irineu Wolney Furtado, Jean Carlo Leutprecht, Luc Claudio Cardoso, Marcelo Scharf, Maria Virginia Nahas, Nilton Furquim Júnior e Zuleia Fernandes Doff.
- 2018 – 2024**
Efeitos: Ademir Flores, Alexandre Trevisan Schneider, Emerson Antônio Brancher, Hely de Freitas e Silva, Irineu Wolney Furtado, Jean Carlo Leutprecht, Luc Claudio Cardoso, Marcelo Scharf, Maria Virginia Nahas, Nilton Furquim Júnior e Zuleia Fernandes Doff.

Fonte: Salvati e Brancher (2019).

Figura 2 – História do CREF3/SC

PROFISSÃO REGULAMENTADA

ENCONTRO DOS COORDENADORES

MEDALHA DO MÉRITO 2010

FISCALIZAÇÃO ATUANTE

400 PALESTRAS PARA 14 MIL ACADÊMICOS

+ 1.500 ATENDIMENTOS NO CREF ITINERANTE

FORMATURAS

INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO

+13.000 INSCRIÇÕES

Nossa história
IMAGENS QUE REMONTAM PARTE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Fonte: Salvati e Brancher (2019).



Figura 3 – Formação complementar para o profissional e o acadêmico ofertados pelo CREF3/SC

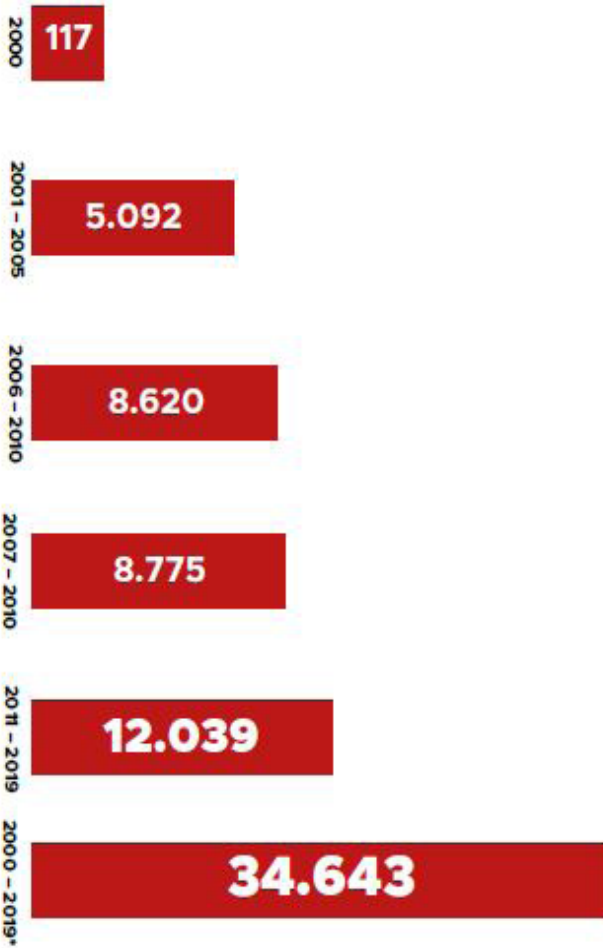


Fonte: Salvati e Brancher (2019).



Figura 4 – Fiscalização pelo CREF3/SC

FISCALIZAÇÃO | EVOLUÇÃO



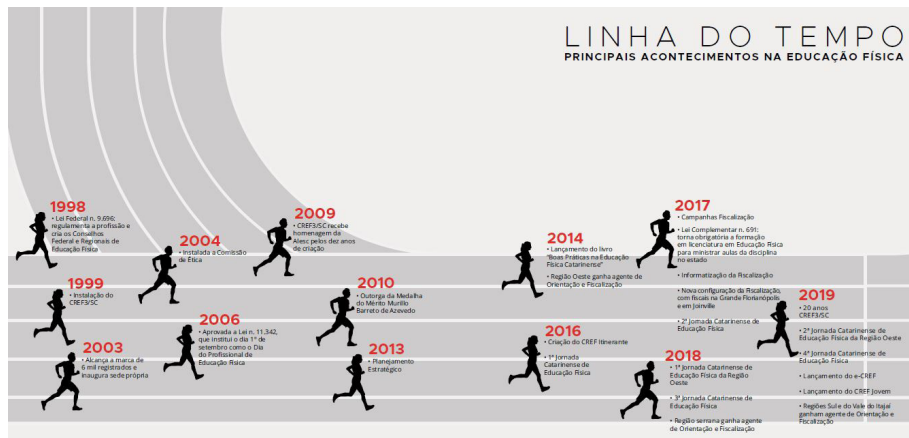
Números de Fiscalização por período.

*Estimativa para 2019.

Fonte: Salvati e Brancher (2019).



Figura 5 – Resumo dos acontecimentos na Educação Física Catarinense



Fonte: Salvati e Brancher (2019).

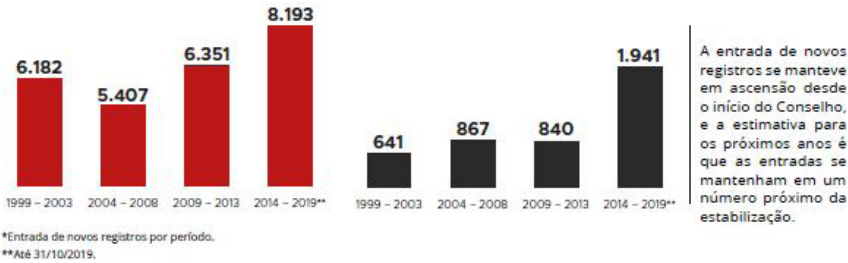
Figura 6 – Número de profissionais e empresas registradas no Sistema CREF3/SC



Fonte: Salvati e Brancher (2019).



Figura 7 – Estatística de novos registros de profissionais e empresas

NOVOS | REGISTROS ***PROFISSIONAL****EMPRESA**

Fonte: Salvati e Brancher (2019).

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Para entender um pouco mais sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física, sugerimos a leitura da “Carta Brasileira de Educação Física” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2000), da “Resolução CONFEF nº 046/2002 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2002), da “Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2005), do “Código de Ética dos Profissionais de Educação Física” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2016) e do “Guia de Princípios de Conduta Ética do Estudante de Educação Física (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 16 dez 2020.



CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta Brasileira de Educação Física**. [S. l.: s. n.], 2000 Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/21>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde**. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/30>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Código de Ética dos Profissionais de Educação Física**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/1704>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Guia de Princípios de Conduta Ética do Estudante de Educação Física**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: http://www.listasconfef.org.br/arquivos/2019/com/documentos_fundamentais/guia_do_estudante.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Resolução CONFEF nº 001/99**. Dispõe sobre o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física. **Revogada pela Resolução CONFEF nº 032/00. Diário oficial da União**, Brasília, DF, 18 ago. 2000. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/1>. Acesso em: 16 dez 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Resolução CONFEF nº 046/2002**. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Rio de Janeiro, 18 jan. 2002. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Vídeo institucional sobre o sistema CONFEF/CREFs**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: https://www.confef.org.br/confef/media/videos/video_institucional.webm. Acesso em 17 dez. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Conselho inicia Cref itinerante em São Miguel do Oeste**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.crefsc.org.br/conselho-inicia-cref-itinerante-em-sao-miguel-do-oeste-2/>. Acesso em: 16 dez. 2020.



CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Histórico do Cref3/SC**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.crefsc.org.br/institucional/sobre-o-cref3sc/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

PALMA, A. P. **CREF3/SC 13 anos**: um marco na Educação Física em Santa Catarina. Florianópolis: WorkPar Comunicação e Marketing, 2012.

SALVATI, D. O.; BRANCHER, E. A. (org.). **20 anos CREF3/SC – Livro comemorativo**. Florianópolis: CREF3/SC, 2019.



DA IMPLANTAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNOESC

Elisabeth Baretta

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Ter conhecimentos sobre o processo de implantação dos cursos de Educação Física na Unoesc.
- Compreender de que forma se deu a expansão dos cursos de Educação Física na Unoesc.
- Conhecer fatos importantes ao longo do processo de implantação dos cursos de Educação Física na Unoesc.



INTRODUÇÃO

O termo Educação Física se apresenta com múltiplas características, podendo representar inúmeras dimensões e compreensões quanto ao seu objeto de estudo, pois exige o entendimento de aspectos históricos, concepções de sociedade, de sujeito, de saúde, de educação, de corpo, entre outras. Entretanto, os termos “corpo” e “movimento” apresentam-se como elementos estruturantes da Educação Física e determinada compreensão pode defini-la como o conjunto dos exercícios físicos, das atividades físicas e esportivas. No contexto educacional, a Educação Física é componente curricular obrigatório na educação básica e no ensino superior, é uma área de estudo ou de pesquisa. Independentemente do contexto histórico, essas discussões relacionadas à denominação e ao significado da Educação Física sempre estiveram presentes junto à categoria. A intervenção do profissional de Educação Física abrange as dimensões técnica e formativa das diferentes expressões do movimento humano, devendo ser desenvolvidas de acordo com o contexto social, histórico e cultural, assim como as características regionais e os interesses e necessidades dos praticantes (MARTINS, 2015).

A Resolução do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) nº 46/2002 aborda a classificação dos campos de intervenção profissional, vinculando-os à especificidade da graduação: Licenciatura em Educação Física ou Bacharelado em Educação Física.

Nessa perspectiva, o termo “Profissional de Educação Física” é aquele adotado na legislação pertinente e corresponde ao que está descrito na Lei Federal nº 9.696/98, que regulamentou a profissão e também na Lei nº 11.342/2006 que instituiu o dia deste profissional (MARTINS, 2015).



FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNOESC

As demandas sociais são as incubadoras de novas áreas de intervenção e novas trajetórias de formação acadêmica. Por outro lado, a formação acadêmica é indutora da criação e consolidação de novos campos de atuação profissional e por isso os cursos de formação em nível superior e de pós-graduação são fundamentais nesse processo, havendo a necessidade de reflexões e amplas discussões, o que é de competência das instituições de Ensino Superior.

Nesse sentido, as universidades estruturam os cursos visando uma formação sólida e coesa, respaldada no conhecimento científico e que venha de encontro às exigências do mercado de trabalho.

A Unoesc foi autorizada a implantar seu projeto de Universidade em 1991, pelo Parecer nº 587 do então Conselho Federal de Educação. Obteve o reconhecimento como Universidade pelo Conselho Estadual de Educação, em 1995, com o Parecer nº 263. Foi credenciada pelo Ministério da Educação, em 1996, e decretada Universidade pelo Presidente da República no dia 14 de agosto de 1996. Em 2009, foi credenciada para atuar na educação à distância (Portaria nº 258/2009). Em 2014, migrou para o Sistema Nacional de Educação (Lei nº 12.989 de 06 de junho de 2014 e Portaria nº 12 de 24 de julho de 2014). Em 2017, a Universidade passou pelo processo de credenciamento junto ao Conselho Nacional de Educação, sendo avaliada com conceito 4 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018).

A Unoesc integra a Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE) e caracteriza-se como uma instituição social comunitária, de natureza pública. Seus fins são sociais comunitários e seus bens são públicos comunitários, possui compromissos de sentido público, responde a demandas sociais, assume a responsabilidade social não como questão menor ou



simples estratégia de marketing, mas como uma questão vital (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA, 2018).

Enquanto Instituição comunitária, a Unoesc assume o compromisso de participar do desenvolvimento regional, promover a formação humana e profissional, desenvolver pesquisas com a finalidade de solucionar problemas e prestar serviços educacionais. Sua missão é “Promover a formação humana e profissional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento para o desenvolvimento regional com sustentabilidade.” (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2018 – 2022), dentre os objetivos e metas institucionais, estão o alcance dos melhores indicadores de qualidade nos cursos de graduação, reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de forma à adequá-los às necessidades da formação para o mercado de trabalho, desenvolver a pesquisa, incentivando a inovação para a resolução de problemas regionais, promover a internacionalização, atuar na extensão, na cultura e na oferta de serviços visando o desenvolvimento regional entre outros (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2108).

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Unoesc estão alocadas em Áreas do Conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências da Educação, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciência Jurídica, Ciências Sociais e Ciências da Vida e Saúde (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018), contando com 44 cursos de graduação presenciais e 07 cursos de graduação à distância autorizados (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2020b). O Curso de Educação Física na Unoesc tem suas raízes na década de 1990 e com o passar dos anos marcou significativamente a trajetória da instituição. O Curso de Educação Física da Unoesc foi implantado em 1998, nos Campi de Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste. Os Campi adotaram o mesmo projeto pedagógico que foi



elaborado coletivamente por uma comissão de profissionais de Educação Física dos Campi.

A fundamentação legal para elaboração do projeto foi o Parecer CFE nº 215/87, Proposta de Diretrizes Curriculares da Comissão de Especialistas do MEC e Diretrizes da Unoesc, tendo sido autorizado pela Resolução nº 38/CONSUN/98, em 21 de outubro de 1998. Em 1999 ocorreu o primeiro ingresso nesses Campi. O Diário Oficial de Santa Catarina de 18/06/02 publicou o Decreto nº 5028, conforme Parecer nº 277 e Resolução nº 130, de 04/06/02, reconhecendo o Curso de Licenciatura em Educação Física da Unoesc, Campus de São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê.

Em Joaçaba, o curso foi criado em 2001, como Curso de Educação Física Bacharelado, com ênfase em Educação Física e Saúde Coletiva, autorizado pela Resolução nº 46/CONSUN/2001 de 30 de maio de 2001, homologado pelo Conselho Estadual de Saúde por meio da Resolução nº 01/CES/2002 e pelo Parecer 94/CEE/2002, o Conselho Estadual de Educação (CEE) tomou conhecimento da criação do curso. Em 2003 foi elaborado um novo Projeto Pedagógico e implantado em 2004 com base no Parecer do CNE/CES nº 0138/2002, passando a oferecer 02 (duas) modalidades: Licenciatura e Bacharelado (Resolução 98/Consun/2003, de 12 de dezembro de 2003). Em 2005, obteve o Reconhecimento (Parecer 056/05 CEE de 03 de maio de 2005 e Resolução 015/05 CEE de 03 de maio de 2005). Por força da legislação, a partir do 1º semestre de 2006 (Resolução nº 112/CONSUN/2005) foi ofertado somente a modalidade de Licenciatura a partir do que já vinha sendo adotado nos Campi de Xanxerê, São Miguel do Oeste e Videira. Por meio da Resolução nº 128/CONSUN/2006, o campus de Joaçaba alterou o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física Licenciatura, com a duração de 7 semestres, para a oferta a partir de 2007.

Em 2005, o CEE reconheceu por mais 05 (cinco) anos o Curso de Graduação em Educação Física Licenciatura, oferecido na Unoesc Campus de



Videira, por meio do Decreto nº 3.674 de 9 de novembro de 2005 (Resolução nº 062 e Parecer nº 217 de 4/10/2005 – DOE, SC nº 17.758).

Em 2006, o Curso de Graduação em Educação Física Licenciatura, oferecido na Unoesc Campus de Xanxerê, foi reconhecido por mais 05 (cinco) anos de acordo com o Decreto nº 4807, embasado na Resolução CEE nº 077 e no Parecer CEE nº 278.

Em novembro de 2006, por meio da Resolução 117/CONSUN/2006, foi aprovado o Projeto Pedagógico do curso de Educação Física na modalidade Bacharelado para oferta em Joaçaba, com a duração de 8 semestres e aumento de vagas para Xanxerê, São Miguel do Oeste e Videira, de modo que houvesse uma articulação dos componentes curriculares, possibilitando ao egresso da Licenciatura obter mais uma habilitação profissional. O curso de Educação Física na modalidade de Bacharelado já era reconhecido (Decreto 3.191/2005).

Em 2007, o CEE reconheceu por mais 05 (cinco) anos o Curso de Graduação em Educação Física (Licenciatura), oferecido na Unoesc Campus de São Miguel do Oeste, pelo Parecer CEE nº 251 e a Resolução CEE nº 067.

A partir de 2007, foi instituído um Grupo de Trabalho em Educação Física com o objetivo de discutir o curso e propor alterações no Projeto Pedagógico, no sentido de unificar a matriz curricular do Curso de Educação Física na modalidade de Licenciatura com a duração de 7 semestres, sendo aprovado pela Resolução nº 157/Consun/2007.

No campus de Chapecó o curso de Licenciatura teve início pela Faculdade Exponencial em 2007, sendo que em 2009 foi adquirida pela Unoesc. Os cursos de Licenciatura e Bacharelado foram autorizados pela Resolução nº 20/CONSUN/2009, de 25 de março de 2009. Em 2014, o curso de Licenciatura foi reconhecido pelo Decreto nº 2.221/2014, publicado no Diário Oficial da União em 05 de junho de 2014 e em 2016, o curso de



Bacharelado foi reconhecido por meio da Portaria 247 de 2016, publicada no Diário Oficial da União, em 01 de julho de 2016.

Ainda que os cursos estivessem implantados, estruturados e em plena atividade, os processos de regulação determinavam a avaliação e renovações de reconhecimento dos mesmos. Dessa forma, os movimentos de reconhecimento que aconteceram nos anos seguintes, em todos os Campi (2010 – 2017), apontaram oportunidades de melhorias nos cursos, por meio da análise e indicadores considerados pelos avaliadores, o que motivou o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação Física a sugerir implementações quanto as recomendações das Comissões de Avaliação, resultando em novos projetos pedagógicos para o curso de Licenciatura e Bacharelado, com 8 semestres de duração cada um dos cursos.

Os NDEs da Universidade foram instituídos pela Resolução nº 203/CONSUN/2010 2011 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2010) tendo a finalidade de contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, zelar pela integração curricular e interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais no âmbito do curso. O NDE de cada curso é constituído por no mínimo 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente e a primeira nomeação foi por meio da Portaria nº 16-A/UNOESC-R/ (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2011).

O curso de Educação Física é um curso consolidado na Unoesc, com oferta regular e que além das atividades de ensino, promove a internacionalização, atua fortemente na comunidade com atividades de extensão, pesquisa, desenvolvimento de projetos, no Programa de Educação



Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), entre outros.

Em 2018, face aos desafios do mundo contemporâneo, os cursos foram ofertados em um modelo mais flexível, focado em metodologias ativas de aprendizagem, tirando o foco do professor e trazendo o discente para o papel principal. Esta nova modalidade permitiu que o discente tivesse o controle do seu tempo e oportunizou o acesso a um curso no modelo híbrido, possibilitando flexibilização e gerenciamento nos hábitos e formas de estudo para as pessoas, que antes não vislumbravam esta chance, pela dificuldade da presença na totalidade da carga horária do curso (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2020a).

Em Maravilha, o curso de Educação Física Licenciatura teve seu ato de autorização por meio da Resolução nº 172/Consun/2019 e o curso de Educação Física Bacharelado pela Resolução 171/Consun/2019.

As profissões vivem momentos de transição e de mudanças de paradigmas, tornando-se cada vez mais necessário evidenciar, identificar e desenvolver suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Na Educação Física não é diferente: a profissão exige a atuação no mercado de trabalho de forma dinâmica, proativa, inovadora, do trabalho em equipe, do conhecimento de métodos e técnicas com base na ciência e com alta capacidade de adaptabilidade.

O curso tem vivenciado um expressivo processo de remodelação de seus projetos pedagógicos, o que tem sido motivado por novas diretrizes definidas no âmbito nacional e por opções institucionais que imprimiram características próprias ao curso. Nesse cenário, com novas matrizes curriculares em 2019, os projetos pedagógicos foram reestruturados, procurando dar mais flexibilidade, com a inserção de componentes curriculares à distância, ampliando a interdisciplinaridade e com base no ensino por competências e habilidades, buscando a excelência no encadeamento dos saberes para



garantir o perfil almejado do egresso e uma formação generalista e de qualidade (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2020a).

Diante das situações emergentes, consequência da atual situação social, política e econômica, bem como pautada nos marcos legais e regulatórios¹, foi necessária nova organização curricular, conforme define a Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018, com um núcleo de base comum, núcleo específico do Bacharelado e núcleo específico da Licenciatura, com a carga horária de 3.200 horas para cada curso (BRASIL, 2018), para implantação a partir do primeiro semestre de 2021.

Ao analisarmos a trajetória dos cursos de Educação Física na região do Meio-Oeste catarinense, é importante destacar algumas ações e conquistas, que são resultados de um trabalho coletivo, de comprometimento e que qualificam a formação acadêmica e profissional, ratificando a excelência da Unoesc.

A Unoesc teve sua participação nas competições universitárias a partir de 2004 e, com isso, impulsionou as ações no âmbito do Desporto Universitário com a implantação do bolsa-atleta, participação e conquista de títulos e prêmios em competições a nível estadual, nacional e internacional, honorárias concedidas a atletas que representaram a Unoesc, sede dos 56º Jogos Universitários Catarinense em Joaçaba no ano de 2012, entre outros.

O Atlas do Esporte no Brasil é uma das maiores obras sobre o esporte no Brasil, publicado em 2005 e no ano seguinte, em 2006, a Unoesc recebe a obra física (COSTA, 2005). Este livro contou com a contribuição de 410 colaboradores qualificados e 17 editores, que trabalharam voluntariamente durante dois anos, levantando memória (passado) e inventário (presente) de diferentes facetas do esporte e de atividades físicas congêneres, cobrindo todo o país. Esta obra foi um projeto liderado pelo Conselho Federal de

¹ Novas DCNs dos Cursos de Graduação em Educação Física (2018).



Educação Física - CONFEF e Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs, sediados nos estados do Brasil, contendo informações referidas até o final do ano de 2004.

O Troféu Guga Kuerten de Excelência no Esporte² foi criado por meio do Decreto 1.279, de 16 de abril de 2008, com o objetivo de homenagear atletas, entidades, técnicos e equipes catarinenses que tiveram destaque especial ao longo do ano. A Unoesc recebeu o Troféu Gustavo Kuerten de Excelência no Esporte por ter sido considerada a melhor entidade esportiva de Santa Catarina no ano de 2009, troféu este, que tem a rubrica do Governo do Estado, da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, do Conselho Estadual de Esporte, da Fesporte e do Instituto Guga Kuerten (IGK). A escolha levou em conta o fato de a Universidade realizar um excelente trabalho na área do Desporto Universitário, investindo em diversas modalidades e dando bolsas de estudos para atletas que se destacam nas mesmas, o início da construção de um Complexo Esportivo de excelência no campus de Joaçaba (na época) e ser a patrocinadora da equipe de Futebol Profissional da Chapecoense (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2009). Com relação à mobilidade acadêmica, o curso de Educação Física, por meio da IHMN³ (International Human Motricity Human), que tem sede na Unoesc no campus de Joaçaba, no ano de 2010 (Convênio 09/2010/PJ, de 15 de setembro de 2010), alavancou as possibilidades de internacionalização, via Editais internos, promovendo a participação de professores e acadêmicos em congressos internacionais. Este Convênio foi um marco que possibilitou a mobilidade de professores para Universidades fora do país, bem como a vinda de estudantes e professores estrangeiros para a continuidade de seus estudos, realização de pesquisas e outras atividades acadêmicas.

² Disponível em: <http://www.trofeuguga.sc.gov.br/>.

³ Disponível em: <http://ihmn.org/>.



O Curso de Educação Física tem uma missão social muito forte, tendo em vista o preparo de profissionais para atuarem na docência, na prescrição e realização de atividades físicas visando promoção de saúde e melhoria da qualidade de vida da população. É notável o conjunto de ações que os cursos promovem nas áreas da extensão, do ensino e da pesquisa, destacando-se a qualidade no ensino, a qualificação do corpo docente e a infraestrutura física existente nos Campi.

Cabe destacar que o curso de Educação Física, ao longo desses anos, formou muitos profissionais para atuarem tanto na Educação Básica como em outras áreas de sua competência. São 2.820 diplomados em Educação Física, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Alunos diplomados em Educação Física na Unoesc, por campus

Modalidade	Joaçaba	São Miguel do Oeste	Videira	Xanxerê	Chapecó	Total
Bacharelado	164	17	81	27	147	436
Licenciatura	390	739	412	641	202	2.384

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2020b).

Os cerimoniais esportivos e de premiação são momentos emocionantes e sempre muito marcantes. A Educação Física tem uma relação muito forte com ídolos, atletas que ultrapassam os limites, vitórias, imagens lindíssimas de superação, garra e conquista, onde a entrega das premiações e as homenagens aos laureados são momentos significativos e que enaltecem todo o esforço, às vezes sacrifícios, e dedicação.

Em 2019, a Unoesc se fez presente na “Noite da Excelência do Esporte”, cerimônia na qual a Universidade foi agraciada com a “Comenda do Mérito Desportivo” (CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE, [2020]), maior honraria do Estado, concedida a atletas e entidades que marcam a história do esporte catarinense numa iniciativa da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e pelo do Conselho Estadual do Esporte (CED). A honraria



enaltece o trabalho voltado ao esporte desenvolvido pela Unoesc em seus cinco Campi levando em consideração aspectos como a formação de mais de 2,6 mil profissionais de Educação Física tanto na Licenciatura quanto no Bacharelado, a inserção dos diplomados nas escolas de educação básica, o apoio ao esporte com o fomento das atividades de dezenas de entidades esportivas das regiões de abrangência dos seus Campi e a disponibilidade de sua ampla estrutura esportiva para competições, desenvolvimento de diversas modalidades e as pesquisas no âmbito da motricidade humana.

Nesses 22 anos de implantação dos cursos de Educação Física na Unoesc, percebe-se as transformações e o quanto foi possível aprender, contribuir e compartilhar. Os futuros caminhos da Educação Física necessitam de estruturação constante, com projetos sólidos, exequíveis, dinâmicos e que contribuam para a formação de profissionais comprometidos e atuantes, capazes de melhorar a sociedade, de forma que a missão de nossa Universidade seja materializada constantemente.

Agradecimentos: A todos os professores, acadêmicos, diplomados, coordenadores e aqueles que não estão mais conosco, por seu trabalho e dedicação junto aos cursos de Educação Física. Nosso reconhecimento e gratidão.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Sugerimos a leitura do Atlas do Esporte (COSTA, 2005), que é uma publicação inicial do Sistema de Informações sobre Esporte e Atividade Física, disponível no formato *on-line* na Biblioteca da Unoesc. Apesar de ser uma obra de 2005, entendemos que o marco histórico da publicação deve ser valorizado, pois foi a primeira desse gênero no país, mobilizou muitas



pessoas e em suas 924 páginas apresenta centenas de mapas, quadros e tabelas, completadas por uma seção especial com cerca de 200 fotos e figuras que sintetizam a história do esporte brasileiro, do Descobrimento do Brasil em 1500 aos Jogos Olímpicos de Atenas-2004, sendo uma publicação multidisciplinar.

Outra sugestão de leitura é a edição comemorativa do aniversário da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2013), que apresenta 45 histórias num percurso de quatro décadas: Desporto universitário, Internacionalização, Universidade da Terceira idade, educação básica, entre outros.

Por fim, o livro comemorativo aos 50 anos da Funoesc (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018), apresentando lindíssimos textos e imagens que registram o cinquentenário, numa produção histórica institucional, eternizando, até o momento, essa memória.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. de. **Unoesc recebe a comenda do mérito desportivo**. Joaçaba: Unoesc, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/unoesc-recebe-a-comenda-do-merito-desportivo>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 6 de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 243, p. 48, 19 dez. 2018. Seção 1.

CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE. **Comenda do Mérito Desportivo**. Florianópolis: [s. n.], [2020]. Disponível em: <https://www.ced.sc.gov.br/index.php/honorarias/comenda>. Acesso em: 20 nov. 2020.



CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Resolução CONFEF n. 046/2002.** Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Rio de Janeiro, 18 jan. 2002. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82>. Acesso em: 17 dez. 2020.

COSTA, L. da. **Atlas do esporte no Brasil:** atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000006/00000620.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Funoesc 45 anos:** conectando histórias. Joaçaba: Unoesc, 2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Funoesc 50 anos.** Joaçaba: Editora Unoesc, 2018. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000039/000039d2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARTINS, I. M. de L. (org.). **Intervenção profissional e formação superior em educação física:** articulação necessária para a qualidade de exercício profissional. Rio de Janeiro: Confef, 2015.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Manual de Ensino Híbrido.** Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba: NAP, 2020a.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.** Joaçaba: Ed. Unoesc, 2018.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Portaria nº 16-A/UNOESC-R/2011 - Educação Física.** Nomeia os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso de Educação Física da Unoesc. Joaçaba: Unoesc, 22 fev. 2011. Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/publicacoes_publicacoes_Legais/PortariaNDE_Educao_Fisica.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Resolução nº 203/CONSUN/2010.** Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Unoesc. Joaçaba: Unoesc, 9 dez. 2010. Disponível em: <https://www>.



unoesc.edu.br/images/uploads/publicacoes_legais/Res_203_consun2010.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Unoesc em Números, 2020-1**. Joaçaba: Unoesc, 2020b. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/0B5QBPYKeHmj2fU2dzh6bUZjT1g3WEU1SWRKUjh2Rm9TcFNt-TWR2eUFodktWTXlvV1dQTkU>. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Unoesc recebe troféu Gustavo Kuerten**. Joaçaba: Unoesc, 9 dez. 2009. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/unoesc-recebe-trofeu-gustavo-kuerten3>. Acesso em: 20 nov. 2020.



A INCLUSÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE

Jackson Gerson da Silva
Aline Cviatkovski

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Compreender aspectos históricos da inclusão no Brasil.
- Identificar a importância da Educação Física para inclusão.
- Compreender o esporte como fator importante na inclusão.



INTRODUÇÃO

Neste capítulo faremos uma descrição acerca de temas relacionados a inclusão das pessoas com deficiência (PCD) dentro de jogos, esportes, além da inserção dessa prática na Educação Física escolar. É necessário conceituar determinadas terminologias encontradas durante a longa caminhada da inclusão esportiva e escolar. Assim como a inclusão, o esporte tem proporcionado grandes repercussões, gerando novos olhares políticos, sociais e econômicos no mundo. Portanto, ao longo do tempo, essas práticas vieram mostrando seu potencial enquanto facilitadores, incentivadores no que tange à prática esportiva competitiva ou não competitiva. Este estudo busca aprofundar e debater aspectos históricos, sociais, políticos e antropológicos, procurando inovar, construir e reconstruir nossos conceitos e ampliando ainda mais a visão quanto ao campo teórico e prático da inclusão.

Nesse sentido, buscamos trazer para o texto um pensamento mais amplo sobre a importância da Educação Física para as PCD, bem como o envolvimento dessa área vem auxiliando e agregando novos olhares e práticas esportivas para esse público. Em consonância a isto, pensando no processo histórico pelo qual caminharam os jogos e esportes para chegar a uma perspectiva de inclusão e participação desses indivíduos nas práticas, podemos destacar grandes avanços no que se refere à inserção das pessoas com deficiência nos eventos esportivos. Desta forma, somente a participação dos indivíduos nas práticas não basta, é necessário levantar os benefícios que este envolvimento proporciona ao aluno ou praticante. Diante disso, existe uma forte relação entre a mediação e o professor, ambos são como um fio condutor para buscar possibilidades de incluir, socializar e participar de esportes e jogos de maneira geral, incentivando e motivando seus alunos por uma melhor qualidade de vida, saúde e respeito as diversidades.



Diante desse contexto, apresentamos e discutimos esse estudo, dividindo-os em dois subtítulos para melhor compreensão dos conteúdos. No primeiro destacamos alguns aspectos históricos, sociais e culturais que tiveram grande influência na luta e caminhada das pessoas com deficiência no contexto brasileiro e mundial. Já no segundo momento, levantamos assuntos referentes à Educação Física e sua abrangência dentro do meio esportivo de modo a proporcionar conhecimentos sobre esses conceitos para a realização de uma prática inclusiva.

ASPECTOS HISTÓRICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sabe-se que o processo histórico vivenciado pela sociedade na luta das pessoas com deficiência (PCD) teve diversas manifestações políticas, econômicas e sociais. Sendo assim, se torna importante pensar e compreender alguns aspectos desse caminho. Se pensarmos em momentos como na Idade Antiga e Idade Moderna, pouco se sabia ou se conhecia sobre as formas como era tratado esse público, destacando algumas informações encontradas nas literaturas da época (ARANHA, 2001). Segundo o autor, na cidade de Esparta, quando nasciam crianças imaturas, defeituosas ou fracas, elas eram eliminadas com atitudes de crueldade, muitas eram jogadas em locais insalubres ou despejadas do templo. Com a forte influência da nobreza no meio da agricultura e pecuária, as pessoas com alguma “anomalia” também eram consideradas inúteis para o trabalho e desenvolvimento do campo.

De acordo com Amaral (1997), nessa perspectiva histórica produzida ao longo do tempo, algumas concepções acerca das temáticas filosóficas, científicas e antropológicas foram propostas e o autor destaca algumas passagens percorridas pelas pessoas com deficiência. Na Grécia, por exemplo, matavam os que nasciam com deficiência. Já em Roma existia uma



lei que dava direito ao pai extinguir após o parto e no período clássico as pessoas eram segregadas e o abandono se tornou mais frequente. Neste mesmo contexto, autores como Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011) e Guhur (1994) contextualizam e dialogam sobre outros acontecimentos decorrentes da trajetória das pessoas com deficiência, tais como discriminações, preconceitos, atitudes diferentes e questionáveis, entre outros. Essas situações aconteciam pela forma cultural/social estabelecida pelas comunidades que ali se encontravam, em que sentimentos, compaixões e afetos não existiam em virtude das incapacidades e deformidades em que as pessoas se encontravam.

Se pensarmos nessa caminhada constituída e apresentada pelas pessoas com deficiência, observamos que com o surgimento do Cristianismo ela teve algumas mudanças e avanços quanto a esses indivíduos. Essa sensibilidade e percepção resultou em maiores cuidados e atenção às necessidades e dificuldades de cada um, sendo assim, mesmo aquele indivíduo não demonstrando uma função produtiva para a sociedade ele passou a ser tratado como uma pessoa que possuía alma e então tornaria as barbáries extremamente inaceitáveis (TOMPOROSKI; LACHMAN; BORTOLINI, 2019). O simples fato de a sociedade ter outra visão quanto às PCDs não as impedia de serem marginalizados e questionadas quanto às deficiências, associando-as à outras terminologias adotadas na época.

No, Brasil as pessoas com deficiência também foram discriminadas e, em muitos casos, excluídas do convívio social. Segundo Mendes (2006), a partir de 1970 aconteceram mudanças no meio educacional, havendo a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar, um passo essencial para uma nova construção e inclusão. De acordo com o decreto de nº 3.298/99, regulamentado pela lei de nº 7.853/89 em seu art. 3º, o conceito de deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o



desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999). Ancorados nessa perspectiva, também nos cabe analisar o aumento populacional desse público. Segundo o Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem uma porcentagem acima de 20% de pessoas que são diagnosticadas com alguma deficiência, sendo assim essa probabilidade pode aumentar cada vez mais no decorrer dos anos.

Contudo, outro momento de conquista se vincula à Declaração de Salamanca (1994), que traz ações e medidas políticas e econômicas para o sistema educacional com objetivo de promover a inclusão de todas as crianças em escolas e instituições públicas, com o intuito de promover a integração e possibilitar uma melhor socialização entre todos (MEIRELES-COELHO; IZQUIERDO; SANTOS, 2007). Dizemos que o Brasil, junto às políticas de Educação Especial, vem melhorando seus inúmeros aspectos como, matrículas no ensino regular, financiamentos ou auxílios para novos recursos de acessibilidade no ambiente escolar, não nos remete ao fato de que todos os problemas estão sanados, pois ainda é preciso observarmos que esse processo histórico está longe de ser resolvido (MANTOAN, 2003).

Todo esse envolvimento que ocorreu ao longo dos anos resultou em grandes conquistas, porém mudanças ainda são necessárias, como formações, conhecimentos e políticas públicas para os ambientes escolares, sendo debatidos e analisados em vários aspectos que envolvem a inclusão escolar, tais como infraestrutura, acesso, conhecimento, transporte, e sendo alvo de debates quanto à inserção desses alunos na escola (CIDADE; FREITAS, 2002). Nesse mesmo caminho, Mantoan (2003), destaca a presença de uma nova modernização no ambiente escolar, reestruturando as condições de acesso e permanência nesse espaço, além disso, a autora destaca a maneira como o ensino é ministrado pelos educadores e a aprendizagem, percebendo se o indivíduo terá sua evolução compreendida dentro de suas capacidades, bem como a avaliação ao longo do processo.



No entanto, não nos cabe apenas compreender o caminho enfrentado pelas PCD no Brasil, é necessário pensarmos no indivíduo como um ser humano, pois eles estão inseridos no ambiente escolar com os mesmos direitos de ensino, aprendizagem e inclusão que todos os outros alunos ali inseridos. Mantoan, Prieto e Arantes (2010) destacam o direito de as pessoas com deficiências frequentarem a mesma escola e sala de aula que as demais pessoas, contribuindo para uma melhor condição de ensino para todos. Diante disso, a caminhada histórica das pessoas com deficiência no Brasil ainda necessita de maiores incentivos e demandas diante das leis que regem os direitos quanto às deficiências e à inclusão no ambiente escolar.

Nesse contexto, é necessário pensarmos em novas perspectivas de ensino, prática e estratégias para que de fato a inclusão aconteça. Destacando isso, Montam, Prieto e Arantes (2010) apresentam alguns caminhos, descaminhos e desafios quanto à inclusão nas escolas brasileiras, destacando esses processos como sendo, em muitos casos, excludentes frente aos projetos realizados pelas escolas. Dessa forma, ainda necessitamos de maiores informações e conhecimentos tanto para inclusão, quanto para pensarmos em como trabalhar com esse público no ambiente escolar. A caminhada é longa, cansativa e necessita de estudos e reflexões para inserir as pessoas com deficiência da melhor forma, não esquecendo da importância do processo de ensino e aprendizado para cada aluno.

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E INCLUSÃO

Ao falarmos de inclusão no ambiente escolar, é necessário pensarmos em conhecimentos, conteúdos, práticas e estratégias de modo a tornar esse conceito cada vez mais inclusivo e aceitável nesses espaços. No entanto, existem diversos motivos que levam a criança em processo de aprendizagem a não atingir o que seria esperado para sua idade ou turma, fatores como



baixo desempenho escolar, falta de atenção, dificuldades psicomotoras, entre outras, dificultam os processos de aprendizagem e com isso necessitam de um cuidado maior, pois são barreiras que impedem o andamento da aprendizagem do educando. Assim como os demais componentes, a Educação Física se apresenta como área essencial na construção e na integração das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PCNEE), isso se configura desde a primeira inserção da criança na rede regular de ensino.

O processo de inclusão ainda é tema bastante debatido e estudado pelo Brasil, cabe ressaltar que assuntos dessa magnitude dentro da Educação Física ainda são questionados no que se refere à inclusão desses alunos nas práticas. Assim como todo movimento, a Educação Física, também está preocupada em atender esse público e tem como objetivo uma educação voltada ao movimento humano das PNEE, respeitando o individualismo e as características de cada um em seu respectivo campo de aprendizagem (DUARTE; WERNER, 1995). Muito se tem discutido sobre o tema inclusão nos últimos tempos e as tentativas de implementação das leis nos estabelecimentos de ensino regular. Os professores que encaravam as pessoas com deficiência como sendo uma realidade muito distante, agora estão sendo obrigados a realizar cursos e atualizações para poderem receber esses alunos dentro da escola (GORGATTI et al., 2004).

Assim, com a Declaração de Salamanca, em 1994, houve maior intensificação no que diz respeito à inclusão escolar de alunos com alguma deficiência (SANT'ANA, 2005). Momento, este, que proporcionou grandes manifestos de pesquisas e implementações teóricas e políticas em prol de novas perspectivas nas diretrizes da atual declaração. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) aponta a Educação Física como uma proposta integrada na escola, sendo componente obrigatório para a educação básica (BRASIL, 1996). Nessa perspectiva, a Educação Física também está



inserida na ação pedagógica, que requer novas construções e entendimentos para uma prática inclusiva no ambiente escolar (FALKENBACH et al., 2007).

Segundo Ferreira (2010), as propostas pedagógicas dentro da área da Educação Física necessitam de situações que envolvam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, estimulando a criança em diversas fases, como, por exemplo, correr, tomar decisões, brincar, interagir ou resolver problemas, mostrando, por meio das aulas, a importância de uma construção de relação, expressão e movimentos corporais. Diante desse contexto, cabe ao professor possuir um papel essencial nesse processo de inclusão. Contudo, importa ressaltarmos os grandes desafios enfrentados por grande parte dos professores com esse público. Com isso, é essencial a promoção de programas para atividades físicas de forma segura e com qualidade, sendo necessário, também, que todos os profissionais tenham um conhecimento teórico e prático referente à cada deficiência, percebendo o potencial que os alunos apresentam independentemente de suas limitações (LARA; PINTO, 2017).

O processo histórico da Educação Física perpassa por inúmeros manifestos e pressupostos políticos e econômicos que vieram de encontro a uma nova visão teórica e prática da área nos dias atuais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCN'S), é essencial a participação dos alunos nas aulas, desde que estas estejam planejadas e adequadas às necessidades de cada educando, resultando em muitos benefícios, como integração, formação social e suas capacidades afetivas (BRASIL, 1997). Essa prática deve ser alinhada juntamente ao aluno inserido no ambiente escolar, contribuindo para uma maior aquisição de conteúdos e com o intuito de terem condições de ensino iguais aos demais colegas.

Assim como mencionado, a prática da Educação Física para as PCNEE é essencial para o pleno desenvolvimento integral dos indivíduos, além das atividades desenvolvidas pelos professores nas redes regulares de ensino,



podemos destacar algumas modalidades esportivas, competitivas ou não, que se fazem presentes como importantes meios para inclusão e integração nesse processo. Sabe-se do surgimento do esporte em tempos primitivos, quando os indivíduos usavam suas próprias técnicas como lutar, correr, saltar, lançar, entre outros, como meios para sobreviver. Desta forma, é cabível pensarmos em trabalhar com boas práticas e intervenções, de modo a proporcionar aos alunos uma melhor qualidade de vida e independência no dia a dia. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a Educação Física como componente essencial, pois proporciona momentos de manifestações corporais, aprimoramento e estímulo de habilidades motoras, além de proporcionar momentos de interação e socialização entre todos (BRASIL, 1997).

Nesta mesma perspectiva, Miquelin et al. (2015) compreendem que a Educação Física, juntamente à formulação e reformulação dos PCN'S, auxiliou para uma maior prática pedagógica tendo como foco a interação e a inclusão social dos indivíduos, além de uma vasta dimensão de conteúdos realizados. Neste contexto, além da prática de atividade física dentro da Educação Física, tanto para inclusão e socialização quanto para reabilitação, são proporcionados momentos ímpares para todos. Sendo assim, é necessária a construção de atividades que venham de encontro com documentos e leis que amparam e auxiliam no desenvolvimento da Educação Física enquanto promotora de saúde, qualidade de vida e práticas corporais. De acordo com Aguiar e Duarte (2005), quando a prática desportiva não tiver princípios para que haja inclusão, participação e cooperação, acarretará insatisfação e frustrações.

Assim como em outros aspectos, os esportes adaptados tiveram sua origem por volta do século XX, momento marcado pelo fim das guerras mundiais. O impacto gerou grandes prejuízos, deixando inúmeras pessoas debilitadas fisicamente, ocasionando amputações de membros do corpo,



além de problemas cognitivos e emocionais frente as situações enfrentadas. Desta forma, alguns países tiveram iniciativas de organizar eventos e projetos voltados para o incentivo da prática esportiva, com intuito de reabilitar e de recuperar esses malefícios gerados, e, também, para oportunizar maior aquisição de movimentos e habilidades de seu corpo (BRANCANTI, 2013). De acordo com Araújo (2018) e Brancanti (2013), existem relatos de que no Brasil os esportes adaptados tiveram sua origem na década de 1950, por Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Serafim Del Grande.

Segundo Tubino (2010), houve grandes marcos que oportunizaram novos olhares acerca da prática esportiva, o autor divide-os três momentos: o esporte na antiguidade (metade do século XIX), o esporte moderno (depois de 1820) e o esporte contemporâneo (no fim do ano de 1980). Sendo este último o momento de aceitação das práticas esportivas como um direito de todos, ancoradas pela Carta Internacional de Educação Física e Esporte. Nesse contexto, o autor destaca a importância do esporte no meio social, como sendo uma prática que vem ganhando espaço e muitos praticantes pelo mundo. Toda e qualquer atividade esportiva detém regras impostas com o objetivo de proporcionar o “jogo” propriamente dito. No Brasil, estima-se que aproximadamente 17 tipos de esportes são adaptados, sendo suas práticas de cunho coletivo ou individual. Porém, Silva (2013) destaca uma atenção quanto às modalidades, pois cada uma tem sua particularidade e especificidade, necessitando de direcionamento e planejamento para a sua execução.

De acordo com Santiago, Souza e Floriano (2005), dentro do esporte e da Educação Física pode-se encontrar diversas potencialidades de alunos, atletas ou pessoas que estão em fase de reabilitação. Essa visão muda completamente o senso comum imposto e estabelecido pela sociedade, a mudança se configura a partir da prática da atividade física e nas suas inúmeras manifestações corporais, como danças, jogos, lutas e esportes,



que contribuem para uma melhor funcionalidade cognitiva, motora e de autoconfiança das pessoas que apresentam alguma deficiência. Rosado, Grupioni e Gonçalves, (2019 p. 156) destacam uma observação a ser feita acerca das discussões no meio esportivo a partir do contexto internacional, apontando que

[...] até 1960 o esporte era compreendido, sobremaneira, pela face do rendimento, ou seja, àquele que exigiria dos participantes máxima performance. No entanto, esta visão passou a ser questionada, e o debate sobre a abrangência social do esporte ganhou força a partir do “Manifesto do Esporte (1968)” e do “Movimento Esporte para Todos”.

Nessa perspectiva, no esporte no Brasil, a partir da década de 80, houve uma nova reformulação quanto à terminologia da época, até então voltada somente ao rendimento, passa a ter uma visão mais ampla no que tange o esporte, contemplando uma prática voltada à participação e à educação do corpo. De acordo com Buso et al. (2013), existem limitações de movimentos por parte da PCNEE, seja para jogar ou praticar determinado esporte. Nesta perspectiva, os autores apontam que a atividade física e/ou esportiva gera grandes oportunidades e possibilidades de superação, promoção e integração do indivíduo e da sociedade.

Para tanto, a competitividade que envolve a grande maioria dos esportes muitas vezes está tão impregnada no meio esportivo que somente a vitória é o melhor resultado dentro de um jogo ou prática esportiva. Todo o envolvimento nesse processo gera outros olhares acerca dos objetivos que estão inseridos em cada modalidade ou prática esportiva, tais como empatia, reabilitação, interação social, lazer e qualidade de vida. Com esse intuito, o esporte permite que os indivíduos vivenciem momentos de alegria e diversão, possibilitando a promoção de uma inclusão social para todos (BARROZO et al., 2012).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos e do texto apresentado, podemos compreender importantes pontos destacados que marcaram grande parte do contexto histórico da inclusão no esporte, além da Educação Física como promotora e incentivadora das práticas de atividade física no ambiente escolar. Desta forma, podemos considerar esta área como essencial na busca por igualdade, respeito e inclusão das pessoas com deficiência neste espaço. Cabe destacarmos que grande parte dos profissionais necessitam de conhecimentos teóricos/práticos acerca do desenvolvimento e intervenções nas práticas para que garantam maiores aquisições e estratégias de inclusão e socialização de todos durante esse processo. Contudo, não podemos considerar que a Educação Física em conjunto com outras áreas esportivas tem apenas por objetivo a prática em si.

Desta forma, é cabível pensarmos em um contexto mais amplo, observando todo o envolvimento que esses processos históricos e sociais vieram apresentando e auxiliando as PCD para além de sua formação profissional. Portanto, precisamos compreender esses movimentos como pressupostos para uma questão humanizada, ou seja, dentro da perspectiva da inclusão é necessário observar outros fatores que influenciam e motivam esse público na busca por seus objetivos, sendo momentos marcantes e essenciais para o pleno desenvolvimento cognitivo e físico enquanto indivíduo. Destacamos que para haver inclusão, todos os profissionais envolvidos com PCD necessitam ultrapassar o comodismo e os desafios impostos, pois essa interação e socialização é importante para o pleno desenvolvimento de cada indivíduo em sua especificidade, logo, com esse envolvimento teremos melhores condições de incluí-los nas práticas.



SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Diante do assunto abordado, sugerimos alguns autores para embasar e contextualizar ainda mais a busca pelo conhecimento e pela informação acerca da Inclusão, Esporte e Educação Física. Sendo assim destacamos algumas pesquisas que auxiliarão aqueles que buscam pesquisar assuntos nessa magnitude. Autores como: José Geraldo Silveira Bueno, com obras: *As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial* (2008), Maria Teresa Mantoan, com publicações de obras como: *O desafio das diferenças nas escolas* (2013), *Inclusão Escolar* (2003). Rosalba Maria Cardoso Garcia com artigos sobre: *Políticas Públicas de inclusão: uma análise do campo da educação especial brasileira* (2004), *O professor de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: reflexões acerca da articulação entre o modelo de professor e o projeto de escola* (2016) conceituam suas experiências dentro do ambiente escolar. Além de autores como: Márcia Greguol Gorgatti e Roberto Fernandes da Costa, com livros: *Atividade Física Adaptada* (2008) e Maria Luíza Salzani Fiorini, Maria Luíza Tanure Alves e Rubens Venditi Júnior com livro sobre: *Educação Física, Diversidade e Inclusão* (2019).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. de; DUARTE, É. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 223-240, 2005.

AMARAL, L. A. Histórias da exclusão–e de inclusão? –Na escola pública. **Educação Especial em debate**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Regional de Psicologia, 1997.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.



ARAÚJO, B. C. de. **Esporte adaptado**: um estudo acerca da percepção e metodologias dos professores de educação física nas escolas de Tocantinópolis-TO. 2019. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universitário de Tocantinópolis, Tocantinópolis, 2019.

BARROZO, A. F. et al. Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 16-28, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273023568073.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRANCATTI, P. R. Esporte adaptado às pessoas com deficiências na Unesp de presidente prudente: da iniciação às conquistas sociais. **ADAPTA**, v. 9, n. 1, 2013.

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1999.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponibilidade em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial. **Deficiência e escolarização**: novas perspectivas de análise, v. 1, p. 43-63, 2008.

BUSO, R. M. et al. (org.). **Esporte, reabilitação e educação física inclusiva na qualidade de vida de pessoas com deficiência**. Londrina: Eduel, 2013.
CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista integração**, v. 14, p. 27-30, 2002.



DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: ABT; UGF, 1995. v. 3.

FALKENBACH, A. P. et al. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Movimento**, v. 13, n. 2, p. 37-53, 2007.

FERNANDES, L. B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, v. 2, p. 132-144, 2011.

FERREIRA, R. E. **A educação física escolar e sua relação com a aprendizagem e as emoções dos alunos no ensino fundamental**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/Renato-Erothildes-Ferreira.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FIORINI, M. L. S.; ALVES, M. L. T.; VENDITI JÚNIOR, R. **Educação física, diversidade e inclusão**. Curitiba: Appris, 2019.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da C. **Atividade física adaptada**. 2. ed. São Paulo: Editora Manole, 2008.

GORGATTI, M. G. et al. Atitudes de professores de educação física no ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, 2004. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/558/582>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GUHUR, M. de L. P. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n. 2, p. 76, 1994. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/. Acesso em: 15 jul. 2020.



LARA, F. M.; PINTO, C. B. G. C. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 15, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5102/ucs.v15i1.4293>.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Sumus, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OpxxBgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=a+inclus#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2013.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: MANTOAN, M. T. E. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**, São Paulo: Vozes, 2010.

MEIRELES-COELHO, C.; IZQUIERDO, T.; SANTOS, C. Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. In: CONGRESSO DA SPCE: EDUCAÇÃO PARA O SUCESSO: POLÍTICAS E ACTORES, 9., 2007. **Actas [...]** 2007. p. 178-189.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MIQUELIN, E. C. et al. **A educação física e seus benefícios para alunos do ensino fundamental**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvoL_32_1421443852.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ROSADO, D. G.; GRUPIONI, F. M. de F.; GONÇALVES, V. L. Lazer, Esporte e Inclusão: A Universidade Pública enquanto cenário de interações. In: DESIDÉRIO, R.; PINTO, S. G. (org.). **Inclusão e experiências educativas: indícios para o fortalecimento de redes**. Londrina: Syntagma Editores, 2019.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v. 10. n. 2, p. 227-234, 2005.



SANTIAGO, A. L. S. P.; SOUZA, M. T.; FLORINDO, A. A. Comparação da percepção da auto-imagem de pessoas portadoras de deficiência física praticantes de natação. **Revista Digital**, v. 10, n. 89, out. 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd89/defic.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, A. de A. C. et al. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 4, p. 679-687, 2013.

TOMPOROSKI, A. A.; LACHMAN, V.; BORTOLINI, E. Educação especial, o longo caminho: da antiguidade aos nossos dias. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 9, n. 21, 2019.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/123456789/130>. Acesso em: 20 jul. 2020.



PSICOLOGIA DO ESPORTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA ESPORTIVA

Aline Cviatkovski
Jackson Gerson Silva

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Compreender os conceitos de Psicologia.
- Compreender a origem da Psicologia do Esporte.
- Apontar as principais características da Psicologia do Esporte.
- Reconhecer a importância da Psicologia do Esporte.



INTRODUÇÃO

Neste capítulo, falaremos sobre a psicologia do esporte, sua história, atribuições e suas contribuições para o meio esportivo e competitivo, seja ele de alto rendimento ou para as pessoas que são apenas praticantes das modalidades. A Psicologia do Esporte, assim como a psicologia, sofreu grandes preconceitos, sendo considerada algo muito novo dentro da área esportiva, principalmente no contexto brasileiro. A Psicologia, aqui no Brasil, foi considerada ciência somente na década de 60, dificultando sua visualização e seu trabalho, sendo que por muitos anos essa ciência já oferecia suas contribuições para a sociedade e para o esporte, porém, ainda sem um reconhecimento merecido e sem um conselho que regulamentava e amparava suas contribuições. A Psicologia foi reconhecida a partir de 1962, gerando grandes ganhos de estudos e pesquisas, começando a conquistar mais espaço na sociedade.

É importante pensarmos que a Psicologia contribui muito para o esporte, pois consegue ampliar o olhar para o atleta, possibilitando auxiliar na performance e na saúde mental dos praticantes, seja em situações individuais ou de equipe. Neste capítulo, abordaremos o quanto a Psicologia do esporte vem discutindo e analisando situações decorrentes de competições em atletas profissionais, amadores ou somente praticantes, assim como no auxílio na melhora do desempenho da equipe e nos relacionamentos interpessoais entre seus membros.

Esperamos que, com este capítulo, possamos contribuir em sua trajetória pessoal e profissional, de maneira a compreender o quanto a Psicologia pode ser útil em outras áreas de conhecimento, de atuação e de pesquisas além da própria Educação Física. Desejamos uma boa leitura.



PASSEIO PELA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

A palavra Psicologia tem origem em duas palavras gregas: *Psyché*, que significa alma, e *logos*, que significa razão. A alma era vista como o pensamento do ser humano, porém sem tanta racionalidade, por isso precisaria vir aliada à razão para que os sentimentos de amor e ódio pudessem ser entendidos pelas demais pessoas ao seu redor. A Psicologia começou a ser vista como ciência apenas no Século XIX, na Alemanha, devido ao laboratório de psicofisiologia do pesquisador e psicólogo Wilhelm Wundt, da Universidade de Leipzig (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2020).

A psicologia já era considerada importante muito antes de ser considerada ciência, surgindo de ramos da filosofia e da fisiologia e ganhando força com o tempo. Contudo, as escolas de Psicologia começaram a surgir e ganharam espaço por todo o continente Europeu, espalhando-se para as Américas (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019). Diante disso, ela também foi ganhando abertura em outras áreas além da clínica, tais como organizações públicas ou privadas, escolas, hospitais, clubes esportivos, entre outros.

Já aqui no Brasil, a Psicologia foi reconhecida como profissão apenas em 1962 e teve como regulamentação a Lei nº 4.119. O Conselho Federal de Psicologia foi criado juntamente aos conselhos regionais no ano de 1971, pela Lei nº 5.766, a profissão ficou regulamentada e amparada com os conselhos. O papel do psicólogo começou a ser reconhecido no Brasil, principalmente por meio das avaliações psicológicas, em seguida, ganhou espaço em consultórios, como atendimentos em clínicas e também nas demais áreas esportivas (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019).

A profissão, ainda que timidamente desde os seus primórdios, vem sofrendo preconceito em relação às suas atividades. Muitas pessoas acreditam que a Psicologia é somente para “louco” e comentam que não precisam de



auxílio, ou também que depressão e ansiedade é falta de ocupação em seu cotidiano. Esses comentários agressivos fazem com que muitas pessoas não busquem auxílio psicológico por vergonha e devido a isso desenvolvem transtornos que vão interferir em suas vidas por muito tempo.

Pensamentos como estes vieram devido à cultura de institucionalização das pessoas que tinham qualquer dificuldade de comportamento e interações sociais, sendo que os indivíduos eram levados para os hospitais psiquiátricos, ficando afastados de suas famílias e da sociedade. Havia relatos de que, em alguns casos, não retornavam para as comunidades de onde tinham saído, acabando por ficar até sua morte no hospital. A partir de 1986, começou a se pensar que as pessoas não tinham qualidade de vida estando isolados do mundo, e com isso surgiu a reforma psiquiátrica (HIRDES, 2009).

Com o passar dos anos, a Psicologia começou a ser vista de uma maneira mais leve, onde sua ciência auxiliaria na melhora da qualidade de vida, seja na vida pessoal, profissional ou social. Várias empresas começaram a contratar psicólogos para fazer o recrutamento e a seleção de seus colaboradores, de modo a encontrar perfis que se adaptam a vaga de emprego. As escolas particulares também buscaram amparo nesta ciência, com o intuito de compreender alguns processos de aprendizagem e de interação social. Outra área buscou auxílio de psicólogos foi a do esporte, e, assim, a Psicologia do esporte foi ganhando espaço em todas as modalidades de esporte, principalmente as de alto rendimento.

A PSICOLOGIA DO ESPORTE: SUA HISTÓRIA, SEUS PERCURSOS E SUAS CONSTRUÇÕES

A Psicologia do Esporte, assim como a Psicologia em geral, teve seu início na Europa e passou a se espalhar pelos Estados Unidos da América e, no Brasil, alguns estudos realizados nos demais locais eram seguidos. A



Psicologia do esporte é um pouco mais recente, por mais que Wundt, no século XIX, fazia a união com a fisiologia, mesmo assim somente por volta de 1960 é que essa área começou a ganhar espaço (CARVALHO, 2016). O aparecimento da Psicologia do Esporte coincidiu com o reconhecimento da profissão no Brasil. Pensando dessa maneira, o psicólogo do esporte já foi ganhando seu espaço juntamente às demais áreas da Psicologia.

O esporte em geral vem sofrendo grandes influências ao longo dos tempos, se fazendo presente desde os jogos olímpicos na Grécia. Porém, as modalidades esportivas que visam o alto rendimento passam por situações de pressão o tempo todo, tendo em vista alguns fatores internos e externos que interferem nessa busca constante pelos resultados. Todt (2007) destaca fatores a partir da especificidade de cada atleta, citando como motivações intrínsecas acontecem quando as atividades realizadas por si mesmo produzem alguma satisfação, já a extrínseca refere-se a alguma tarefa tendo em vista a recepção de alguma recompensa, elogios ou motivação de outras pessoas. Desta forma, é necessária a realização de análises confiáveis e fidedignas para verificar como, quando e com que frequência a pressão interfere na busca pelo desempenho dos atletas durante as partidas.

Mas, o que é e para que serve a psicologia do esporte? Ela tem como maior objetivo estudar o ser humano que está envolvido com a prática de atividades ou exercícios físicos, de modalidades competitivas ou não (RUBIO, 2000), e pode auxiliar tanto atletas profissionais, quanto amadores ou aquelas pessoas que praticam alguma atividade esporádica. Assim como as demais áreas da Psicologia, a Psicologia do Esporte estuda e atua com o comportamento humano, podendo avaliar as relações sociais e de grupo, podendo intervir e trabalhar com habilidades sociais, e, também, investigar as atividades realizadas pelos praticantes. Há, também, possibilidades de trabalho com consultorias, tanto para clubes quanto para praticantes que gostariam de aumentar seu rendimento (SINGER, 1993).



Com o passar do tempo, a Psicologia do esporte começou a ficar conhecida também nas universidades, passando a fazer parte das grades curriculares das graduações em Psicologia e em Educação Física, ficando presente principalmente nas aulas de Psicologia e atividade física. Os conceitos apresentados nas aulas de Educação Física oferecem conhecimento e embasamento teórico para que os acadêmicos possam compreender aspectos sobre motivação, autocontrole, sintomas de ansiedade e depressão e, além disso, a psicologia pode auxiliar no desempenho e nas reabilitações de lesões (WEINBERG; GOULD, 2001).

Segundo Marques (2003), a Psicologia do esporte tem seu campo cada vez mais inserido em ambientes esportivos como componente essencial na busca por uma saúde mental de qualidade, repercutindo em bons resultados. Para o autor, essa abrangência vem sendo demonstrada em publicações, congressos e pesquisas dentro da área, desta forma, a caminhada histórica, social e antropológica que a Psicologia do esporte vivenciou a torna, atualmente, uma forte ciência, que vem enriquecendo cada vez mais o desenvolvimento físico e psicológico de praticantes de esportes.

ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO DO ESPORTE

Quando se pensa em Psicologia do Esporte, os primeiros pensamentos se remetem a aplicabilidade em esportes de alto rendimento. No entanto, esta área vai além de auxiliar apenas atletas profissionais ou equipes de competições. É importante pensar que a atividade física é importante para toda a população, pois ela contribui na prevenção de doenças e na manutenção da saúde, tanto física quanto cognitiva. A prática de atividade física também colabora com as interações sociais, ou seja, auxilia na parte de socialização dos praticantes. As atividades contribuem para evitar o sedentarismo e mantém o funcionamento ativo do corpo, auxiliando a diminuir as limitações



motoras e corroborando com a manutenção da circulação sanguínea e na questão da respiração (PEDRINELLI; LEME; NOBRE, 2009).

O que muitas vezes acontece é que as pessoas deixam de praticar atividades ou exercícios físicos devido à falta de motivação, em muitos casos essa desmotivação também está aliada a outros fatores, como baixa autoestima, não confiar em si mesmo e sofrer pressão psicológica vinda de outras pessoas ou outras situações. O psicólogo, por sua vez, contribui auxiliando na organização de horários e de tempo para que as pessoas possam praticar a atividade física, bem como atuando na motivação, enfatizando a importância que a prática de atividade física tem para aquela pessoa. Em muitas situações, é preciso trabalhar sobre a autoestima e a autoconfiança, além do controle do estresse para que o indivíduo se sinta mais capaz de realizar determinadas tarefas.

De acordo com Benedetti, Oliveira e Lipp (2011), o estresse tem envolvimento de vários fatores neuropsicofisiológicos que cada indivíduo enfrenta em determinados momentos e que exigem uma maior ou melhor adaptação ao meio. Segundo os autores, essas situações estressoras ocorrem quando acontecem situações que modificam sua forma de produzir uma determinada tarefa, o que exige grande esforço para retornar o seu corpo para o estado de equilíbrio. Além disso, ainda existem os movimentos estressores ocasionados por determinadas situações ocorridas no decorrer das práticas esportivas, sendo a ansiedade outro fator determinante que influencia e que interfere na busca pelos resultados. O nível de ansiedade, por sua vez, segundo Cevada et al. (2012), se não for bem trabalhado e preparado nos atletas pode apresentar um grande aumento, além do estresse, acarretando no comprometimento físico e mental dos atletas. Nesta perspectiva, Alves (2014, p. 2) descreve a ansiedade como

[...] uma emoção normal da vivência humana. Entretanto sua conceituação ainda é difícil, bem como a delimitação da ansiedade normal e da patológica. Costuma ser percebida como um estado de alerta, que leva à tensão e ao gasto energético,



associado a uma percepção do ambiente aumentada voltada a um perigo percebido conscientemente ou não.

Em cada momento ocorrido pelo indivíduo, seja agora ou futuramente, há um certo nível de ansiedade que proporcionará uma mudança física e cognitiva. Essa movimentação em alguns casos pode acarretar desmotivação e pensamentos antecipados de negação frente ao que está por vir. Neste caminho, Castillo et al. (2000) descrevem a ansiedade como um sentimento vago, gerando situações desagradáveis de medo, perigo e desconforto por algum fator desconhecido ou estranho. Com o alto nível competitivo que os atletas vêm sofrendo, vários estudos e pesquisas estão direcionando maior atenção aos fatores que influenciam nessa caminhada, tais como ansiedade e estresse nas competições (FABIANI, 2009).

Todo esse envolvimento desencadeia outras complicações quando os indivíduos estão realizando suas atividades práticas nas competições. Haja visto que para cada modalidade apresentam diferentes níveis e momentos de ansiedade e estresse, pois os indivíduos respondem de forma alternada a cada estímulo a eles apresentados. Para Fabiani (2009), a apreciação do psicólogo nesses momentos é essencial, assim como uma boa alimentação e prática de exercícios físicos com regularidade. Assim como bons exercícios físicos, a psicologia do esporte é uma ciência importante que estabelece uma estreita relação com os atletas no alto rendimento.

Considerando o exposto, o psicólogo pode auxiliar na identificação de sinais de ansiedade e de depressão, assim como possíveis alterações de humor e também dificuldades de adaptação, sejam elas com a atividade física ou com alguma situação difícil pela qual esteja passando. Infelizmente, grande parte da população não tem acesso aos serviços psicológicos, seja por questões financeiras, dificuldade de informações ou pelo próprio preconceito existente em relação à psicologia. Quando se pensa em conflitos psicológicos, quanto mais se oprimi os sentimentos mais chance se tem de aumentar o sofrimento



existente. Além disso, é possível que o corpo desenvolva alguma *doença psicossomática*,¹ gerando problemas físicos que podem levar a diminuição do rendimento (CORDEIRO, 2013).

Visto toda a complexidade que o meio esportivo vem se destacando dentro do alto rendimento, não se deve ignorar sua caminhada pela própria ciência, fato observado diante de pesquisas relacionadas ao esporte e que, juntamente às coletas e análises de dados, tem oportunizado grandes conquistas na promoção de uma melhor performance. Assim, a psicologia do esporte se apresenta como ciência para identificar esses dados com o intuito de proporcionar maiores condições para o atleta (DE SOUSA FILHO, 2008). Estudos e pesquisas dessa ciência evidenciam a essência representada pela psicologia no meio esportivo.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2007), além de abranger direcionamentos para atletas de alto rendimento, a psicologia do esporte também tem sua intervenção com crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. Sua atuação se relaciona em diversos aspectos, como diagnósticos, aplicação de instrumentos para identificar os perfis psicológicos dos praticantes e nos possíveis comportamentos que interferem antes, durante e após o desenvolvimento das atividades. A avaliação psicológica em atletas vai além da avaliação do paradesporto, como comentado no parágrafo acima, ela avalia pessoas sem nenhuma dificuldade e tendo como objetivo avaliar seus perfis e identificar suas capacidades e debilidades. Após a avaliação, é possível potencializar suas aptidões, fazendo com que seu rendimento aumente.

¹ Doenças Psicossomáticas: são aquelas doenças físicas desenvolvidas devido ao nível de estresse, ansiedade ou outras causas psicológicas. Quando o psicológico está muito abalado, é possível que o corpo responda com sinais físicos a algo que está incomodando emocionalmente. Alguns exemplos de doenças psicossomáticas são alergias, diarreia, enxaqueca, câncer, diabetes, asma, apendicite, entre tantas outras que podem desencadear sérios problemas físicos e que poderiam ter sido evitados com auxílio de psicoterapia.



A avaliação psicológica no esporte também pode ser chamada de psicodiagnóstico esportivo, tendo como principal objetivo a avaliação dos perfis dos atletas e podendo identificar potencialidades ou dificuldades dos atletas. Desse modo, é possível trabalhar melhorando todos os aspectos. A avaliação psicológica no âmbito esportivo também tem como enfoque a avaliação dos treinos e dos jogos, pensando na melhora de seu desempenho. A avaliação permite que os profissionais que trabalham junto aos atletas possam mudar sua visão em relação a eles, pois compreenderá sua forma de interagir e de treinar e poderá identificar seus mecanismos de fuga e de auto sabotagem, que poderiam interferir nos desempenhos e então, trabalhar para que isso não aconteça (GARCIA; BORSA, 2016).

É importante compreendermos que o psicólogo auxilia cada vez mais os atletas a alcançarem seus objetivos, seja com a avaliação psicológica ou seja com os demais trabalhos realizados pelo psicólogo, como, por exemplo, atendimentos individuais, consultorias, organização de grupos para falar sobre assuntos pertinentes (medo, motivação, enfrentamento de problemas, saudade, entre outros). Nos atendimentos individuais, o psicólogo consegue acessar as dificuldades, medos, ansiedades e questões que estão bloqueando o melhor desempenho do atleta e, a partir disso, é possível que com o passar dos atendimentos o atleta vá se sentindo mais livre e confiante, tanto com relação a si mesmo quanto aos demais participantes da equipe. Muitas vezes é necessário se permitir participar de terapia para se conhecer e perceber suas fraquezas e suas potencialidades, para que então possa desempenhar suas funções com mais qualidade e envolvimento.

Por fim, pensa-se que o profissional de Educação Física, muitas vezes pode ser a pessoa mais próxima do atleta, o que faz com que ele seja o responsável em ficar atento aos sinais oferecidos pelos alunos ou atletas que estão ao seu redor. Quando identificado algo diferente, é necessário realizar encaminhamento para um serviço especializado quando não houver um



profissional psicólogo atuando no local. Ambos podem fazer a diferença para muitos atletas, sejam eles profissionais, amadores ou somente praticantes. Esses profissionais unidos podem realizar pesquisas para melhorar a qualidade de vida e o desempenho desses alunos ou atletas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após compreendermos um pouco sobre a Psicologia do Esporte, podemos concluir que ela desempenha um papel muito importante para atletas, profissionais, amadores e também para somente os praticantes, pois permite uma visão diferenciada para o indivíduo. Ou seja, permite olhar para além dos resultados, analisar todos os aspectos de vida daquela pessoa, para que ela seja vista como um todo. Não podemos olhar para o atleta somente como um atleta, ele tem uma história de vida que precisa ser levada em consideração e que influencia em seus resultados.

Os profissionais da Psicologia e da Educação Física precisam trabalhar juntos para que os resultados sejam alcançados. Ambos oferecem um suporte grande para seus participantes, cada um com suas atribuições e cuidados com os atletas. É importante que cada uma saiba qual é sua função para que não ocorram “atravessamentos” em seus trabalhos. Com isso, ambas as áreas passam a ser mais valorizadas, bem como, os atletas e suas equipes se beneficiam com todo o trabalho realizado.

Esperamos que este capítulo tenha trazido ainda mais conhecimentos sobre essa área tão importante e que cresce a cada dia e que vocês leitores (profissionais, acadêmicos, atletas, praticantes) possam compreender melhor sobre a Psicologia e divulgar esse trabalho importante que é realizado, bem como auxiliar com a quebra de preconceitos que ainda existe e valorizar esse auxílio que é fornecido para a área da Educação Física.



SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Caso tenham ficado com dúvidas ou curiosidades sobre o tema podem buscar mais autores que pesquisam e escrevem sobre esse assunto, como Kátia Rubio, autora de vários de artigos que falam sobre a psicologia do esporte, dois deles citados no decorrer do capítulo e indicamos também a leitura do artigo intitulado “A Psicologia do Esporte na iniciação esportiva infantil”. Além disso, sugerimos para conhecimento os artigos publicados por Dietmar Martin Samulski, além de uma de suas obras principais, que é o livro “Psicologia do Esporte: conceitos e novas perspectivas”, publicado no ano de 2009. Ambos são autores que contribuíram com vários estudos sobre a psicologia do esporte, bem como a psicologia do esporte no Brasil, além de serem autores brasileiros que defendem e estudam sobre esse assunto tão importante.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. C. de T. F. Depressão e ansiedade entre estudantes da área de saúde. **Revista de Medicina**, v. 93, n. 3, p. 101-105, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/103400>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BENEDETTI, E.; OLIVEIRA, R. L.; LIPP, M. E. N. Nível de estresse em corredores de maratona amadores em período de pré-competição. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, v. 19, n. 3, p. 5-13, 2011. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/2147/2035>. Acesso em 10 jul. 2020.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15. São Paulo Saraiva 2019.



CASTILLO, A. R. G. L. *et al.* Transtornos de ansiedade. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 20-23, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3791.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARVALHO, C. A. Psicologia do esporte: construindo sua história a partir da Educação Física. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBPE/article/view/6729>. Acesso em: 5 out. 2020.

CEVADA, T. *et al.* Relação entre esporte, resiliência, qualidade de vida e ansiedade. **Archives of Clinical Psychiatry**, v. 39, n. 3, p. 85-89, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832012000300003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 013/2007**. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. [S. l.]: CFP, 14 set. 2007. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/resolucao2007_13.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

CORDEIRO, Diana. **Relação entre Atividade Física, Depressão, Autoestima e Satisfação com a Vida**. 2013. Dissertação (Mestrado em atividades físicas em populações especiais) – Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior, Portugal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/1275>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DE SOUSA FILHO, P. G. O que é a psicologia dos esportes. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 8, n. 4, p. 33-36, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/373/425>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FABIANI, M. T. Psicologia do esporte: a ansiedade e o estresse pré-competitivo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE, 2009. **Anais** [...] 2009. p. 12337-12345. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0483.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GABARRA, L. M.; RUBIO, K.; ÂNGELO, L. F. A Psicologia do Esporte na iniciação esportiva infantil. **Psicología para América Latina**, n. 18, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2009000200004. Acesso em: 1 dez. 2020.



GARCIA, R. P.; BORSA, J. C. A prática da avaliação psicológica em contextos esportivos. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 4, p. 1549-1560, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754281006.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 297-305, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2009.v14n1/297-305>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MARQUES, M. G. **Psicologia do esporte**: aspectos em que os atletas acreditam. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

PEDRINELLI, A.; LEME, G. E. L.; NOBRE, A. S. do R. O efeito da atividade física no aparelho locomotor do idoso. **Revista Brasileira de Otopedia**, v. 44, n. 2, p. 96-101, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbort/v44n2/a02v44n2.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

RUBIO, K. **Psicologia do esporte**: interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte**: conceitos e novas perspectivas. São Paulo: Manole, 2009.

SINGER, R. Sport Psychology: an integrated approach. In: SERPA, S. et al. In: WORLD CONGRESS IN SPORT PSYCHOLOGY, 8., Lisboa. **Proceedings** [...] Lisboa: SPPD – FMH, 1993. p. 131-146.

TODT, N. Jogos Olímpicos da Antiguidade. In: RUBIO, K. et al. **Ética e compromisso social nos estudos olímpicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 217-222.

WEINBERG, R.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia aplicada ao exercício e ao esporte**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.



EDUCAÇÃO FÍSICA E PRAXIOLOGIA MOTRIZ: DESVENDANDO A LÓGICA INTERNA DAS MANIFESTAÇÕES MOTRIZES

Silvester Franchi
João Francisco Magno Ribas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Compreender o contexto de elaboração dos pressupostos teóricos da Praxiologia Motriz;
- Identificar os principais conceitos da Praxiologia Motriz;
- Reconhecer as contribuições da Praxiologia Motriz para a Educação Física.



O PONTO DE PARTIDA: A BUSCA POR ESPECIFICIDADE

Historicamente o ser humano se constituiu em interação constante com a natureza e entre seus pares, inicialmente buscando suprir suas necessidades imediatas para a sua sobrevivência e em consequência a isto criando e recriando formas lúdicas. Com o desenvolvimento das diferentes formas de sociedade, os jogos foram se constituindo enquanto momentos relacionados ao tempo livre, ao labor, às festas e cerimônias, assim como no decorrer da vida, desde a infância até a velhice (FRANCHI, 2017).

O advento da industrialização provocou fortes mudanças em nossa sociedade. Uma das características mais sobressalente é a necessidade de geração e acumulação de capital por parte de poucos que dominavam os meios de produção. Neste contexto, a apropriação e sistematização de jogos e esportes enquanto uma mercadoria trouxe a racionalização de todo o contexto lúdico/esportivo. Diferentes ciências ramificaram-se rumo à realização de análises e busca por alternativas para que os elementos relacionados aos esportes despontassem para o maior rendimento esportivo e explicação de fenômenos específicos. Tal fato impulsionou o esporte, para além de uma manifestação lúdica, de lazer, em um trabalho e geração de produtos a ele relacionados, resultando em um meio potencial/real de geração de riquezas.

São inúmeras as contribuições das mais variadas ciências para a análise, compreensão e aprofundamento de resultados das manifestações motrizes. Fisiologia, biomecânica, cinesiologia, bioquímica, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras, são exemplos da complexidade que existe em atuar no processo de ensino, aprendizagem e treinamento de práticas corporais. No entanto, é necessário que se tenha um olhar crítico com relação a estes conhecimentos, principalmente no que tange a sua fragmentação ao tratarem os diferentes aspectos dos conhecimentos/manifestações motrizes apenas



a partir dos objetos próprios de estudo (PARLEBAS, 2012, 2020; RIBAS; FRANCO, 2020).

A fisiologia do exercício busca identificar os efeitos do exercício em nossas estruturas e funções dos sistemas corporais; na biomecânica se busca melhor entender as forças externas e internas aplicadas nos/pelos segmentos corporais e seus efeitos; a sociologia do esporte busca, por sua vez, relacionar como se dão as relações sociais entre os seres humanos e a sociedade através da mediação do fenômeno esportivo; as diferentes influências psíquicas nos comportamentos dos indivíduos que atuam em situações motrizes são explicadas a partir da psicologia do esporte. Não buscamos aqui negar a importância destes conhecimentos construídos pelas diferentes ciências e suas especificidades enquanto objetos de estudo. No entanto, defendemos que existe a necessidade de se compreender os jogos, esportes e demais práticas corporais a partir da própria manifestação, ou seja, desvendando todas as características a partir da singularidade de cada prática.

Na década de 1960 um jovem professor, Pierre Parlebas, da Escola Normal Superior de Educação Física e Esportiva (ENSEPS) – França – se vê particularmente incomodado com os rumos que a educação física e seu ensino tomavam no contexto histórico francês. Pierre Parlebas começa chamar a atenção através de sucessivas publicações na Revista Educação Física e Esportiva (EPS) no que tange a fragilidade que a educação física se encontrava quanto ao seu objeto de estudo (PARLEBAS, 1967a). A partir destas primeiras inquietudes e desconfortos provocados aos demais profissionais e intelectuais da época este autor começou a buscar explicações para constituir elementos próprios para uma Ciência da Ação Motriz, a Praxiologia Motriz.

A necessidade que Pierre Parlebas sentiu de compreender e explicar as práticas motrizes a partir de suas próprias estruturas de funcionamento demandou uma formação multi-transdisciplinar. Após a conclusão do curso



em educação física, já então como professor da ENSEPS, Parlebas realizou o curso de psicologia e, na sequência, se especializou em linguística, sociologia e matemática aplicada às ciências sociais (SARAVI, 2012). Em entrevista, Parlebas salienta a necessidade de uma formação rigorosa, alicerçada em várias disciplinas, pois a seu ver não se pode construir conhecimentos científico a partir do nada, sendo necessário considerar os conhecimentos produzidos anteriormente (SARAVI, 2012). A partir de conhecimentos de diferentes disciplinas e norteado pelo estruturalismo, Pierre Parlebas busca a elaboração de pressupostos para a análise das situações motrizes a partir de suas próprias características de funcionamento, as relações estabelecidas e os efeitos destas (PARLEBAS, 1967a, 1967b, 1968a, 1968b, 1969, 1970). Todas suas análises e elaborações teórico-práticas culminaram mais tarde numa ciência denominada Praxiologia Motriz.

PRAXIOLOGIA MOTRIZ E LÓGICA INTERNA

Pierre Parlebas busca, por meio da Praxiologia Motriz, colocar o indivíduo e sua conduta como centro de análise das situações motrizes, ou seja, *praxio* remete-nos a ação (SARAVI, 2012), uma ação humana sempre intencional, decorrente de suas experiências e suas relações. Deste modo, evitamos incorrer ao entendimento de que os movimentos humanos nas diferentes situações motrizes são basicamente mecânicos, técnicos e biológicos. O contexto dos jogos e esportes se constitui numa produção cultural norteada por um conjunto de regras e regulamentos, ponto de partida para entendimento dos aspectos estruturantes.

“Ciência da ação motriz e especialmente das condições, modos de funcionamento e resultado do seu desenvolvimento.” (PARLEBAS, 2012, p. 354, tradução nossa). Esta é a definição geral do que significa a Praxiologia Motriz. A ação motriz é colocada como fundamental, como objeto de análise



desta ciência. Qualquer indivíduo ao atuar em uma determinada manifestação motriz o faz através de ações motrizes. Realizar um bloqueio no voleibol, passe no futsal, slice no tênis, rebatida no jogo de taco. Estes exemplos, a partir da Praxiologia Motriz, não são considerados apenas como movimentos mecânicos ou técnicas de cada uma das modalidades, mas sim ações que dependem da leitura das informações do espaço, dos demais jogadores, do momento de jogo, realizada pelo indivíduo/indivíduos que atua/atuam em cada situação motriz.

Como revelar todas estas características? Todo jogo, esporte ou qualquer outra manifestação motriz contém regras. As regras determinam todas as possibilidades e proibições em cada uma das manifestações motrizes, sejam elas acordadas entre os participantes ou institucionalizadas por instâncias oficiais, dando origem às ações motrizes de cada manifestação corporal. Neste sentido, as regras possibilitam o entendimento da lógica interna de jogos e esportes, podendo ser mais bem compreendida a partir de quatro relações possíveis (PARLEBAS, 2012):

- Relação entre os indivíduos ou ausência dela: as práticas que não apresentam interação direta ajudando, ser ajudado ou confrontado, por companheiros e adversários respectivamente, são chamadas de psicomotrizes. O participante que está atuando numa prática psicomotriz não necessita decifrar informações provenientes de outros jogadores para realizar a sua ação. As práticas que apresentam interações essenciais entre os participantes são chamadas de sociomotrizes. Tais interações são estabelecidas através da cooperação, oposição ou ambas em uma mesma prática corporal. A existência destas relações indica que durante todo o desenvolvimento de uma prática corporal os indivíduos deverão estar atentos às ações dos demais para que possa adequar suas ações da melhor maneira e a atingir o objetivo do jogo/esporte.

- Relação com os materiais: a utilização de materiais em jogos e esportes é bastante comum. Bolas, taco, raquete, maça, corda, são exemplos de objetos que devem ser manipulados pelo indivíduo que atua numa dada



manifestação corporal. Posso segurar a bola ou devo rebater? Só posso utilizar as mãos ou outras partes do corpo podem ser utilizadas? Cada manifestação tem uma maneira específica que possibilita ou limita as ações, caracterizando assim a própria prática.

- Relação com o espaço: definição de um lugar específico para desenvolver as ações motrizes, em certos casos mais do que isto, a própria percepção de um espaço que constantemente muda. Cada manifestação motriz define em suas regras os espaços que os jogadores estão limitados a atuar, seja restringindo alguns e possibilitando outros ao mesmo tempo. A segunda relação com o meio de prática são as possíveis mudanças e imprevisibilidades apresentadas pelo meio de prática. Isto significa dizer que este espaço é em plena natureza. Atividades em plena natureza estão a todo o momento passíveis de interferências, sejam as mudanças do vento em um salto de asa delta, a agitação do mar ao surfar, as pedras presentes numa atividade de *mountain bike* que podem se movimentar, as irregularidades do terreno ao participar de corrida de orientação. Neste caso, o meio de prática consiste em mais um elemento que deve ser lido e consideração para a tomada de decisões motrizes.

- Relação com o tempo: acabou o tempo da partida, a equipe não conseguiu empatar o jogo! O tenista chega a mais uma vitória com menos de uma hora de jogo! Infração, equipe perde a posse de bola porque não demonstrava atitude ofensiva! Faltaram milésimos de segundo para que o recorde fosse batido! Todas estas são relações que são estabelecidas a partir do imperativo temporal durante a realização das manifestações corporais, ou seja, há jogos que o limite de tempo definirá o momento final, há a pressão contra o relógio; em outras manifestações corporais devemos atingir uma determinada pontuação que define o tempo de jogo; também é possível encontrar manifestações corporais que consideram ambas as relações, como nas lutas que são realizadas em um tempo limite e que pode ser abreviado por consequência de um golpe certo. Outras necessidades a serem consideradas em relação ao tempo é a limitação



temporal para manipular, ter a posse de bola por um jogador ou pela equipe. Isto significa dizer que o jogador tem mais ou menos tempo para ler o jogo, processar as informações, tomar decisões e realizar as ações necessárias.

De maneira bastante inicial, elencamos os quatro elementos que constituem a lógica interna de jogos, esportes e qualquer manifestação motriz. É necessário destacar que para atuar em qualquer manifestação corporal deve-se considerar todos esses elementos. A equipe de handebol com a posse da bola até o momento está ganhando a partida com dois gols de diferença, pouco mais de um minuto para o término, começam a trabalhar a bola de um lado a outro da quadra, não estão sendo ofensivos, tomam punição por jogo passivo. Todos esses elementos da lógica interna são perceptíveis nessa situação hipotética de jogo. Os jogadores de ambas as equipes estão buscando cumprir seus objetivos através da constante interação entre eles. A bola é o elemento principal porque somente com sua posse é possível chegar ao gol. No entanto, os jogadores sem a bola buscam espaços, sem invadir espaços proibidos, todas estas situações com a aflição de perder ou ganhar um jogo que se está definindo em pouco mais de um minuto. Ao considerarmos todos os elementos da Lógica Interna uma partida de handebol com esta situação apresentada torna-se complexa.

EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO DAS CONDUTAS MOTRIZES

La práctica deportiva es educación, no medicación.
(PARLEBAS, 2017)

A educação física deve basear-se nos elementos motrizes, ou seja, as atividades que necessitam diretamente do atuar humano como elemento principal para se concretizar. Um voleio no tênis, cabeceio no futebol, salto triplo, aplicação do *yoko gueri* no kare-tê, somente são possíveis porque



indivíduos escolheram participar de ditas manifestações e o resultado de cada uma das ações depende de como estão atuando. Em práticas como o xadrez, mesmo que haja a necessidade de utilizar-se as mãos para a movimentação das peças, não é esta ação motriz de movimentar a peça que define se a jogada foi melhor ou pior, ou mesmo o vencedor de uma partida (PARLEBAS, 2012). O elemento motriz no xadrez e em jogos similares apenas dá suporte para o andamento do jogo, mas não é essencial ao jogo.

Objetivamente podemos observar como os indivíduos atuam em manifestações motrizes a partir de seus comportamentos motores. Como afirma Parlebas (2012), são as ações que podem ser percebidas, analisadas, compreendidas e modificadas a partir do exterior. No entanto, podemos nos satisfazer com tal distância? O processo educativo na educação física deve contentar-se em propor e corrigir comportamentos motores?

Buscar um papel mais amplo da educação física na vida das pessoas não é tarefa que deva ser orientada apenas pela necessidade de melhorias técnicas ou orgânicas, mas também pelas condutas motrizes, definida pelo autor como:

Organização significativa do comportamento motor. A conduta motriz é o comportamento motor enquanto portador de significado.

Se trata da organização significativa das ações e reações de uma pessoa que atua, a pertinência cuja expressão é de natureza motriz. Uma conduta motriz somente pode ser observada indiretamente; se manifesta mediante um comportamento motor cujos dados observáveis estão dotados de sentido, e que é vivenciado de forma consciente ou inconsciente pela pessoa que atua. Por exemplo, quando se filma um jogador de voleibol, são gravadas suas imobilidades, seus atos de deslocamento, de salto e golpe na bola, ou seja, seus comportamentos motores; se fala de conduta motriz quando se tenta captar, junto com essas manifestações objetivas, o significado da vivência que tem associadas diretamente (intenção, percepção, imagem mental, projeto, motivação, desejo, frustração, etc.). (PARLEBAS, 2012, p. 85, tradução nossa).

A necessidade anunciada por Pierre Parlebas em agir significativamente nas condutas motrizes muda o foco de intervenção dos professores.



Do produto ao produtor. Significa afirmar que basear os objetivos de aprendizagem apenas no observável, se está dando atenção apenas no movimento realizado (o produto). No entanto, considerarmos que todos os comportamentos motores não são por si só o objetivo de intervenção. É possível intervir nas condutas motrizes, pensando nas dimensões biológicas, cognitivas, motoras, afetivas, relacionais (considera o produtor).

Considerar o indivíduo que atua é pensar a partir de pressupostos que queremos agregar à formação humana. Como apresentado no capítulo 3 deste livro e nas afirmações de Parlebas (2012), o percurso histórico do ensino da educação física está situado a partir de políticas de Estado, segundo as características e necessidades de cada época, seja na preparação de soldados, trabalhadores resistentes, pessoas saudáveis, ou voltadas ao rendimento esportivo.

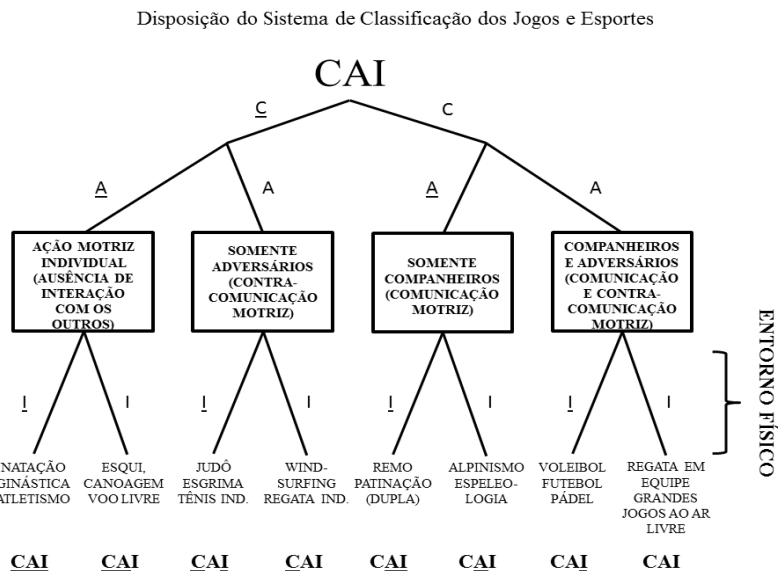
Como contribuir para a formação global do indivíduo através da educação física? Neste contexto, qual o papel da praxiologia motriz?

Identificamos duas justificativas para a inclusão do conhecimento praxiológico no contexto da Educação Física: compreender todas as características das práticas que estamos propondo desenvolver em nosso projeto político pedagógico (conhecimento aprofundado da lógica interna das manifestações motrizes) e; identificar quais são os efeitos que podem gerar nos indivíduos (ARAÚJO; FRANCHI; LAVEGA, 2020).

Para tanto, o sistema de classificação proposto por Parlebas indica oito domínios de ação motriz. Tais domínios agrupam manifestações que possuem características semelhantes quanto à interação entre os participantes (companheiros [C] e adversários [A]) e com o espaço (incerteza [I]).¹ Abaixo podemos perceber os grupos (Figura 1):

¹ O sistema de classificação proposto por Parlebas (1996) considera os elementos de relação entre os indivíduos e deste com o espaço por serem duas categorias universais e objetivas para a caracterização das diversas manifestações.



Figura 1 – Disposição do sistema de classificação dos jogos e esportes²

Fonte: adaptada de Parlebas (1989).

O domínio psicomotriz (CAI e CAI) é representado por jogos ou manifestações motrizes na qual os participantes não interagem motrizmente entre si. Cada participante deve atuar por si só, percebendo a existência ou não de informações do entorno físico para tomar suas decisões e as colocar em prática.

O domínio sociomotriz de oposição (CAI e CAI) está representado pelas manifestações motrizes em que um jogador enfrenta um ou mais adversários, todos orientados para obter êxito pessoal ao enfrentar os outros participantes.

O domínio sociomotriz de cooperação (CAI e CAI) representa-se pelas manifestações motrizes onde duas ou mais pessoas atuam buscando o mesmo objetivo sem que haja qualquer interferência de adversário buscando impedir tal feito.

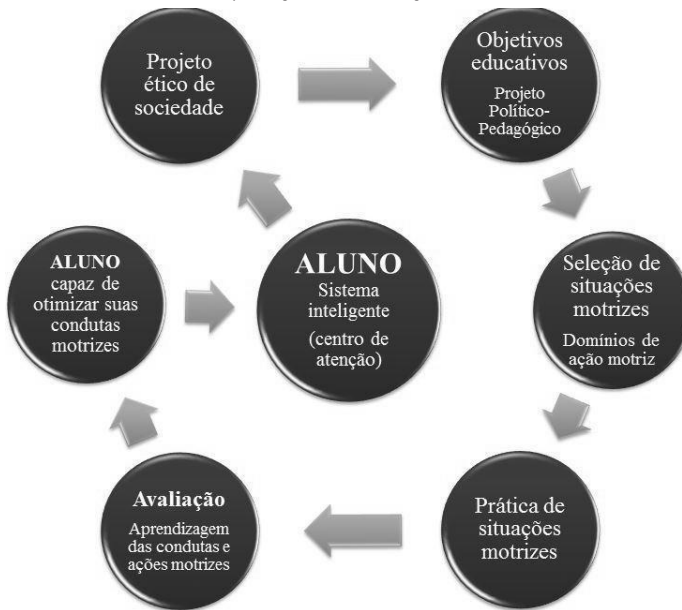
² A presença de sublinhado abaixo das letras representa a ausência do critério correspondente.



O domínio sociomotriz de cooperação-oposição (CAI e CAI), constituído pelas manifestações motrizes em que dois ou mais participantes que têm um objetivo comum enfrentam a outra(s) equipe(s) ou grupo(s) de jogadores que têm objetivo oposto.

Cada um destes domínios demanda a necessidade de percepção e resolução de diferentes problemas para intervir com eficiência e eficácia em cada uma das situações que os indivíduos estão submetidos. Há a complexidade de relações, de informações que devem ser constantemente consideradas no decorrer do jogo ou prática corporal. Desta forma, é possível concluir que cada um destes grupos de manifestações motrizes gera o desenvolvimento de características específicas nos alunos, ou seja, considerar estes elementos da lógica interna no planejamento de ensino significa estar atuando significativamente em sua conduta motriz (Figura 2).

Figura 2 – Possibilidade de aplicação da educação das condutas motrizes



Fonte: Araújo, Franchi e Lavega (2020).



O professor, necessariamente, irá incidir de maneira pedagógica nas condutas motrizes, centrando a atenção na otimização das condutas motrizes orientadas em direção ao seu (assim como da rede de ensino, de Estado) projeto pedagógico. Isto supõe a existência de saltos qualitativos e quantitativos na realização das ações motrizes (saltar, golpear uma bola, “plantar bananeira”), sem deixar de ir ao rumo da contribuição das dimensões da conduta motriz. Vejamos a seguir algumas relações possíveis (ARAÚJO; FRANCHI; LAVEGA, 2020):

- a) na dimensão orgânica se pode verificar junto aos alunos qual diferença de esforço existe em uma corrida de meio fundo e uma de 100 metros, assim como evidenciar as características agudas sobre os sistemas corporais de uma prática de cooperação frente a práticas psicomotrizes;
- b) na dimensão cognitiva é possível identificar como alunos atuam em situações de superioridade ou inferioridade numérica, a antecipação à jogadas do adversário ou mesmo de companheiros;
- c) na dimensão emocional há a possibilidade interferir casos que os alunos não consigam aceitar/regular emoções negativas em situações de fracasso pontual ou repetidamente, assim como em situações que são despertadas emoções positivas por haver cumprido uma tarefa junto com os demais ou individualmente;
- d) na dimensão social se poderia perceber se há um trato respeitoso com companheiros e adversários, bem como aceitar atuar em diferentes papéis dentro de um jogo, se respeita as regras ou as estratégias definidas em equipe.

É possível identificar que propor intervenções pedagógicas direcionadas a determinadas dimensões não é tarefa fácil. É necessário que



haja a correlação de diferentes aspectos de lógica interna, assim como, do objetivo planejado. Outra importante constatação é a indissociabilidade entre as dimensões, ou seja, ao considerarmos o indivíduo a partir de sua totalidade não iremos agir em apenas uma das dimensões. Porém o foco principal em determinados momentos da concretude de nosso dia a dia fará com que tomemos caminhos diferentes para atingirmos as necessidades objetivas dos grupos que estamos trabalhando.³

Estes distintos caminhos são orientados pela concepção teórica pedagógica definida pelo professor. Dependendo da concepção teórica, todos os passos e sentidos dados à conduta motriz deverão ser identificados e apropriados pelo professor. Esta relação e aproximação teórica da conduta motriz com as teorias pedagógicas ainda não foram tratadas em pesquisas no contexto Brasileiro. Significa identificar se o conceito de conduta motriz está relacionado com os princípios pedagógico indicados, ampliando ainda mais o papel da Praxiologia Motriz no contexto de uma teoria pedagógica. Significa aprofundar ainda mais no passo de estabelecer a relação da lógica interna das manifestações corporais, do conceito de conduta motriz com as teorias pedagógicas da Educação Física no contexto nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Parlebas, hoje com 86 anos, segue, sempre que possível, participando dos eventos científicos da área e colaborando ainda mais com o debate. Recentemente, no dia 14 de outubro de 2020, o professor participou de um lançamento por videoconferência do Dossiê de Praxiologia Motriz da Revista Conexões Educação Física, Esporte e Saúde. O dossiê tratou de apresentar as contribuições desta teoria para a Educação Física.

³ Sugerimos a leitura do artigo Praxiologia motriz: educação física como educação das condutas motrizes (ARAÚJO; FRANCHI; LAVEGA, 2020) pois nele estão elencados inúmeros estudos que identificam efeitos distintos a partir de cada um dos domínios de ação motriz.



Na oportunidade, o professor Parlebas destaca a necessidade de seguirmos fazendo a revolução científica na Educação Física a partir do conhecimento praxiológico. Neste texto, damos mais um pequeno passo.

Os conceitos aqui apresentados consistem em uma pequena amostra do valor didático desta teoria de jogo/esporte. Aprofundar no conceito de lógica interna e analisar, com profundidade os aspectos da conduta motriz que poderão ser articulados com as teorias pedagógicas consiste no grande desafio. O autor da teoria se preocupou com os aspectos de cientificidade das terminologias e ferramentas criadas. Trouxe a área uma região epistemológica bastante original e necessária para o/a professor/professora. Cabe a nós, professores, pesquisadores e educadores este processo de apropriação e diálogo com a organização do trabalho pedagógico e da didática na Educação Física.

A teoria da ação motriz tem sido um conhecimento cada vez mais presente em pesquisas nacionais, bem como, começa a aparecer em documentos oficiais brasileiros, no caso, a Base Nacional Comum Curricular. Lógica interna e organização interna são expressões que caracterizam as práticas corporais indicadas neste documento, ou seja, aspectos que deverão ser considerados na organização do trabalho pedagógico e da didática do/da professor/professora⁴.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

É nesta teoria que encontramos respostas e instrumentos científicos que caracterizam a lógica interna das manifestações corporais. Sendo assim, o trabalho científico no campo da pedagogia e da didática da Educação Física

⁴ Neste sentido, sugerimos a leitura do artigo “Praxiologia Motriz e as dimensões de conhecimento da BNCC: primeiras aproximações” (BORDINHÃO et al., 2020), pois relaciona algumas necessidades que a BNCC suscita para o trabalho pedagógico da educação física, nas quais a contribuição da Praxiologia Motriz é possível, a nosso ver necessária.



só está começando! O primeiro passo para avançarmos no conhecimento científico é a dúvida, desta forma, caro leitor(a), se conseguimos despertar tal sentimento, alguns passos podem ser iniciados a partir de alguns textos como “Jogos e Esportes: fundamentos e reflexões da Praxiologia Motriz” (RIBAS, 2008) que se divide em uma primeira parte sobre os principais fundamentos da praxiologia motriz e em um segundo momento diferentes investigações/aplicações baseadas nesta ciência. Não podemos deixar de incluir um Dossiê sobre Praxiologia Motriz na Revista Conexões (CONEXÕES, 2020), com artigos e entrevistas com os principais intelectuais da área que dedicam seus estudos a partir da Praxiologia Motriz.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. A.; FRANCHI, S.; LAVEGA, P. Praxiologia motriz: educação física como educação das condutas motrizes. **Conexões**: Educ. Fís., Esporte e Saúde, Campinas, SP, v. 18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8659531/22893>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BORDINHÃO, L. S. et al. Motriz e as dimensões de conhecimento da BNCC: primeiras aproximações. **Conexões**: Educ. Fís., Esporte e Saúde, Campinas, SP, v. 18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8658968/22798>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CONEXÕES. **Dossiê Praxiologia Motriz - contribuições para a Educação Física**. Campinas, SP, v. 18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/issue/view/1660>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FRANCHI, S. **Princípios didático-metodológicos para o trabalho pedagógico com jogos tradicionais**. 2017. 85 p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

PARLEBAS, P. Educación física y praxiologia motriz. **Conexões**: Educ. Fís., Esporte e Saúde, Campinas, SP, v. 18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8659657/22803>. Acesso em: 20 out. 2020.



PARLEBAS, P. Éducation physique et intelligence motrice. *Éducation physique et sportive*, Paris, n. 101, 1970.

PARLEBAS, P. **Juegos, deportes y sociedades**: léxico de praxiología motriz. Barcelona: Paidotribo, 2012.

PARLEBAS, P. **La aventura praxiológica**: ciencia, acción y educación física. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, 2017.

PARLEBAS, P. L'éducation physique en miettes. *Éducation physique et sportive*, Paris, n. 85, 1967a.

PARLEBAS, P. L'éducation physique: une pédagogie des conduites motrices. *Éducation physique et sportive*, Paris, n. 88, 1967b.

PARLEBAS, P. **Perspectivas para una educación física moderna**. Málaga: Junta de Andalucía, 1989.

PARLEBAS, P. Pour une éducation physique structurale. *Éducation physique et sportive*, Paris, n. 92, 1968a.

PARLEBAS, P. Structures et conduites motrices. *Éducation physique et sportive*, Paris, n. 93, 1968b.

PARLEBAS, P. Structure genèse motricité. *Éducation physique et sportive*, Paris, n. 100, 1969.

RIBAS, J. F. M.; FRANCO, F. Praxiologia motriz e a organização do trabalho pedagógico e da didática na educação física: entrevista com Pierre Parlebas, professor da Universidade Paris Descartes (Paris V – Sorbonne Cité). *Movimento*, Porto Alegre, v. 26, e26008, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.94580>. Acesso em: 29 out. 2020.

RIBAS, J. F. M. **Jogos e esportes**: fundamentos e reflexões da Praxiologia Motriz. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

SARAVI, J. R. La Praxiología motriz: presente, pasado y futuro. Entrevista a Pierre Parlebas. *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 11-35, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115323634002.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O EXERCÍCIO FÍSICO

Rudy José Nodari Júnior
Josiane Aparecida de Jesus
Renan Souza

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao término da leitura deste capítulo, você deve conseguir:

- Conhecer novas tecnologias para a anamnese.
- Compreender soluções tecnológicas para lacunas na avaliação e prescrição do exercício.
- Reconhecer conteúdos, soluções e serviços para eleição nas condutas e intervenções profissionais.



INTRODUÇÃO

A Educação Física, nas suas mais diferentes áreas de atuação, tem se demonstrado como uma profissão extremamente dinâmica nas suas duas distintas formações. Para tanto tem desenvolvido pesquisas, soluções e produtos que atendem a avaliação, interpretação, prescrição, intervenção e reavaliação no que tange a motricidade humana.

Para entendermos melhor é preciso compreender que tecnologia é um processo que vem sendo desenvolvido desde o treinamento dos mais antigos exércitos da humanidade e desde então aprimoradas para os mais diferentes fins, quer sejam eles nos jogos, circo, promoção da saúde ou ainda, demonstração de soberania, portanto, tecnologia não é algo novo, nem mesmo perene. É preciso estar constantemente se atualizando para poder ter em mãos o que há de mais novo em soluções para as demandas cada vez mais frequentes e diferentes na promoção da saúde humana via exercício.

Durante muitos anos a Educação Física se utilizou do conhecimento científico produzidos por áreas como a medicina, bioquímica, farmácia, psicologia e engenharia, por exemplo. Somente a partir da década de 1980 os profissionais de Educação Física do Brasil deram início ao aprimoramento do conhecimento e do *Stricto sensu* em sua formação, o que permitiu, inicialmente, responder perguntas simples do cotidiano do profissional e que, com o passar dos anos, começou a aprofundar ainda mais seu conhecimento, utilizando-se de metodologias já experimentadas e consolidadas no mundo das ciências.

Isto posto, passamos de consumidores do conhecimento e do instrumental das outras profissões para darmos início a era da construção dos nossos próprios conhecimentos e conteúdos gerados



por profissionais do mundo acadêmico da Educação Física. Esta fase gerou um processo fantástico de desenvolvimento, quando perguntas do cotidiano eram e ainda são levadas aos laboratórios, os pesquisadores investigam e apresentam respostas para as demandas, estas, por sua vez, produzem soluções, que são transformadas em inovação tecnológica e por fim produtos ou serviços.

O mundo do conhecimento e do comércio promoveram um ambiente profícuo para a proliferação de *Startups* e, conseqüentemente, empresas de soluções e serviços inovadores para os profissionais de Educação Física, que por sua vez, se transformaram cada vez mais em consumidores ávidos da produção científica transformada em soluções para a intervenção profissional.

Apresentar inovação tecnológica é sempre um desafio temporal, uma vez que apresenta um recorte do cenário atual da inovação. É preciso lembrar o leitor da importância da atualização constante e de que o apresentado aqui é o retrato do início da década de 2020, o que faz com que os autores desse capítulo e certamente dessa obra como um todo reforcem o estímulo ao leitor para a acessem de forma ininterrupta todas as maravilhas tecnológicas que são apresentadas diariamente a esse conjunto de profissionais fundamentais para a promoção da saúde humana, bem como, para levar o ser humano ao seu limite máximo enquanto movimento.

NOVAS TECNOLOGIAS NA PROMOÇÃO DO EXERCÍCIO FÍSICO

A tecnologia é tida como uma das responsáveis pela inatividade física, atribuindo-se a evolução tecnológica o aumento do sedentarismo, ao



substituir a força humana pela mecânica, desprestigiando o movimentar-se humano. No entanto, com advento da inovação tecnológica essa relação tem sido impactada de forma positiva. Observa-se o surgimento de um mercado específico à atividade física, com centros especializados em sistematizá-la com fins voltados à melhora da saúde, do desempenho esportivo ou de um lazer ativo. Os avanços tecnológicos se apropriam das práticas e sugerem novas necessidades e soluções por meio de produtos que prometem facilitar a prática (VILARTA et al., 2007). São exemplos desses avanços os aplicativos de treino, itens vestíveis como *smartwatches* ou *smartbands*, equipamentos para monitoramento e orientação que coletam dados vitais e de desempenho durante os treinos, ferramentas de realidade virtual e videogames interativos disponíveis no mercado (MENDES; BREDA, 2017).

O Profissional de Educação Física, atento a esse avanço, deve conduzir os seus clientes ou atletas as possibilidades despertadas com a avanço tecnológico. Aliar-se a essas inovações podem incrementar a atuação profissional, tornando a prática de exercícios prazerosa e maximizando os resultados em um programa de treinos, seja para a promoção da saúde ou para o desempenho esportivo, do monitoramento à avaliação e prescrição dos treinos. Vejamos na sequência algumas ferramentas tecnológicas que são utilizadas para a prática de exercícios físicos.

Os aplicativos para *Smartphone* têm produzido novos modos de vida, outras formas de praticar exercícios físicos. As informações disponibilizadas e captadas pelas tecnologias digitais possibilitam a identificação de padrões de comportamento dos usuários no que se refere à prática de exercícios físicos. Os investimentos em tecnologias



digitais voltadas à prática de exercícios físicos têm se multiplicado nas últimas décadas (OLIVEIRA; FRAGA, 2020).

A pesquisa anual do Colégio Americano de Medicina dos Esportes (ACSM) sobre as tendências mundiais de *fitness* revelou tecnologias vestíveis ou wearables como a principal tendência para 2020. Inclui rastreadores de *fitness*, relógios inteligentes, monitores e dispositivos de rastreamento GPS. Esses dispositivos podem monitorar frequência cardíaca, calorias, tempo sentado e muito mais. Oferecem estatísticas detalhadas sobre a corrida, como tempo, ritmo e distância percorrida (THOMPSON, 2019).

Alguns aplicativos auxiliam no controle das calorias permitidas na dieta, estimando a ingestão calórica, como por exemplo o MyFitnessPal, que controla o peso e ajuda a acompanhar a ingestão diária de calorias recomendada. No entanto, não substitui uma consulta com um profissional.

O Freeletics é um aplicativo que funciona como uma espécie de *personal trainer* virtual. Por meio de inteligência artificial realiza a orientação digital e prescrição dos treinos por meio da coleta de informações do usuário como frequência cardíaca, geolocalização e desempenho, convertendo em dados que irão alimentar a memória do aplicativo.

Entre as novidades de realidade virtual, as academias podem contar com um dispositivo criado pela empresa francesa Holodia. O dispositivo cria um sistema de treinamento que permite ao usuário correr e remar em ambientes virtuais, tornando a corrida na esteira ou no elíptico, a pedalada na bicicleta ergométrica ou a remada atividades motivadoras e menos entediantes.



Consoles de videogames interativos, com sensores de movimento como a Wii e o Wii Fit (Nintendo), o sensor Kinetic para a Xbox 360 e Xbox One (Microsoft) e o comando PlayStation Move (Sony), também tem sido utilizados como alternativas para promover a prática de exercícios físicos, principalmente entre crianças e idosos (MENDES; BREDA, 2017).

Em se tratando da composição corporal a bioimpedância ainda é uma das possibilidades encontradas proporcionada pelo avanço tecnológico. Com a proposta de ser uma das técnicas mais precisas para avaliação da composição corporal, o Bodygee, tecnologia criada na Suíça, surge como uma ferramenta inovadora. A técnica consiste na captura em 3D da imagem do corpo do humano, por meio de uma plataforma giratória. Um *tablet*, equipado com duas câmeras, sendo uma delas com infravermelho, realiza o escâner da imagem, que permite a visualização da silhueta, como se fosse um avatar fotorrealista. Dessa forma, a composição corporal e a postura podem ser apresentadas de forma mais precisa e clara.

A inovação tecnológica pode ser uma importante ferramenta para auxiliar em um programa de exercícios. No entanto, os resultados promovidos pelo exercício físico dependerão de algumas variáveis, devido às características peculiares a cada indivíduo. Uma das variáveis a serem observadas é a da individualidade biológica. Nenhum indivíduo é igual ao outro e por esse motivo respondem de forma diferente a uma mesma dose de exercícios. Assim um programa de treinamento deve ser elaborado observando as características de cada indivíduo, de acordo com as suas potencialidades. Uma das possibilidades para a orientação de talentos esportivos, preparação física e prescrição de exercícios, para a promoção da saúde ou do desempenho esportivo, observando a individualidade biológica é a Dermatoglifia.



DERMATOGLIFIA

Você já se perguntou qual a função das suas impressões digitais? Será que suas únicas finalidades são a identificação dos indivíduos e a aderência? Neste capítulo será apresentada uma ferramenta que permite a leitura, análise e interpretação das impressões digitais com aplicabilidade na prescrição de exercícios, orientação de talentos e preparação física de atletas, chamada Dermatoglífia.

A etiologia da palavra dermatoglífia tem sua origem do grego antigo, que define derma como “pele” e Glyphos como “símbolos”, o termo foi apresentado pela primeira vez de forma verbal pelo anatomista Harold Cummins na reunião anual da *American Association of Anatomists*, em abril de 1926 e publicada em formato de artigo científico em outubro de 1926 pelos pesquisadores do Departamento de Anatomia, da Universidade de Louisiana Harold Cummins e Charles Midlo (CUMMINS; MIDLO, 1926).

O método dermatoglífico, foi validado pelos pesquisadores no ano de 1961 e consiste na observação das impressões digitais de três formas, considerando as impressões digitais da ponta dos dedos, as impressões palmares e as impressões plantares (plantas dos pés. (CUMMINS; MIDLO, 1961). Para entendimento do processo é importante conhecer como ocorre a formação das impressões digitais.

O desenvolvimento humano tem início no momento em que o óvulo e o espermatozoide se fundem na fertilização, a partir deste momento, acontecem uma série de etapas e transformações muito sensíveis a fatores externos e internos em relação ao ambiente de crescimento do feto. Nesse contexto, o desenvolvimento humano pré-natal e dividido



em duas fases denominadas embrionária e fetal, sendo que a primeira se finda a partir da 8ª semana de gestação para dar início a segunda que segue até o nascimento (HAYWOOD; GETCHELL, 2016).

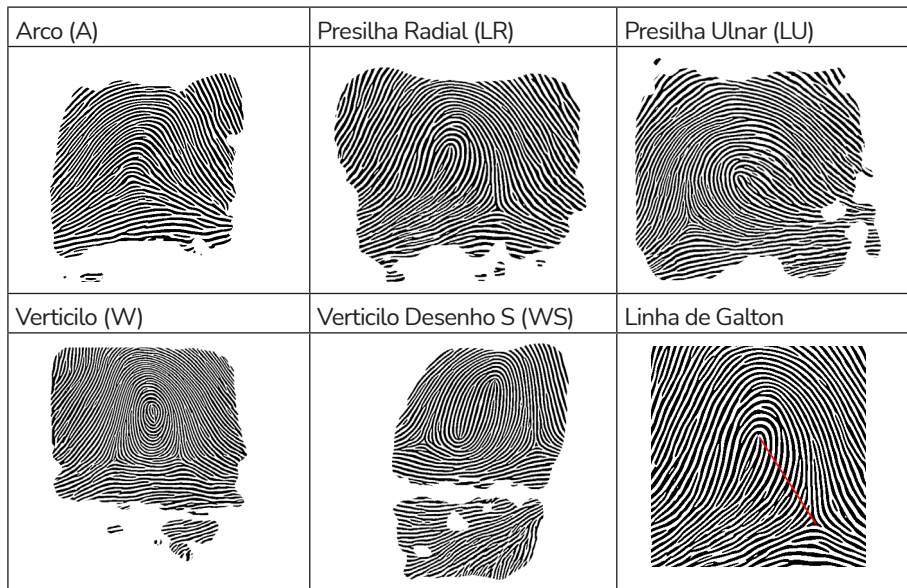
As impressões digitais formadas no período fetal compõem arranjos característicos, cujo reconhecimento torna possível a identificação de cada indivíduo (BEIGUELMAN, 1982). Concomitante a sua formação traços piramidais começam a se formar no cérebro (CARLSON, 2014), caracterizando esse período pelo rápido crescimento do feto e da maturação funcional dos tecidos, seus sistemas e órgãos que aperfeiçoam sua morfologia e sua função (DUMM, 2006).

As informações contidas nas impressões digitais podem descrever o que ocorreu durante o processo de desenvolvimento fetal, pois elas representam uma ata das informações contidas na união do DNA do pai e da mãe somado ao ambiente bioquímico proporcionado pela mãe durante a gestação, portanto uma marca de observação da individualidade biológica que pode identificar as potencialidades que um indivíduo tem para o esporte, o exercício e a observação prévia de doenças (NODARI JÚNIOR; FIN, 2016).

O método dermatoglífico consiste resumidamente em identificar figuras, identificar núcleos e deltas; traçar Linha de Galton; contar número de deltas e contar número de linhas entre o núcleo e o delta (CUMMINS; MIDLO, 1961; NODARI JUNIOR; FIN, 2016). As figuras são classificadas em Arco (A), caracterizado pela presença de um núcleo e a ausência de delta, Presilha, que pode ser radial (LR) ou ulnar (LU), caracterizadas pela presença de um núcleo e um delta, Verticilo, que pode ser ovoide (W) ou em formato de “Desenho S” (WS), caracterizado pela presença de um núcleo e dois deltas (W) ou dois núcleos e dois deltas (WS), conforme pode ser observado na Figura 1 (NODARI JUNIOR; FIN, 2016).



Figura 1 – Figuras das impressões digitais



Fonte: Leitor Dermatoglífico® (2020), adaptada de Nodari Júnior e Fin (2016).

A coleta de dados a partir do método dermatoglífico tradicional proposto por Cummins e Midlo (1961), acontece por meio da utilização de papéis de densidade e rugosidade média (papel de ofício tamanho A4), uma almofada para coleta de impressões digitais e lupa. Após a coleta, o avaliador procede a identificação qualitativa das imagens e quantitativa das linhas, utilizando uma lupa e registrando os resultados observados na folha de coleta registrando, posteriormente, os dados em uma planilha matemática, o que envolve alta qualificação do pesquisador e coletor das impressões digitais, bem como uma maior disponibilidade de tempo para realização de todo o processo (NODARI JÚNIOR; FIN, 2016).

Nesse sentido, para utilização do método dermatoglífico de forma científica, mais precisa e em menor espaço de tempo, possibilitando, inclusive a coleta de dados de amostras maiores, pesquisadores validaram o método dermatoglífico informatizado por intermédio do Leitor Dermatoglífico® tanto



para área da saúde, quanto para área do rendimento esportivo (NODARI JÚNIOR et al., 2008).

O método informatizado consiste na captura, análise quantitativa e qualitativa e estruturação de planilha de dados, por intermédio de um leitor ou scanner óptico de rolamento, que coleta e interpreta a imagem e constrói, em código binário, um desenho, que é capturado por *software* específico de tratamento e reconstrução de imagens reais e binarizadas em preto e branco, para que na sequência o avaliador possa realizar a marcação dos pontos núcleo e delta, quando, então, o software faz a identificação da imagem e a quantidade de linhas, gerando a planilha informatizada resultante dos dados processados (NODARI JÚNIOR et al., 2008, 2014).

A nova tecnologia apresentada é uma ferramenta de grande importância na investigação e qualificação das pesquisas científicas, visto que a avaliação pelo método dermatoglífico informatizado, tem maior precisão e menor margem de erro do momento da coleta até a análise final dos resultados em planilha matemática (NODARI JÚNIOR et al. 2008, 2014).

Nesse contexto, o sistema Leitor Dermatoglífico® produzido pela *Salus Dermatoglia*, pode oferecer os sistemas *Salus Science* *Salus Palestras* e a *Salus Health*. O primeiro é o acesso à tecnologia para pesquisa científica, geralmente utilizada em universidades ou para municípios em políticas públicas de orientação desportiva, visto que, nesse processo, estão envolvidos o *Scanner*, *Software* e geração automática de planilha de dados. O segundo corresponde aos Cursos, palestras e workshops de prescrição de atividade física e utilização da dermatoglia como ferramenta fundamental nesse processo. O terceiro tem por finalidade a orientação de talentos, a preparação física de atletas e a prescrição de exercícios nos clubes e academias, com base na individualidade biológica, utilizando-se dos informes do Laudo Dermatoglífico gerado, também, pelo Leitor Dermatoglífico®, Figura 2.



Figura 2 – Laudo dermatológico completo emitido pela Salus Dermatologia



Fonte: Leitor Dermatológico®, Salus Dermatologia (2020).

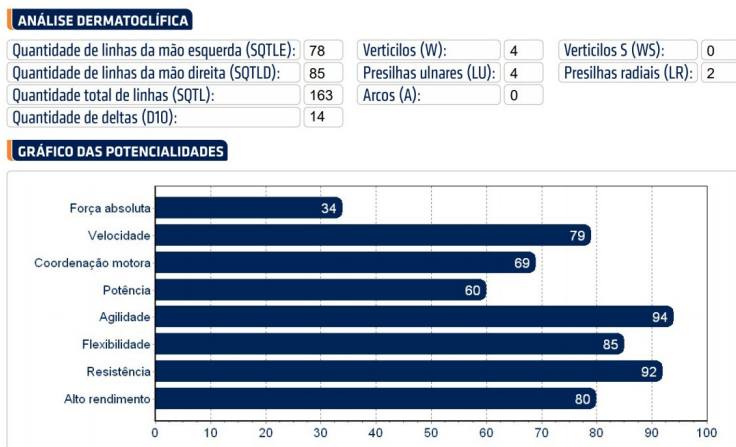
O Laudo Dermatológico é composto por cinco etapas:

- 1) identificação do avaliado: neste item é possível verificar quais e a quantidade de figuras, bem como a quantidade total de linhas da mão esquerda, direita e a total, assim como a quantidade de deltas;



- 4) o gráfico de potencialidades: o gráfico de potencialidades apresenta de forma muito clara as 7 potencialidades (Força Absoluta, Velocidade, Coordenação Motora, Potência, Agilidade, flexibilidade, Resistência e Alto Rendimento¹), que traduzem as informações das impressões digitais, até então apresentadas para uma linguagem de fácil interpretação, conforme pode ser visto de forma mais aproximada na Figura 3;
- 5) laudo qualitativo: embora o gráfico possa dar uma clareza de interpretação, o laudo qualitativo ainda descreve as potencialidades encontradas.

Figura 3 – Laudo Dermatoglífico: análise e potencialidades



Fonte: Leitor Dermatoglífico®, Salus Dermatoglifia (Nodari Júnior et al., 2020).

O laudo dermatoglífico tem como objetivo avaliar e entregar ao profissional do movimento humano a observação do potencial de cada indivíduo de acordo com a sua individualidade biológica. Nesse sentido, para a interpretação desse laudo não é necessário ter conhecimento sobre Dermatoglifia, visto que tanto o gráfico de potencialidades quanto o laudo

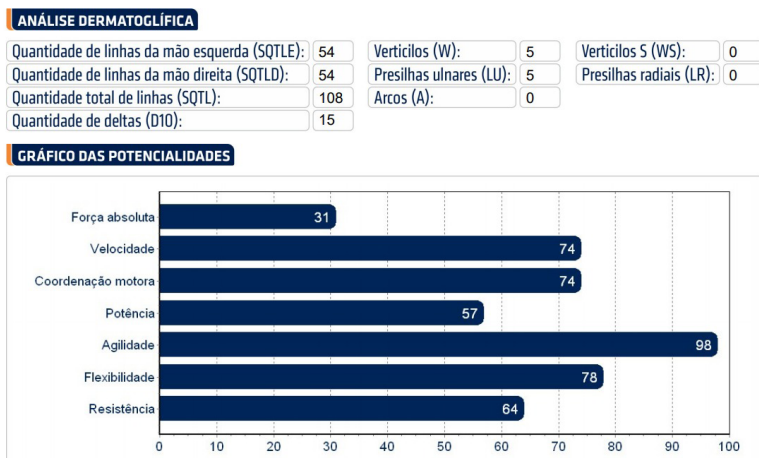
¹ Estudos científicos têm apresentado que, quando analisados atletas de diferentes modalidades ou grupos classificados como excelente em capacidades físicas pelo método dermatoglífico, a Presilha Radial (LR) é uma figura que está associada ao alto rendimento (NODARI JUNIOR et al., 2016; ALBERTI et al., 2018; JESUS et al., 2019; NODARI JUNIOR et al., 2020; ZANONI, 2020). Importante destacar que o Laudo Dermatoglífico apresenta essa característica no gráfico somente quando o indivíduo apresentar a figura, conforme pode ser visto na Figura 2.



qualitativo fazem a conversão disso para o profissional do movimento humano. É possível observar no laudo qualitativo legenda com as classificações (Sutil, Discreta, Satisfatória, Boa, Ótima, Excelente) e os conceitos das capacidades físicas para auxiliar o profissional quanto a compreensão da ferramenta e aplicabilidade prática para o seu contexto.

Apresentaremos na sequência (Figura 4) um modelo de laudo de um indivíduo com uma ótima velocidade e Coordenação motora e uma excelente agilidade, porém antes de usar toda essa informação na construção do seu trabalho na prescrição de exercícios, você profissional precisa avaliar qual a condição prévia do seu aluno, para que a carga de esforço esteja de encontro com as condições inatas de qualidade que ele apresentou em sua avaliação Dermatoglífica. Quanto a preparação física é o Laudo pode proporcionar uma melhor compreensão, por meio da identificação das as capacidades motoras que constituem o ponto inicial do treinamento desportivo. Outro aspecto a ser considerado é identificação e orientação de talentos esportivos com base nas capacidades inatas identificadas pelo método Dermatoglífico que podem direcionar para as modalidades esportivas que exijam tais habilidades.

Figura 4 – Laudo Dermatoglífico: análise e potencialidades



Fonte: Leitor Dermatoglífico®, Salus Dermatografia (Nodari Júnior et al., 2020).



A observação das capacidades neuromotoras individuais, como: força, resistência, velocidade, flexibilidade e coordenação motora, permitem maior assertividade na prescrição de exercícios físicos para a preparação esportiva (GOMES, 2009). Assim, seja qual for a sua forma de avaliação, a montagem do seu trabalho deverá ter o cuidado de entender a individualidade biológica do seu aluno e/ou atleta, juntamente a avaliação da sua condição prévia, para assim planejar de forma assertiva, segura, agradável e saudável.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Sugerimos a leitura do E-book “Dermatoglifia: impressões digitais como marca de desenvolvimento fetal” escrito pelo Prof. Dr. Rudy José Nodari Júnior e pela Prof. Dra. Gracielle Fin (NODARI JÚNIOR; FIN, 2016).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, A. et al. Dermatoglifia: as impressões digitais como marca característica dos atletas de futsal feminino de alto rendimento do Brasil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 10, n. 37, p. 193-201, 2018. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/575>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BEIGUELMAN B. **Citogenética humana**. Rio de Janeiro: Koogan G., 1982.

CUMMINS, H.; MIDLO, C. **Finger prints, palms and soles: an introduction to dermatoglyphics**. New York: Dover publications, 1961.

CUMMINS, H.; MIDLO, C. Palmar and plantar epidermal ridge configurations (dermatoglyphics†) in European-Americans. **American Journal of physical Anthropology**, v. 9, n. 4, p. 471-502, 1926. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ajpa.1330090422>. Acesso em: 1 dez. 2020.

CARLSON, B. M. **Embriologia humana e biologia do desenvolvimento**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.



DUMM, C. L. A. G. A primeira semana do desenvolvimento. Segmentação e implantação. In: DUMM, C. L. A. G. (ed.). **Embriologia humana – atlas e texto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 46-55.

GOMES, A. C. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

JESUS, J. A. de et al. Dermatoglyphics and its relationship with the speed motor capacity in children and adolescents. **International Journal of Development Research**, v. 9, n. 3, p. 26430-26434, 2019. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/dermatoglyphics-and-its-relationship-speed-motor-capacity-children-and-adolescents>. Acesso em: 28 nov. 2020

MENDES, R.; BREDA, J. Novas tecnologias na promoção da atividade física. **Revista Factores de Risco**, n. 44, p. 106-111, 2017. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111697/1/Mendes44.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.

NODARI-JÚNIOR, R. J. et al. Dermatoglyphics: Correlation between software and traditional method in kineanthropometric application. **Revista Andaluza de Medicina del Deporte**, v. 7, n. 2, p. 60-65, 2014. DOI: 10.1016/S1888-7546(14)70063-2. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1888754614700632>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NODARI JÚNIOR R. J. et al. Dermatoglyphic traits of Brazilian golfers. **J Phys Educ.**, v. 31, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2448-24552020000100202&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2020.

NODARI JÚNIOR, R. J. et al. Elite futsal athletes: dermatoglyphic profil. In: EDITORIAL C& M. (ed.); ROI, G. S.; DELLA VILLA, S. (org.). **Return to play isokinetic abstract**. 1. ed. Torgiano: [s. n.], 2016.

NODARI-JUNIOR, R. J. et al. Impressões Digitais para diagnóstico em saúde: validação de protótipo de escaneamento informatizado. **Revista de Salud Pública**,



v. 10, n. 5, p. 767-776, 2008. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rsap/2008.v10n5/767-776/pt/>. Acesso em: 6 out. 2020.

NODARI-JÚNIOR, R. J.; FIN, G. **Dermatoglifia: impressões digitais como marca de desenvolvimento fetal**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2016. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/editora/livros-single/e-book-gratuito-dermatoglifia-impressoes-digitais-como-marca-genetica-e-de>. Acesso em: 6 out. 2020.

OLIVEIRA, B. N. de; FRAGA, A. B. Vista do uso das tecnologias digitais para a prática de exercícios físicos. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, v. 18, p. 1-19, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8658059/22287>. Acesso em: 6 dez. 2020.

THOMPSON, W. R. Worldwide survey of fitness trends for 2020. **ACSM's Health & Fitness Journal**, v. 23, n. 6, p. 10-18, 1 Nov. 2019. Disponível em: <http://journals.lww.com/00135124-201911000-00006>. Acesso em: 6 dez. 2020.

VILARTA, R. et al. **Qualidade de vida e novas tecnologias**. Campinas: IPES Editorial, 2007.

ZANONI, E. M. **Padrões dermatoglíficos em atletas do atletismo de Santa Catarina**. 2020. Dissertação (Mestrado em Biociências e Saúde) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2020. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/00008d/00008d4f.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.



TESTANDO OS CONHECIMENTOS¹

01. (IDECAN 2019) Relacionado ao contexto histórico da Educação Física (EF), que desde seu início visava à eugenia, educadores e médicos viam os exercícios físicos e o esporte como forma de promoção da higienização pessoal. É **incorreto** afirmar que:
- a) essa ideia estava entrelaçada com essa disciplina que era responsável pela saúde pública e prevenção de doenças.
 - b) no aspecto social visava-se a produzir trabalhadores mais fortes, obedientes e aptos para o trabalho, aspecto justificado pelo enfoque em disciplinar o corpo e manter a moral.
 - c) no decorrer de sua história, a EF desenvolveu-se esquivada das instituições militares e médica, com o intuito de disciplinar o corpo, torná-lo saudável e adestrado.
 - d) seguindo essa linha de pensamento, a EF era vista no século XIX confirmando sua finalidade de modificar os hábitos de higiene e inculcar preconceitos de raça nas populações.
 - e) além disso, por decorrência do grande número de escravos negros no país, a EF esteve associada à educação sexual, na qual as pessoas eram responsabilizadas em manter a pureza e a qualidade da raça branca (eugenia).

¹ As questões desse capítulo foram referenciadas no início de cada questão. As que não apresentam a referência foram criadas pelo autor do respectivo capítulo de livro.



02. (IDECAN 2019) A legislação referente à Educação Física (EF) no Brasil teve início em 1851, através da Lei nº 630, de 17 de setembro, que incluiu a ginástica no currículo das escolas primárias do Município da Corte, que era o Rio de Janeiro. Acerca da EF escolar brasileira em meados do Século XIX é **incorreto** afirmar que:
- a) o capitão Ataliba se propunha a ensinar exercícios de flexibilidade, equilíbrio, lutas, força, saltos, entre outros. Portanto, seu método exigia um pórtico no qual se adaptassem aparelhos e acessórios específicos.
 - b) quanto aos professores para ministrarem as aulas, o capitão Ataliba pretendia formar pessoal qualificado através das próprias aulas de ginástica na escola. Os diretores e professores deveriam fazer as lições junto com os alunos, com direito a atenção especial visando à sua qualificação.
 - c) o capitão Ataliba propôs a inclusão das aulas de ginástica em escolas do sexo masculino, mas os diretores defendiam que as meninas não deveriam ser esquecidas, o que foi acatado no parecer final da Comissão nomeada pelo Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte para analisar a proposta.
 - d) alguns diretores defendiam as aulas de ginástica elementar para as meninas e a ginástica com aparelhos somente para as mais habilidosas. A minoria deles não gostava da ideia da construção de pórticos temendo a aparição de malabaristas e, também, pela precária disposição de espaço das escolas.
 - e) após a Reforma Educacional Paulino de Souza tornar obrigatória a ginástica (que até então era optativa) na instrução pública em geral, conforme já acontecia no exército e nas escolas de alguns países da Europa, correu na Inspetoria da Instrução Pública na Corte do Brasil um processo de consulta sobre a proposta apresentada pelo capitão Ataliba Manoel Fernandes.



03. (CESPE 2018) Na época dos governos militares, a educação física tornou-se atividade escolar regular obrigatória, voltada para a iniciação desportiva, a partir da 7.^a série.

a) Certo

b) Errado

04. (CRESCER 2018) Nas afirmações abaixo sobre a História da Educação Física, julgue-as se são verdadeiras e em seguida assinale a alternativa correta:

I - No século passado, a Educação Física esteve estreitamente vinculada às instituições militares e a classe médica.

II - Visando melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram uma função higienista e buscaram modificar os hábitos de saúde e higiene da população.

III - A elite imperial realizava as atividades físicas propostas, mas não estava de acordo com os pressupostos higiênicos, eugênicos e físicos da época.

a) Somente a afirmação I é verdadeira.

b) Somente as afirmações II e III são verdadeiras.

c) Somente as afirmações I e II são verdadeiras.

d) As afirmações I, II e III são verdadeiras.

05. (INSTITUTO FIP 2018) Após o período da Turnkust, ginástica criada por Ludwig fundamentada na força, a ginástica escolar volta a ganhar força com Spiess, que introduziu a Educação Física nas escolas da Alemanha. Na história da educação Física, Spiess é lembrado também por:

a) Defender a ginástica feminina.

b) Criar a ginástica olímpica.

c) Introduzir as barras paralelas na ginástica.

d) Utilizar a dança como estratégia.



06. (ENADE 2014_14) Esporte, após a sua revolução conceitual, a partir do pressuposto de direito de todos à prática esportiva, passou a ser compreendido por meio das três manifestações esportivas, que na verdade são as formas de exercício deste direito e constituem-se nas efetivas dimensões do esporte: a) o esporte-educação; b) o esporte-participação ou esporte popular; c) esporte-performance ou esporte rendimento. É evidente que estas dimensões sociais do esporte, explicadas pelo argumento do seu conceito, por sua vez, compreendem uma série de situações sociais específicas, que fazem os seus contornos. O aprofundamento de qualquer destas dimensões será o resultado da abordagem nas suas situações sociais intrínsecas.

(TUBINO, M. J. **Dimensões Sociais do Esporte**. São Paulo: Cortez, 1992 – adaptado).

Considerando o texto e conteúdo correlato, avalie as afirmações a seguir.

- I - Quando o esporte é analisado fora das suas dimensões sociais, incorre-se no erro do reducionismo quanto à sua visão e perspectivas como fenômeno social.
- II - O principal equívoco histórico do entendimento do esporte-educação é a sua percepção como um ramo do esporte- performance ou do rendimento.
- III - O esporte-participação é a dimensão social do esporte referenciado como o princípio do prazer lúdico, que tem como finalidade o bem-estar social dos seus praticantes.
- IV - O esporte-performance ou de rendimento é, também, a dimensão social que propicia os espetáculos esportivos, em que uma série de possibilidades sociais positivas e negativas podem acontecer.

É correto o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



07. (ENADE 2011_16) Avalie as seguintes asserções.

Na atualidade, recomenda-se ao professor de educação física problematizar a hegemonia do esporte na escola como único conteúdo da Educação Física, no intuito de reconfigurar essa tradição bastante cristalizada e valorizar outras manifestações corporais. Observa-se que as décadas de 1960 a 1980 foram decisivas nesse processo de esportivização, pois a situação política mundial (Guerra Fria) propiciou as condições para o engendramento de políticas governamentais vinculadas ao sistema esportivo, então já fortemente estruturado em escala mundial. A cultura da Educação Física passa a ser a cultura esportiva, sendo introduzido nas escolas o cultivo do esporte fortemente influenciado pelo modelo olímpico.

PORQUE

O esporte, no início do século XX, no Brasil, passou a ser considerado um indicador de modernização e crescimento das cidades (e das nações) e uma prática cultural, tendo assim, presença marcante na vida nacional. Esses elementos fizeram com que fosse mais contemplado na Educação Física e, portanto, na escola. À medida que o esporte foi se afirmando como grande fenômeno social, principalmente relacionado aos aspectos políticos e econômicos, ele se tornou manifestação hegemônica na própria escola e passou a ser entendido como o conteúdo mais emblemático da Educação Física, sendo mais valorizado em relação às outras manifestações da cultura corporal.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.



08. O Basquetebol é um esporte coletivo acíclico disputado entre duas equipes sendo que cada equipe possui 5 atletas em quadra. No início da modalidade ela era jogada com outras regras e com algumas características diferentes. Desde a sua criação evoluiu bastante e na atualidade é uma modalidade muito dinâmica e bastante procurada pelos desportistas para praticar. Quem foi o criador do Basquetebol e em qual ano?

- a) James Naismith 1891 nos EUA em *Massachusetts*.
- b) Adolf Kersthle em 1891 na Alemanha em Berlim.
- c) Willian Morgan em 1891 nos EUA em *Massachussetts*.
- d) Foi criado pela ACM em 1945.
- e) Foi criado pela escola de Educação Física do Exército em 1940.

09. Sobre às Copas do Mundo é correto afirmar que ela começou a ser disputada em 1930 no Uruguai tendo o país sede sagrando-se campeão. Até hoje já foram 21 edições sendo o Brasil o único país que conseguiu ser pentacampeão. Análise as opções abaixo sobre a história das Copas do Mundo.

- I - O Brasil conquistou seus títulos nas copas de 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002.
- II - A Argentina participou juntamente com o Brasil de todas as edições da Copa do Mundo.
- III - A França sediou e conquistou a Copa do Mundo de 1998.

É correto o que se afirma em:

I, apenas.

I, III, apenas.

III, apenas.

II, apenas.

I, II, apenas.



10. O Futsal é uma modalidade esportiva coletiva, com característica acíclica, que é muito utilizado pelos profissionais de Educação Física, tanto para os meninos como para as meninas de diferentes faixas etárias. Na história desta modalidade a FIFA assumiu o corpo diretivo da modalidade na década de 80 e passou a organizar os campeonatos mundiais promovidos por essa entidade. O primeiro foi realizado em 1989 (Países Baixos/Holanda), e desde então acontece a disputa do mundial de seleções. Com relação as conquistas qual das alternativas a seguir traz informações corretas sobre os mundiais de futsal organizados pela FIFA.

- I - O Brasil conquistou os 3 primeiros Campeonatos Mundiais de Futsal organizados pela FIFA em 1989, 1992 e 1996, contra a Holanda, Estados Unidos e Espanha, respectivamente.
- II - A Espanha venceu o Campeonato Mundial de Futsal organizado pela FIFA de 2000, 2004 e 2008, derrotando a seleção da Itália em 2000 e a do Brasil em 2004 e 2008.
- III - A única final de um mundial de Futsal organizado pela FIFA que foi disputado nos pênaltis foi em 2008 e o Brasil venceu a equipe da Espanha.
- IV - O Brasil possui 5 títulos mundiais de Futsal organizado pela FIFA, a Espanha somente 2 títulos e a Itália não possui nenhum título.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) Somente I, III e IV
- b) Somente II, III e IV.
- c) Somente III e IV.
- d) Somente II e III.



11. (ENADE 2004_35) Nos últimos 20 anos a Educação Física passou por transformações significativas no que se refere ao seu planejamento pedagógico. Muitas mudanças foram sugeridas, muitos debates ocorreram e hoje é possível afirmar que existe um conjunto de conhecimentos possível de ser identificado como conteúdo da Educação Física Escolar. Nesse sentido, levando em consideração a síntese das muitas concepções já publicadas, podemos afirmar que são conteúdos gerais:

- a) ginásticas, esportes, lutas, danças e jogo.
- b) brincadeiras, recreação, passeios e natação.
- c) passeios, estética, treinamento, dramatização e jogo.
- d) jogo, competição, atividade física, estética e teatro.
- e) futsal, basquete, vôlei, handebol e atletismo.

12. (ENADE 2014_9) Observe na sequência a organização de aula de dois professores:

Durante as aulas aplicadas pelo **professor X**, os estudantes de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental executaram tarefas motoras diversificadas, cuja finalidade era exercitar a combinação de habilidades motoras básicas. Esse professor desenvolvia atividades que possibilitassem grande tempo de prática motora e acompanhava atentamente a execução dos estudantes, identificando erros cometidos e fornecendo informações para seu aperfeiçoamento.

O **professor Y**, por sua vez, organiza suas aulas de outro modo. Seu objetivo é preparar os alunos de 8º e 9º anos para compreender, avaliar criticamente e transformar sua realidade social. Durante as aulas, os estudantes vivenciaram algumas formas de lutas, como o *karatê*, o *Judô* e o *muay thai*. Participaram também de práticas esportivas não tradicionais, como o futebol americano e o beisebol. O planejamento do semestre foi construído com a participação dos próprios estudantes, que também foram responsáveis pela preparação de



algumas atividades realizadas. A partir da vivência, esse professor discutiu a origem e as características básicas de cada prática cultural, além de analisar com os estudantes as implicações motoras, sociais e afetivas decorrentes delas.

Considerando as descrições apresentadas, avalie as afirmações a seguir:

- I - As aulas do professor X apresentam características da abordagem desenvolvimentista, por priorizarem a aprendizagem de habilidades motoras e a consequente contribuição para o processo e desenvolvimento da criança.
- II - As aulas do professor Y apresentam características da abordagem psicomotora, pois estimulam o comportamento crítico e autônomo dos estudantes, que participam ativamente das aulas.
- III - As influências da abordagem crítico-emancipatória podem ser percebidas nas aulas do professor X, quando ele seleciona temas da cultura de movimento.
- IV - Os pressupostos da abordagem construtivista-interacionista podem ser percebidos na intervenção de ambos os professores, ao procurarem respeitar as características motoras, físicas e afetivo-sociais dos estudantes.

É correto o que se afirma em:

- a) I.
- b) III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.



13. (ENADE 2014_17) Para valorizar a prática pedagógica da educação física, não basta apenas apontar as falhas ocorridas, é interessante que se proponham soluções. Dentro dessa perspectiva, Freire (2002) sugere algumas atividades, como o jogo Boca de Forno, descrito a seguir:

“– Boca de forno – forno – darei um bolo – bolo

- fareis tudo o que o rei mandar? – faremos

- Então, corram até [...]” (e aí vai uma ordem para o cumprimento da tarefa)

Em algumas regiões se utiliza as falas: “abacaxi – xi – maracujá – já fareis tudo o que o rei mandar?”.

De forma geral, nesse jogo, uma criança comanda e as demais cumprem as tarefas e/ou o professor comanda a atividade e solicita que tragam objetos de uma certa cor, de um certo peso, tamanho e assim sucessivamente.

(FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro**: teorias e práticas da Educação física. São Paulo: Scipione, 2002).

Considerando o enunciado e o jogo descrito, avalie as afirmações a seguir:

- I - O jogo proposto é uma atividade interdisciplinar, pois, além de promover a cultura do jogo tradicional, também estimula o conhecimento lógico que de forma a partir da classificação e seriação.
- II - O jogo proposto desenvolve a atenção, o raciocínio e as habilidades motoras básicas, sendo esses alguns dos objetivos específicos da Educação Física escolar.
- III - O jogo proposto rem embasamento na abordagem desenvolvimentista, pois propõe uma taxionomia para o desenvolvimento motor, ou seja, uma classificação hierárquica dos movimentos dos seres humanos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.



14. (ENADE 2004_29) O professor Henrique vai realizar uma aula de voleibol para uma turma de crianças com 8 a 10 anos, de ambos os sexos e ainda não iniciadas na prática deste esporte. O material que o professor tem à sua disposição é satisfatório e o número de alunos é em torno de 20. Considerando tais condições, o procedimento metodológico mais adequado para a concepção aberta (ou global) de aula é:

- a) separar as crianças por sexo.
- b) separar as crianças por altura e idade.
- c) fundamentar as atividades em jogos de estafetas.
- d) apresentar as regras do desporto para que as crianças as memorizem.
- e) adaptar as regras do desporto à faixa etária das crianças promovendo o desenvolvimento da aula através do jogo.

15. (ENADE 2004_10) A abordagem sobre as questões relativas à saúde no campo da Educação Física, hegemonicamente, tem atuado como uma intervenção medicalizante. Contudo, nos últimos anos, tem sido verificada a emergência de novos enfoques que enfatizam a saúde como:

- a) resultado de alterações psicológicas.
- b) resultado de alterações fisiológicas.
- c) resultado das condições de vida.
- d) resultado do total de atividade física realizada.
- e) oposição à doença.



- 16.** (Prefeitura Municipal de Linhares/ES 2020) O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou uma resolução que institui as novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Educação Física. Sobre a Resolução 06/2018 coloque C para as afirmativas corretas e E para as afirmativas erradas.
- () A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que atende a necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.
 - () A formação terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, desdobrando-se em duas etapas – comum e específica.
 - () A formação terá ingresso específico, bacharelado ou licenciatura, e sua opção deverá ser feita no início do curso.
 - () A carga horária referencial do curso de graduação em Educação Física tanto para Bacharelado quanto para Licenciatura será de 3.200h.
 - () O tempo mínimo de integralização curricular/duração do curso é de oito semestres , ou seja, quatro anos.

A sequência adequada é, respectivamente:

- a) C – C – E – C – C
- b) C – C – C – E – E
- c) E – E – E – C – C
- d) C – E – C – E – C
- e) C – C – E – E – C



17. (ENADE 2011_32) Avalie as duas asserções a seguir:

As teorias/propostas pedagógicas para Educação Física começam a surgir no final da década de 80, depois da abertura política, e representam um divisor de águas no interior dessa área, uma vez que, para cada uma delas, foi elaborada uma teoria. Nesse sentido, vários autores mostraram como os anos 80 do século passado marcaram um momento especial da Educação Física brasileira. Em grande parte da produção teórica daquela época, procurou-se estabelecer princípios que orientassem o professor em sua prática pedagógica. No entanto, há evidências de que os professores conhecem muito superficialmente as proposições pedagógicas elaboradas pelo então movimento renovador.

PORQUE

Persiste, atualmente, apesar do surgimento de novas propostas metodológicas em Educação Física, o modelo esportivizado, cuja escolha por parte dos professores decorre, entre outros fatores, da formação tecnicista desses docentes.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.



- 18.** (ENADE 2019_32) No âmbito da formação em Educação Física para a área da saúde, as reflexões a respeito dos modelos de atenção e as propostas de intervenção baseadas no ato de cuidar não têm se mostrado suficientes para atender às necessidades relativas à atuação profissional no campo da saúde.

(GUARDA, F. R. B. et al. Intervenção do profissional de Educação física: formação, perfil e competências para atuar no Programa Academia da Saúde. Revista Pan-Amazônica de Saúde, Ananindeua/PA, v. 5, n. 4, p. 63-74, 2014 – adaptado).

Acerca da atuação do profissional de Educação Física na área de saúde, avalie as afirmações a seguir.

- I - A atuação do profissional da Educação Física na área da saúde requer uma integração das instituições formadoras com os serviços de saúde.
- II - O conhecimento de conteúdos teóricos e técnicos, aliados a vivências específicas na área da saúde coletiva, é fundamental para a atuação do profissional de Educação Física.
- III - Para que o profissional da Educação Física atue na área da saúde, é necessário seu empenho pessoal e acadêmico com vistas à prestação de serviços de qualidade para a população de UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo).
- IV - Na área da saúde, o profissional de Educação Física precisa articular e aplicar conhecimentos relacionados a conceitos, procedimentos e atitudes que conformam os saberes específicos da profissão.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



19. (ENADE 2019_30) Durante a reunião técnica de um centro esportivo, o coordenador expôs a sua preocupação com o atendimento adequado às crianças com deficiência integrantes de um projeto. Solicitou, então, aos professores das diferentes modalidades a proposição de estratégias pedagógicas voltadas a esses alunos, para serem implantadas em suas aulas. Nessa situação, considerando os princípios da inclusão e o desenvolvimento integral de crianças com deficiência, avalie as afirmações a seguir.

- I) A formação de turmas especiais para as crianças com deficiência é uma estratégia adequada para aprimorar suas capacidades até que seja possível sua integração total ao grupo.
- II) A estrutura e as regras dos jogos devem ser adaptadas para garantir as condições de segurança, a aceitação das diferenças e a ampla participação das crianças com deficiência.
- III) A criação de jogos e de atividades esportivas deve considerar a promoção da aprendizagem por meio da cooperação e da convivência com a diversidade.
- IV) A vivência de tarefas com restrições motoras ou funcionais pelas crianças sem deficiência contribui para o desenvolvimento da empatia, favorecendo a inclusão.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.



20. (ENADE 2016_01) Em janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), instrumento que garante mais direitos às pessoas com deficiência e prevê punições para atos de discriminação. A Lei destaca a importância de estratégias de inclusão e de superação de barreiras oriundas de deficiência. Um exemplo de superação e inclusão é a atuação do atleta paraolímpico Daniel Dias. O nadador, que nasceu no dia 24 de maio de 1988, sem partes de alguns membros, conquistou, aos 28 anos de idade, sua 24ª medalha, das quais 14 de ouro, sendo nove conquistadas nas Paraolimpíadas do Rio de Janeiro. Orgulho para os brasileiros.

Considerando o texto apresentado, avalie as afirmações a seguir, relativas à inclusão de pessoas com deficiência.

- I - O esporte, para ser inclusivo, requer prática orientada para cada tipo de deficiência.
- II - Na prática esportiva orientada, metas e objetivos são estabelecidos como ferramentas motivacionais a fim de promover ganhos motores e cognitivos à pessoa com deficiência.
- III - A LBI foi fundamental para a inclusão de Daniel Dias, que se tornou o melhor nadador paraolímpico da história.

É correto o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.



21. (ENADE 2013_31) Quando se fala em inclusão na educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, afirma-se que os sujeitos são plurais e que essa pluralidade deve ser valorizada e aceita nas suas singularidades. Para tanto é necessário, de antemão, rejeitar os rótulos que aprisionam, engessam e fixam os sujeitos, enredando-os em representações que os nomeiam como feio ou bonito, apto ou inapto, saudável ou doente, normal ou desviante, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual. Precisamos nos dar conta de que práticas como essas reforçam discriminações e exclusões, em vez de ampliar possibilidades de intervenção junto aos sujeitos, possibilitando que, por meio das práticas corporais e esportivas, possam exercer sua cidadania e liberdade constituindo-se como sujeitos sociais.

Considerando o texto, avalie as sugestões de condutas a serem tomadas pelos profissionais de educação física.

- I - O profissional de educação física deve planejar e incentivar atividades próprias para meninas e outras para os meninos. Essa conduta pode proporcionar atitudes positivas e protetivas, pois atendem às necessidades naturais e culturais de cada gênero.
- II - O respeito à diversidade cultural, social e sexual é o primeiro passo para uma política inclusiva. Diferença não significa desigualdade, e essa só pode ser minimizada se houver iniciativas que promovam atividades coparticipativas, nas quais as diferenças não sejam eliminadas, mas tratadas em suas especificidades.
- III - O incentivo menor para as meninas praticarem atividades esportivas se dá por questões naturais. Por essa razão, é necessário incentivar as meninas a participarem dos esportes respeitando sua condição física, seus desejos e seus afazeres. Isso pode ser feito por meio da oferta de atividades que lhes sejam viáveis, criando estratégias para que elas se sintam confortáveis.

É correto o que se afirma em:

II, apenas.

I e II, apenas.

I, II e III.

III, apenas.

I e III, apenas.



22. (ENADE 2019_07) O princípio da acessibilidade dispõe que na construção de espaços, na formatação de produtos e no planejamento de serviços deve-se considerar que as pessoas com deficiência (PCD) são usuárias legítimas, dignas e independentes. Nenhum serviço pode ser concedido, permitido, autorizado ou delegado sem acessibilidade plena, para não obstaculizar o exercício pleno dos direitos pelas pessoas com deficiência. A acessibilidade é um direito de todos os cidadãos e, por isso, não se limita a propiciar a inclusão de pessoas com deficiência, mas também de pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e em situação vulnerável.



Considerando a imagem e as informações apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I - Projetar e adaptar as vias públicas facilita a circulação das pessoas com dificuldade de locomoção e usuários de cadeiras de rodas, sendo uma medida adequada de acessibilidade.
- II - Padronizar as calçadas com implantação universal de rampas, faixas de circulação livres de barreiras, guias e pisos antiderrapantes atende ao princípio da acessibilidade.
- III - Garantir a ajuda de terceiros a pessoas com deficiências, nos edifícios públicos e em espaços abertos públicos, é uma previsão legal convergente ao princípio da acessibilidade.
- IV - Implantar sinalização sonora nos semáforos e informações em braille nas sinalizações dos espaços urbanos para pessoas com deficiência visual são providências de acessibilidade adequadas.

É correto o que se afirma em:

III, apenas.

II e III, apenas.

I, II, III e IV.

I e IV, apenas.

I, II e IV, apenas.



23. (ENADE 2017_10) Um aluno da rede pública de ensino, com 11 anos de idade, está matriculado no 5º ano do ensino fundamental e tem surdez profunda bilateral. Ele é bem-humorado, brincalhão e bastante sociável. É fluente na língua brasileira de sinais (Libras), mas apresenta dificuldade na leitura e escrita da língua portuguesa. Tem potencial cognitivo elevado, embora necessite constante interferência e auxílio da professora para realizar suas atividades.

Considerando a situação apresentada e o que estabelece a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, deve-se assegurar a esse aluno

- a) Escolarização que atenda à proposta educacional bilíngue, considerando-se a língua brasileira de sinais como primeira língua.
- b) Atendimento educacional especializado, priorizando-se o ensino da língua portuguesa, de modo a garantir a educação bilíngue.)
- c) Processo avaliativo que priorize o uso da língua portuguesa na modalidade escrita, dada a importância da manutenção do registro da aprendizagem.
- d) Ensino da língua brasileira de sinais (Libras) após a aquisição da língua portuguesa na modalidade escrita, em processo análogo ao da alfabetização do aluno ouvinte.



24. (ENADE 2019_13) Atualmente, entre as discussões que envolvem o treinamento de atletas e equipes esportivas, estão em evidência as relacionadas à formação de atletas de futebol. O processo, cada vez mais embasado cientificamente, busca o desenvolvimento harmônico e integral dos futuros atletas, evitando a especialização precoce. Nesse contexto, para evitar a especialização precoce dos atletas e propiciar-lhes os benefícios da prática esportiva, o profissional de Educação Física deve:

- a) Procurar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das capacidades físicas do futuro atleta ligadas à performance máxima da sua faixa etária.
- b) Utilizar uma metodologia específica para o aprimoramento técnico e tático do esportista desde a etapa de iniciação esportiva.
- c) Aplicar metodologia voltada para o aumento da probabilidade de uma formação de sucesso no menor tempo possível.
- d) Priorizar, no treinamento, os valores psicológicos, emocionais, sociais e culturais dos futuros atletas, em detrimento do domínio motor.
- e) Aplicar metodologia voltada para o desenvolvimento integral do esportista, levando em conta os seus estágios de crescimento e desenvolvimento físico, afetivo e cognitivo.



25. (ENADE 2016_32) Ao analisar o planejamento pedagógico das modalidades Karatê e Judô de uma escola de esportes, o coordenador esportivo que supervisiona a equipe de professores verificou que, nas turmas de 6 a 10 anos, o processo de ensino-aprendizagem era voltado prioritariamente para o aprimoramento das técnicas que fazem parte dessas modalidades através de programas essencialmente especializados. Com base nessa situação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

O coordenador esportivo deverá convocar uma reunião com os professores da equipe para discutir o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e propor a reestruturação do planejamento pedagógico das referidas modalidades.

PORQUE

As crianças submetidas precocemente a treinamentos especializados podem vir a apresentar transtornos psicológicos, lesões e esgotamento prematuro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.



26. (ENADE 2013_29) Dick e Rick Hoyt são uma equipe de pai e filho de Massachusetts que, juntos, competem continuamente em maratonas por todo o país. Quando não estão em uma maratona, estão em um triatlo - combinação quase sobre-humana de 42 km de corrida, 180 km de bicicleta e 3,8 km de natação. Juntos escalaram montanhas e já caminharam 6 010 km cruzando os Estados Unidos. É um grande recorde de esforço, ainda mais se consideramos que Rick não pode caminhar nem falar. Ao longo dos últimos 20 anos, Dick, de 65 anos de idade, empurrou e carregou seu filho por todo o país. Quando Dick corre, Rick está em uma cadeira de rodas que Dick vai empurrando. Quando Dick pedala, seu filho está em um assento especial à frente da bicicleta. Quando Dick nada, Rick está em uma pequena e pesada boia, estabilizada firmemente, que é puxada pelo pai.



Fonte: YAIRIMAR. Lazo familiar que une e inspira al mundo. Portal al interior, 8 oct. 2018. Disponível em: <https://portalalinterior.wordpress.com/2018/10/08/lazo-familiar-que-une-e-inspira-al-mundo/> Acesso em: 2 set. 2013 (adaptado).

Diversos pesquisadores da psicologia do esporte acreditam que a motivação é uma variável imprescindível para o sucesso esportivo, principalmente em uma prova de grande exigência física, como as realizadas pela equipe Hoyt. Em relação à motivação da equipe Hoyt para a prática esportiva em provas de grande exigência física, avalie as afirmações que se seguem.

- I - A motivação intrínseca da equipe Hoyt pode estar relacionada às recompensas financeiras que a equipe recebe.
- II - A motivação pode ser uma das principais explicações para que Dick Hoyt termine provas de grande exigência física empurrando e carregando seu filho.



III - A motivação está relacionada à busca diária pelo empenho necessário durante o processo de treinamento para provas como as praticadas pela equipe Hoyt.

IV - No caso da equipe Hoyt, a motivação extrínseca da equipe está relacionada à alegria proporcionada pela prática esportiva.

É correto o que se afirma em:

- a) IV, apenas. c) II e III, apenas. e) I, II, III e IV.
b) I e II, apenas. d) I, III e IV, apenas.

27. Pensar sobre a lógica interna de jogos, esportes ou qualquer manifestação motriz, significa, dentre outros elementos, refletir sobre as diferentes possibilidades de interação entre os participantes que estão dispostos a jogar. Reflita sobre as seguintes situações:

- I - para iniciar o ponto em uma partida de tênis há o saque por parte de um dos jogadores;
II - em outro momento desta mesma partida um dos jogadores percebe que o outro está muito longe da rede e decide jogar uma bola curta para tentar ganhar o ponto.

Considerando as duas situações, respectivamente, quais relações existe entre os jogadores?

- a) Oposição e cooperação.
b) Psicomotriz (não há interação entre eles) e oposição.
c) Oposição e oposição.
d) Psicomotriz (não há interação entre eles) e psicomotriz (não há interação entre eles).
e) Cooperação e oposição.



28. Um professor percebe que em uma turma de sexto ano acontecem muitas situações de conflitos entre os alunos durante a realização de diferentes atividades propostas. Buscando abrandar tais situações recorre a alguns autores que afirmam que tal fato está bastante relacionado com as dimensões _____ e _____ da conduta motriz dos alunos e percebe que muitos estudos apontam que atividades que possuem em sua lógica interna a _____ entre os alunos, promovendo assim, a coalizão entre os integrantes de uma turma.

Identifique a alternativa que completa corretamente as lacunas.

- a) biológica; comportamental; cooperação
- b) afetiva; emocional; individual
- c) cognitiva; afetiva; individual
- d) afetiva; emocional; cooperação
- e) emocional; cognitiva; cooperação

29. O Colégio Americano de Medicina do Esporte realiza anualmente uma pesquisa sobre as tendências mundiais de fitness. A primeira tendência no ranking 2020 inclui rastreadores de fitness, relógios inteligentes, monitores e dispositivos de rastreamento GPS.

Assinale a alternativa que corresponde à afirmativa acima.

- a) Personal training.
- b) Tecnologias vestíveis.
- c) Treinamento Intervalado de Alta Intensidade.
- d) Treinamento com pesos livres.



30. Um programa de treinamento deve ser elaborado considerando a individualidade biológica. Uma das possibilidades para a orientação talentos esportivos, a preparação física e a prescrição de exercícios, observando a individualidade biológica é a:

- a) Bioimpedância.
- b) Dermatoglia.
- c) Bodygee.
- d) Tecnologia 3D.

31. A dermatoglia constitui-se de um método que analisa as impressões digitais como marcas de desenvolvimento fetal associadas a individualidade biológica. Considerado essa afirmativa e com base nos conteúdos apresentados nesse capítulo assinale a alternativa correta.

- a) A dermatoglia se ocupa de estudar as características genéticas dos indivíduos, sem se preocupar com os aspectos ambientais que podem influenciar o desenvolvimento do feto.
- b) As informações contidas nas impressões digitais podem descrever o que ocorreu durante o processo de desenvolvimento fetal, pois elas representam uma ata das informações contidas na união do DNA do pai e da mãe somado ao ambiente bioquímico proporcionado pela mãe durante a gestação.
- c) O método Dermatoglífico consiste apenas em número de deltas e contar número de linhas entre o núcleo e o delta.
- d) O método Dermatoglífico foi proposto por dois anatomistas americanos, contudo, não há evidências científicas de sua validação.



32. Sobre as figuras das impressões digitais assinale a alternativa correta.

- a) Para que uma figura possa ser identificada como Arco é necessária a presença de um delta, independente da presença do núcleo.
- b) O verticilo pode se apresentar em radial e ulnar, variando de acordo com a disposição do seu núcleo.
- c) A presilha radial é caracterizada pela presença de um núcleo e dois deltas, contudo o núcleo deve estar disposto na direção do osso rádio.
- d) O verticilo é caracterizado a partir da identificação de um ou dois núcleos e, obrigatoriamente, pela presença de dois deltas.

33. Sobre o Método Dermatoglífico informatizado assinale a alternativa correta.

- a) O Leitor Dermatoglífico®, pode oferecer o Laudo Dermatoglífico que pode ser utilizado na orientação de talentos e treinamento esportivo associados aos mais variados esportes e a prescrição de exercícios nos clubes e academias, com base na individualidade biológica.
- b) As vantagens a partir da informatização do método dermatoglífico é a construção de planilhas matemáticas que poderão ser usadas exclusivamente em academias ou por técnicos esportivos.
- c) O método informatizado consiste apenas na captura das impressões digitais por intermédio de um leitor ou *scanner* óptico de rolamento, que coleta.
- d) A nova tecnologia apresentada é uma ferramenta de grande importância na investigação e qualificação das pesquisas científicas, visto que a avaliação pelo método dermatoglífico informatizado, tem maior margem de erro na interpretação dos resultados.



CONHEÇA UM POUCO SOBRE OS AUTORES

ORGANIZADOR / AUTOR

RAFAEL CUNHA LAUX – rafael.laux@unoesc.edu.br

Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2019/2). Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (2015/1 - 2016/2). Especialização em Personal Training pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2014/2 - 2016/1). Especialização em Formação de Professores e Tutores para Atuar no Ensino - Modalidade a Distância (2018/2 - 2020/1). Graduação em Educação Física Licenciatura e Bacharelado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2014/1 - 2016/2) (CREF 018026-G/SC). Recreador em hotéis e em Gincanas (2011 - Atual); Professor em Programas de Exercício Físico no Ambiente de Trabalho (2011 - Atual) e Professor de Educação Física efetivo do Estado de Santa Catarina (2020 - Atual). Professor do Curso de Educação

Física, Engenharia de Computação e Pedagogia da UNOESC. Coordenador do Laboratório de Fisiologia do Exercício da UNOESC Chapecó e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício - GEPsE. Membro participante do Grupo de Pesquisa em Aprendizagem Motora (CEFD/UFSM). Além de ser pai da Beatriz Valentini Laux.



AUTORES DOS CAPÍTULOS

ADRIANO ALBERTI – adrianoalberti90@hotmail.com



Possui Mestrado em Biociências e Saúde (2017) UNOESC. É Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisador membro do Grupo de Pesquisas em Neurodesenvolvimento da Infância e Adolescência (NEUROPED) da Unisul e membro do laboratório de fisiologia do exercício Unoesc Campus Joaçaba-SC.

ALINE CVIATKOVSKI – aline.cviakovski@unoesc.edu.br



Psicóloga, graduada pela Unoesc Chapecó (2015), Especialista em Terapia Familiar Sistêmica pela Unoesc Chapecó (2017), Mestre em Psicologia pela IMED Passo Fundo (2019). Atuou como psicóloga clínica em Chapecó na abordagem sistêmica. Trabalho como Psicóloga Técnica e professora do curso de psicologia, Educação Física e Pedagogia da Unoesc Chapecó.

ANDRÉ OSVALDO FURTADO DA SILVA – profandrefurtado@gmail.com



Graduado em Educação Física pela Universidade Luterana do Brasil. Mestre em Ciências do Movimento Humano pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS). Doutorado em andamento em Ciências do Movimento Humano pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS). Professor da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e do Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus de Caxias do Sul. Pesquisador do F3P-EFICE - Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte.



ANGÉLICA MADELA – angelica.madela@unoesc.edu.br



Graduação em Educação Física (licenciatura e bacharel) pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (PPGEdu/Unochapecó). Doutorado em andamento em Ciências do Movimento Humano pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS). Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) - Campus Xanxerê/SC. Pesquisadora do F3P-EFICE - Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade.

DAYANNE SAMPAIO ANTONIO – dayanne.sampaio@unoesc.edu.br



Graduada em Educação Física bacharelado, pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício (GEPsE Unoesc Chapecó) na linha aspectos psicofisiológicos do exercício físico em atletas e não atletas. E voluntária no Programa PET-Saúde Interprofissionalidade edição 2019-2021.

ELISABETH BARETTA – elisabeth.baretta@unoesc.edu.br



Profissional de Educação Física. Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Educação, Aprendizagem e Novas Tecnologias pela Unoesc. Pós-graduanda em Inovação na Educação pela Unoesc. Mestre em Saúde Coletiva pela Unoesc. Coordenadora do curso de Educação Física da Unoesc, campus de Joaçaba. Articuladora do Núcleo Institucional do Curso de Educação Física. Bolsista da CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Conselheira do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF3/SC.



ELISANDRO SCHULTZ WITTIZORECKI – elisandro.wittizorecki@ufrgs.br

Professor Doutor em Ciências do Movimento Humano pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS), docente do curso de graduação em Educação Física e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS). Líder e pesquisador do F3P-EFICE - Grupo de Estudos Qualitativos Formação de

Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte.

JACKSON GERSON DA SILVA – jackson.silva@unoesc.edu.br

Profissional de Educação Física graduado em Licenciatura e Bacharelado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc-Chaçepó. Pós-Graduado em Educação Física Escolar. Pós-Graduado em Educação Especial e Psicomotricidade. Mestrando em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Joaçaba, SC. Professor da Rede Municipal de Chaçepó, trabalho com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Professor dos

cursos de Educação Física e Pedagogia da Unoesc Chaçepó.

JOÃO FRANCISCO MAGNO RIBAS – ribasjfm@hotmail.com

Licenciado em Educação Física, pela Universidade Federal de Santa Maria (1988); Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (1993); Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2002); Pós-doutor pelo Institut Nacional d'Educació Física de Catalunya (2009). Atualmente, é professor Titular, do Departamento de Desportos Coletivos, do Centro de



Educação Física, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando em cursos na graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado), especialização em Educação Física Escolar, Programa de Pós-graduação em Educação Física e programa de Pós-graduação em Educação desta instituição. É líder do Grupo de Estudos Praxiológicos, GEP-Brasil e editor chefe da Revista Kinesis.

JOSIANE APARECIDA DE JESUS – josiane.jesus@unoesc.edu.br



Graduada em Educação Física Licenciatura e Bacharelado e Pós-graduada em Fitness e Personal Trainer pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Mestranda em Biociência e Saúde pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Assistente de Laboratório de Fisiologia do Exercício na Unoesc. Experiência com ensino na Educação Básica e Ensino Médio na disciplina de Educação Física e Ensino Superior como professora. Experiência em tutoria por meio de intervenções pedagógicas com metodologias ativas. Pesquisadora atuando principalmente nos seguintes temas: Dermatoglia, motivação, exercício físico e câncer.

JULIANO PRÁ – julianopra@gmail.com



Profissional de Educação Física, formado na UFSC, especialista em Treinamento Desportivo e Personal Training pela UDESC com MBA em Gestão Empresarial pela UCAM. Atualmente Conselheiro do CREF3/SC, Delegado Adjunto da FIEP em Santa Catarina, Coordenador esportivo da FESPORTE e Sócio administrador da Recrear Eventos & Sports, empresa focada em Recreação turística hoteleira e Organização de Competições Desportivas.



LEOBERTO RICARDO GRIGOLLO – leoberto.grigollo@unoesc.edu.br

Possui graduação em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1993). Especialista em Metodologia do Treinamento Desportivo (1999). Mestre em Cineantropometria e Desempenho Humano pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Atualmente é professor do curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em treinamento Desportivo, Cineantropometria e Desempenho Humano e, atuando principalmente nos seguintes temas: Treinamento Desportivo, Composição Corporal, Avaliação Física e Educação Física no ensino Básico. Coordenador de cursos de pós graduação na área da Saúde e do Fitness. Doutorando do programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde pela Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul campus Pedra Branca - Palhoça SC

RENAN SOUZA – renan-souza@unoesc.edu.br

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECÓ. Possui mestrado em Biociências e Saúde pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2017), especialização em Saúde Coletiva - ênfase Estratégia Saúde da Família pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016) e graduação em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2008). Atualmente é docente no curso de Educação Física, na Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: Dermatoglífa, atividade física, capacidades neuromotoras e promoção da saúde.



RUDY JOSÉ NODARI JÚNIOR – rudynodari.junior@unoesc.edu.br

Pós-doutorado Universidad de Las Palmas de Gran Canaria/Espanha; Pós-doutorado Universidad Católica de Murcia/Espanha. Doutor em Ciências da Saúde, UFRN/RN. Mestre em Ciências da Saúde Humana, UnC/SC. Aperfeiçoamento em Metodologia do Treinamento de Atletas de Elite, Russian State University for Physical Education and Sport, Moscou/Rússia. Especialista em Fisiologia do Exercício, UVA/RJ; Ciências do Movimento Humano, UNIBEM/PR; Atividade Física na Promoção da Saúde, UnC/SC. Graduado em Educação Física, UDESC/SC. Professor da Graduação e do Programa de Mestrado em Biociências e Saúde, Unoesc. Responsável pelo Laboratório de Fisiologia do Exercício, Unoesc campus Joaçaba. Secretário Geral da International Human Motricity Network (IHMN). Diretor Científico da Salus Dermatoglifia, Joaçaba/SC. Produção científica: Dermatoglifia, Fisiologia do Exercício, Promoção da Saúde e Performance Humana.

SANDRA ROGÉRIA DE OLIVEIRA – sandra.oliveira@unoesc.edu.br

Mestre em Educação (UNOESC). Graduada em: Educação Física (UDESC); Letras Português (FAFI-PR). Pós-Graduada nos cursos: Dança Cênica (UDESC); Metodologias de Atendimento a Criança e Adolescente em Situação de Risco (UDESC), Recreação e Lazer (FEEVALE-RS); Formação de Professores e Tutores Para Atuar no Ensino – Modalidade a Distância (UNOESC). Coordenadora do Curso de Educação Física UNOESC (2009-2012); Coordenadora de Área do PIBID (2014-2019); Coordenadora do Laboratório do Lúdico-UNOESC. Coordenadora do projeto de Extensão Jogos Gigantes. Docente dos Cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da UNOESC desde 2000, nos componentes relacionados a: pedagogia do movimento humano, didática da educação física, recreação e lazer e dança. Pesquisadora com ênfase em dança, recreação e lazer e processos educacionais. Professora da Rede Municipal de Ensino. Coordenadora Técnica do Programa Rua de Lazer pela Secretaria de Juventude Esportes e Lazer –Chapecó.



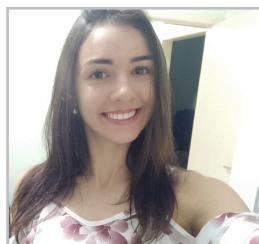
SILVESTER FRANCHI – silvester.franchi@unoesc.edu.br



Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com graduação sanduíche com bolsa CNPq/CAPES Ciência sem Fronteiras na Universidad de Lleida (UdL), Catalunha, Espanha. Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente dos cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Universidade do Oeste de Santa

Catarina –UNOESC, Chapecó. Professor da rede municipal de ensino de Chapecó.

SUELE FÁTIMA PROVINELLI – suele1305provinelli@gmail.com



Acadêmica do curso de Educação Física
Bacharelado da Unoesc Joaçaba

